



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

MILANYA RIBEIRO DA SILVA

**MULHERES TRABALHADORAS RURAIS NA REGIÃO DO CARIRI OESTE:
(RE)PENSANDO A INTEGRAÇÃO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO AO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Brasília – DF

2023

MILANYA RIBEIRO DA SILVA

**MULHERES TRABALHADORAS RURAIS NA REGIÃO DO CARIRI OESTE:
(RE)PENSANDO A INTEGRAÇÃO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO AO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Tese de doutoramento submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção de Grau de Doutora em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão da Sustentabilidade.

Brasília – DF

2023

MILANYA RIBEIRO DA SILVA

**MULHERES TRABALHADORAS RURAIS NA REGIÃO DO CARIRI OESTE:
(RE)PENSANDO A INTEGRAÇÃO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO AO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Tese de doutoramento submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção de Grau de Doutora em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão da Sustentabilidade.

Aprovado por:

Doris Aleida Villamizar Sayago (CDS-UnB)
(Orientadora)

Polliana de Luna Nunes Barreto (CCSA-UFCA)
(Examinadora Externa)

Suely Salgueiro Chacon (DEINTER-UFC)
(Examinadora Externa)

Ximena Pamela Claudia Díaz Bermúdez (DSC-UnB)
(Examinadora Interna)

Brasília – DF, 16 de fevereiro de 2023

Dedicatória

Às mulheres do Semiárido.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que faz do nada, tudo.

À Neli e Derlanio, meus pais, que me amam independente de qualquer conquista ou derrota que tive ou venha a ter.

À Melka, minha irmã, com quem compartilhar histórias e memórias torna a vida mais prazerosa. E a Allan, meu cunhado, por todo apoio e incentivo e por completar nossa família.

Aos amigos, aqueles “que ficam depois da utilidade, depois da função, depois do benefício, depois do contexto favorável[...]”, que são tantos, por todas as risadas e sonhos compartilhados. As dificuldades se tornaram mais suportáveis porque eu tinha vocês.

À Evaniê, minha amiga-irmã, cuja amizade já ultrapassa décadas e é a prova de que para ser família não precisa ter o mesmo sangue.

À Tayline e Priscylla, colegas de doutorado que se tornaram amigas queridas, não cabe em palavras o tamanho da gratidão que sinto por ter encontrado abrigo em vocês nessa caminhada árdua, mas também de muito crescimento e bênçãos.

A Diego, cuja amizade é uma dádiva, que me acolheu em momentos de muita angústia e dúvidas e celebrou comigo cada pequena vitória.

À Eva e Gledson, que choraram e riram comigo tantas e tantas vezes. Obrigada pela companhia na caminhada e por trazerem ao mundo a doce Florbela.

À Leriene, em quem encontrei acolhimento desde o primeiro dia em que nos conhecemos.

À Arlete Klauck e Priscilla Balisa, profissionais que cuidaram da minha saúde nos últimos anos com muita humanidade e atenção.

À minha orientadora, professora Dóris Sayago, por ter persistido comigo na longa jornada que foi a escrita desta Tese.

Às professoras Ximena Pamella Bermúdez (UnB), Suely Chacon (UFCA) e Polliana Barreto (UFCA), pela leitura cuidadosa da Tese e pelas valiosas reflexões e sugestões.

A todos que me acolheram como família durante os anos que morei em Barreiras, e que coincidiram com o período de realização do doutorado, vocês foram amigos, irmãos, companheiros de caminhada.

Aos colegas de trabalho da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), campus Barreiras, compartilhar sonhos com vocês foi fundamental para que eu prosseguisse.

Aos colegas de trabalho da Universidade Federal do Cariri (UFCA), que me acolheram agora no período de conclusão da Tese.

À Universidade de Brasília (UnB) e todos os seus servidores, que tornaram possível a realização do doutorado.

Minha sincera gratidão!

I

Quero fala da mulher
Porque sou mulher também
E ainda não recebemos
Os diretos que nós temos
Pois ainda somos vista
Com um olhar de desdém

II

Tem mulher trabalhadora
Do campo até a cidade
Porém os nossos direitos
Parece não ter validade
O jeito é enfrentar
Todas as autoridades

[...]

XIX

Uma política descente
Precisaria se formar
Que a população pobre
Pudesse se comunicar
Mostrando as necessidades
Que nosso país está

Cordel "O trabalho e a vida da mulher do campo"
Maria de Fátima Lima
(Comunidade do Tomé – Chapada do Apodi/Ceará)

RESUMO

Este trabalho se insere em uma discussão sobre a integração da perspectiva de gênero ao Desenvolvimento Sustentável, considerando que a questão do Desenvolvimento Sustentável e os debates sobre gênero e desenvolvimento estão inseridos em um processo de governança global. Quando tratados dessa maneira, acordos internacionais interferem nas políticas públicas nacionais/locais e, conseqüentemente, impactam na vida das pessoas. A proposta do Desenvolvimento Sustentável é que o desenvolvimento precisa ser justo e incluyente, para tanto as demandas reais das mulheres precisam ser ouvidas e consideradas para que de fato elas estejam incluídas como atrizes em novos modelos de desenvolvimento. O objetivo central desta Tese é compreender as demandas das mulheres trabalhadoras rurais do Semiárido de modo a resgatar suas contribuições para a integração da perspectiva de gênero à sustentabilidade e valorizar o protagonismo dessas mulheres. Para tanto, foi realizado um estudo empírico na região do Cariri Oeste, interior do Ceará, Nordeste do Brasil. Foram entrevistadas 32 mulheres a partir do método da história oral de vida. As mulheres do Semiárido têm um papel muito importante na continuidade desse território, por terem permanecido nesse espaço mesmo em situações adversas e assumido as atividades socioeconômicas e culturais durante os longos períodos de estiagem. Os resultados demonstram que os debates sobre gênero e desenvolvimento passaram por algumas fases desde a década de 1950, porém poucas têm sido as alterações recentes dentro da criação de uma estratégia voltada para a discussão de gênero e desenvolvimento sustentável. As agendas internacionais para o Desenvolvimento Sustentável têm repetido elementos que geram a manutenção da invisibilidade das mulheres e seu distanciamento da participação política e de atividades decisórias. Demandas essas que podem ser percebidas no estudo empírico. As mulheres entrevistadas apresentaram necessidades voltadas ao reconhecimento de sua atuação em atividades agropecuárias mais adaptadas às condições climáticas do Semiárido, reconfiguração da autonomia das mulheres nas relações familiares, principalmente na capacidade de decisão, e maiores condições para a participação política. As conclusões mostram que as demandas das mulheres trabalhadoras rurais do Semiárido não apenas são diferentes dos focos das agendas internacionais para o Desenvolvimento Sustentável, mas, por vezes, as ações que essas mulheres estão realizando ainda não são consideradas nos escopos dessas agendas.

Palavras-chave: gênero; desenvolvimento sustentável; mulheres trabalhadoras rurais; Semiárido; Cariri Cearense.

ABSTRACT

This work is part of a discussion on the integration of a gender perspective into Sustainable Development, considering that the issue of Sustainable Development and debates on gender and development are part of a global governance process. When treated in this way, international agreements interfere with national/local public policies and, consequently, impact people's lives. The Sustainable Development proposal is that development needs to be fair and inclusive, therefore the real demands of women need to be heard and considered so that they are actually included as actors in new development models. The central objective of this thesis is to understand the demands of rural women workers in the semi-arid region in order to rescue their contributions to the integration of the gender perspective to sustainability and to value the protagonism of these women. For that, an empirical study was carried out in the Cariri Oeste region, in the interior of Ceará, Northeast Brazil. 32 women were interviewed using the oral life history method. Women from the Semiarid region play a very important role in the continuity of this territory, as they have remained in this space even in adverse situations and have taken on socioeconomic and cultural activities during long periods of drought. The results show that the debates on gender and development have gone through some phases since the 1950s, but there have been few recent changes within the creation of a strategy focused on the discussion of gender and sustainable development. The international agendas for Sustainable Development have repeated elements that generate the maintenance of women's invisibility and their distance from political participation and decision-making activities. These demands can be perceived in the empirical study. The interviewed women presented needs related to the recognition of their performance in agricultural activities more adapted to the climatic conditions of the Semiarid region, reconfiguration of women's autonomy in family relationships, mainly in decision-making capacity, and greater conditions for political participation. The conclusions show that the demands of rural women workers in the Semiarid region are not only different from the focus of international agendas for Sustainable Development, but sometimes the actions these women are carrying out are still not considered within the scope of these agendas.

Keywords: gender; sustainable development; rural working women; Semiarid; Cariri Cearense.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Delimitação do Semiárido Brasileiro	29
Figura 2 Localização da Região do Cariri.....	31
Figura 3 Infográfico com Modelo de Projeto Típico Destinado às Mulheres entre 1975 e 1985	68
Figura 4 Estratégias e abordagens sobre gênero e desenvolvimento	95
Figura 5 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)	104
Figura 6 Principais resultados do ODM 3	109
Figura 7 Os ODS a partir do esquema “Bolo de Casamento”	114
Figura 8 Transversalidade dos debates de gênero nos ODS	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Microterritórios do Território do Cariri	32
Quadro 2 Tipologias da história oral	34
Quadro 3 Comunidades participantes do Fórum de Comunidades Rurais do Cariri Oeste	37
Quadro 4 Principais eventos internacionais do século XX com discussões sobre gênero e desenvolvimento	96
Quadro 5 Autores e obras pioneiras para construção no debate sobre sustentabilidade e principais alertas	98
Quadro 6 Principais eventos e conferências ambientais internacionais	100
Quadro 7 Quadro-resumo menção às discussões de gênero nos documentos lançados na Rio 92	102
Quadro 8 Número de metas do ODS 5	115

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

- AOD - Assistência Oficial ao Desenvolvimento
- APP - Área de Preservação Permanente
- BNB – Banco do Nordeste do Brasil
- CDB - Convenção sobre Diversidade Biológica
- CEB - Comunidades Eclesiais de Base
- CEDAW - Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher
- CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CPT - Comissão Pastoral da Terra
- CIPD - Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento
- CMM - Conferência Mundial da Mulher
- CNOCS - Comissão Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- Cnumad - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
- CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
- CSW - Comissão de Status da Mulher
- CUT - Central Única dos Trabalhadores
- DAWN - Alternativas de Desenvolvimento com Mulheres para uma Nova Era
- DRP - Diagnóstico Rural Participativo
- ELCI - Centro Internacional de Ligação Ambiental
- FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
- FLS - Estratégias com Um Olhar no Futuro
- FUNAI - Fundação Nacional do Índio
- GAD – Gender and Development
- GeD – Gênero e Desenvolvimento
- IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
- INN - Ilegal, não reportada e não regulamentada
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- IUCN - União Internacional para a Conservação da Natureza
- MCD – Mulheres, Cultura e Desenvolvimento

MeD – Mulheres e Desenvolvimento
MEMCH - Movimento de Emancipação das Mulheres Chilenas
MemD - Mulheres em Desenvolvimento
MMADS - Mulheres, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
MMTR - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MST - Movimento dos Sem Terra
ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PIDESC - Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNMC - Política Nacional sobre Mudança do Clima
PPCS - Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis
PPIGRE - Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONEA - Programa Nacional de Educação Ambiental
RL - Reserva Legal
RNB - Renda Nacional Bruta
SDA - Secretaria do Desenvolvimento Agrário
SEGOV - Secretaria de Governo da Presidência da República
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SWAGSD - Conselho Superior de Mulheres sobre Desenvolvimento Sustentável
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UE - União Europeia
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFCA – Universidade Federal do Cariri
UNCCD - Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação
UNCLOS - Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
UNEP - Programa Ambiental das Nações Unidas
USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

WAD – Women and Development

WEDO - Organização das Mulheres para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

WEN - Rede Ambiental das Mulheres

WID – Women in Development

WWF - Fundo Mundial para a Natureza

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 PERCURSO METODOLÓGICO E O ATO DE PESQUISAR.....	26
2 GÊNERO E O PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO.....	42
2.1 Cronologia de eventos sobre gênero e desenvolvimento.....	42
2.2 As fases do debate: mulheres, gênero e desenvolvimento.....	50
2.2.1 Mulheres em Desenvolvimento (MemD).....	56
2.2.2 Mulheres e Desenvolvimento (MeD).....	71
2.2.3 Gênero e Desenvolvimento (GeD).....	74
2.2.4 Mulheres, Meio Ambiente e Desenvolvimento [Sustentável] (MMADS). 80	
2.2.5 Mulheres, Cultura e Desenvolvimento (MCD).....	91
2.2.6 Síntese das Estratégias e das Abordagens Identificadas.....	94
3 GÊNERO E SUSTENTABILIDADE: UMA ESTRATÉGIA NECESSÁRIA PARA O SÉCULO XXI.....	97
3.1 A transversalidade das questões de gênero nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	112
4 MULHERES TRABALHADORAS RURAIS: GÊNERO, PODER E CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIAS.....	121
4.1 Discussões e ações das mulheres camponesas.....	127
4.2 Gênero e Poder.....	134
5 MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DA REGIÃO DO CARIRI OESTE.....	139
5.1 Barreiras de gênero na memória.....	139
5.2 Uso do espaço e de bens naturais.....	145
5.3 Produção e comercialização.....	149
5.4 Organização comunitária.....	153
5.5 Dinâmica familiar e tomada de decisão.....	158
5.6 Ser mulher no Semiárido e a construção de autonomias.....	161

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	163
REFERÊNCIAS.....	169
APÊNDICES.....	184
Apêndice A – Análise do conteúdo do preâmbulo do documento “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”.....	184
Apêndice B – Roteiro de Entrevista Semiestruturado.....	188
Apêndice C – Questionário.....	190
Apêndice D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	191
Apêndice E – Objetivos e Metas ODS Brasil.....	192
ANEXOS.....	223
Anexo A.....	223

INTRODUÇÃO

“[...] ninguém será deixado para trás [?]”
(ONU, 2015)

O conceito de Desenvolvimento Sustentável surgiu ao final da década de 1980 como resultado de discussões empreendidas por uma comissão da Organização das Nações Unidas (ONU). Para além de uma simples definição, o Desenvolvimento Sustentável foi apresentado como um modelo alternativo de desenvolvimento socioeconômico e ambiental. Um dos princípios desse modelo de desenvolvimento é que a sustentabilidade deve ser uma aspiração global, de modo a garantir que o desenvolvimento econômico não ocorra sem justiça social e justiça ambiental e não comprometa o futuro das próximas gerações.

Por essa razão, nas décadas subsequentes à criação do termo, foram realizados inúmeros encontros, eventos e acordos internacionais com o objeto de reunir países e governos na busca pelo Desenvolvimento Sustentável. Vimos emergir uma proposta de governança global para a sustentabilidade. A governança global diz respeito à construção de um sistema de cooperação internacional, entre atores governamentais e atores não-estatais, com o objetivo de buscar respostas e articular soluções para problemas que afetam dois ou mais Estados nacionais ou regiões do planeta. Muito dessa tentativa de construção de uma governança global para a sustentabilidade pode ser percebida nas agendas internacionais sobre Desenvolvimento Sustentável, sendo as principais a Agenda 21, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Tais documentos, além de discutirem o conceito de Desenvolvimento Sustentável, agregam a este processos e ferramentas para alcançá-lo.

A busca pela sustentabilidade, ao menos no discurso, tornou-se um desejo e uma das principais metas para os países no século XXI, interferindo inclusive, nas relações internacionais. Ocorre que não tem sido fácil transformar essas aspirações em mudanças concretas. Tendo em vista que, apesar das

importantes e necessárias propostas de ações globais para a sustentabilidade, para um efetivo desenvolvimento sustentável é preciso mobilização, envolvimento e participação das populações locais. Ou seja, não é possível uma governança global para a sustentabilidade sem uma efetiva governança pública local que tenha como objetivo o Desenvolvimento Sustentável. As metas globais carecem, portanto, de serem adaptadas e operacionalizadas por intermédio de políticas públicas coerentes com as propostas de um Desenvolvimento Sustentável.

A importante relação entre governança global, governança pública local e sustentabilidade pode ser identificada já na Agenda 21 e continuou a ser debatida nas agendas internacionais posteriores, culminando com a elaboração da Agenda 2030 a partir de uma perspectiva de que o Desenvolvimento Sustentável precisa ser pautado em uma solidariedade global e que garanta a equidade de acessos sem deixar ninguém para trás.

A frase em epígrafe nesta introdução pertence justamente ao preâmbulo do documento “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”¹. O documento, lançado em 2015 durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, foi o resultado de discussões ocorridas em eventos anteriores: Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (2002), Cúpula das Nações Unidas sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2010), Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (2012) (ONU, 2019) e pontos de vista de pessoas de várias partes do mundo, obtidas por meio de consultas públicas e envolvimento da sociedade civil (ONU, 2015).

A proposta é de que a Agenda 2030, composta por seus 17 objetivos globais e suas 169 metas, apresente um caminho para o alcance de um desenvolvimento justo e incluyente, elementos trazidos pelo painel de alto nível de pessoas eminentes², em relatório sobre a agenda de desenvolvimento pós-

1 Título original em inglês Transforming our world: the 2030 Agenda for sustainable development.

2 Grupo formado por especialistas de diferentes países reunido a pedido do Secretário Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em julho de 2012, logo após a realização da Conferência Rio +20.

2015, como recomendação para o enfrentamento de problemas do século XXI, em especial o da pobreza e sua relação com o desenvolvimento sustentável.

Ao analisarmos (Apêndice A) o texto de apresentação da Agenda 2030 (2015) podemos identificar dois pontos que se destacam, o primeiro é a ênfase dada ao elemento do universalismo da Agenda, o segundo está atrelado à universalidade do acesso ao resultado quando os objetivos da proposta forem alcançados: um desenvolvimento, para todos, justo e incluyente, que venha erradicar a pobreza e a desigualdade entre países e no interior destes. A questão do universalismo se faz presente quando a proposta é apresentada como necessária e aplicável a todos os países, com ênfase no fato de ser uma "Agenda universal" (pp. 1, 5 e 37) e com "Objetivos e metas universais" (pp. 2, 3 e 37). Também quando aponta que são necessárias ações e esforços comuns para alcançar o desenvolvimento sustentável, portanto a necessidade de uma "Parceria Global" (pp. 2, 10 e 34). A questão da universalidade na promoção de um desenvolvimento justo e incluyente é expressa com referências frequentes a que ninguém será deixado para trás (pp. 1,3,7,12 e 37), acompanhadas de proposições que evidenciam o fim da desigualdade e a necessidade de um acesso universal a liberdades fundamentais, bens, serviços e oportunidades (pp. 2, 3, 4, 5, 7, 9, 35, 38).

Apesar deste reconhecimento de que o desenvolvimento deverá incluir a todos, a apresentação destaca que há grupos que "ficaram mais para trás" (p. 3), do que outros. Aqueles precederão a estes considerando sua situação de pobreza e vulnerabilidade (pp. 2, 3, 5, 6, 7, 10 e 38). Quando a Agenda 2030 apresenta que o desenvolvimento sustentável não deve deixar ninguém para trás, guarda em si a ideia de que devem ser considerados os diferentes agrupamentos, pois estes têm características e necessidades múltiplas. Voltar a preocupação apenas para as necessidades da média da população não alcançará uma superação das desigualdades.

Dentre os grupos considerados como vulneráveis está o de mulheres e meninas. A preocupação com o alcance da igualdade de gênero (pp. 1, 2, 3, 4 e 6) do empoderamento (pp. 1, 2 e 6) deste grupo que aparece na apresentação da Agenda 2030 ganha contornos mais efetivos com a inclusão de um objetivo sobre esse tema específico, o Objetivo 5 (Alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas). A presença do Objetivo 5 no documento expressa o resultado de discussões que o antecederam e que identificaram que é necessário pensar sobre questões de gênero para que se alcance um desenvolvimento efetivo.

Mulheres e meninas têm sofrido ao longo da história discriminações de diferentes naturezas, nas relações familiares, no acesso ao trabalho e à remuneração, na posse e uso de propriedades, nos direitos civis e políticos. Em algumas regiões essas desigualdades se tornam ainda mais latentes em razão do contexto sociopolítico do território, a exemplo do Semiárido brasileiro.

No contexto do Semiárido, região com formação histórica peculiar e marcada pela exclusão, a mulher assume um papel de sustentadora. O papel da mulher era formalmente considerado como secundário, com uma participação nas atividades domésticas e contribuições na lavoura. Com os intensos fluxos de migração dos homens para o sul e sudeste do país à procura de empregos, em decorrência dos consecutivos períodos de estiagem, as mulheres permaneceram no sertão garantindo a sobrevivência individual e do grupo e passaram a participar ativamente da vida de suas comunidades e, muitas vezes sem o adequado reconhecimento, foram influenciando seu destino.

Com uma área de 1,03 milhão de Km², o Semiárido brasileiro ocupa 12% do território nacional e 53% da região Nordeste (SUDENE, 2021). Aproximadamente 12% da população brasileira, que corresponde a mais de 27 milhões de pessoas, moram em região semiárida (IBGE, 2021). Metade dos estados do Nordeste possuem mais de 85% do seu território no Semiárido, e o Ceará é o estado com a maior porcentagem do território nessa região. As

mulheres representam 50,6% da população que reside no Semiárido brasileiro (IBGE, 2021). As mulheres sertanejas ficaram conhecidas como as viúvas da seca, pois permaneceram no sertão quando os homens migraram para as regiões Sul e Sudeste do país à procura de emprego, durante os períodos de estiagem. Segundo Chacon (2007), são elas que vêm sustentando o Sertão social, cultural e economicamente, pois cuidam da casa, da pequena produção, dos filhos e dos idosos, e ainda ocupam a maioria dos empregos públicos da região.

Por cuidar das atividades domésticas e atuarem como professoras, agentes de saúde, auxiliares de enfermagem e líderes comunitárias, a mulher sertaneja conhece profundamente a história do Semiárido. Elas conseguem identificar seus problemas e possibilidades. No entanto, ainda não foram adequadamente valorizadas no processo de planejamento do desenvolvimento e na formulação de políticas públicas para essa região (CHACON, 2007).

Mesmo após anos de discussões e propostas de ações para superar as desigualdades entre mulheres e homens, os avanços ainda são lentos, principalmente entre alguns grupos e regiões. Como se pode perceber, apesar da notável importância das mulheres para a continuidade da vida no Semiárido, suas contribuições para a manutenção da coesão social e das atividades agrícolas na região, elas ainda possuem participação limitada nos processos de tomada de decisão, tanto no âmbito doméstico quanto no âmbito público.

Há políticas públicas destinadas à região Semiárida que têm sido pautadas nos ODS, em particular no ODS 5 (alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas), um exemplo dessas políticas é o Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire. A política é fruto de uma parceria internacional entre o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) do Estado do Ceará. Implementado entre os anos de 2017 e 2021, o projeto Paulo Freire é destinado à redução da pobreza rural em municípios

cearenses, com foco no desenvolvimento produtivo sustentável. O grupo prioritário de alcance da política são jovens e mulheres.

Essa política abrange cerca de 18% da área do Ceará, reunindo 31 municípios de 6 territórios: Cariri, Sertão dos Inhamuns, Sertão do Crateús, Sertão de Sobral, Serra da Ibiapaba e Litoral Oeste/Vale do Curu. A escolha dos municípios a serem atendidos pelo Projeto Paulo Freire é feita conforme os índices socioeconômicos municipais, as regiões e municípios com índices mais baixos são incluídas na política. Na região do Cariri, os municípios participantes pertencem à subregião denominada de Cariri Oeste.

Diante disso, podemos considerar que desde a construção do próprio conceito de Desenvolvimento Sustentável até os compromissos internacionais, como os ODS, são frutos de uma proposta de governança global. Essas proposituras estão sendo inseridas na ação local, por intermédio de políticas públicas, e modificando a vida e o cotidiano das pessoas. Mas se essas inserções são feitas de forma vertical, de cima para baixo, sem espaços para a participação, quais contribuições efetivas elas podem ter para o alcance da sustentabilidade? No caso das mulheres e meninas isso se torna ainda mais preocupante em razão da não paridade no processo de decisão e na participação política. Quando trazemos essa discussão para o contexto do espaço rural do Semiárido, onde as mulheres sofrem discriminação pela própria condição de ser mulher e pela região onde residem, as desigualdades tornam-se ainda mais abissais.

Por essa razão é necessário e urgente resgatarmos as falas, as histórias e as vivências dessas mulheres como protagonistas de suas vidas, das suas comunidades e do Semiárido para repensarmos a discussão sobre gênero no Desenvolvimento Sustentável. Assim, a presente Tese possui a seguinte pergunta de pesquisa: Quais as demandas e contribuições das mulheres trabalhadoras rurais do Semiárido para a integração da perspectiva de gênero à sustentabilidade?

A partir dessa questão, outras perguntas mais específicas foram elaboradas e guiaram as etapas da pesquisa: Como tem sido encaminhado o debate sobre gênero nos planos de desenvolvimento? Quais as principais abordagens sobre gênero e desenvolvimento? De que forma as agendas globais sobre desenvolvimento sustentável dialogam com os debates e as demandas de gênero? Quais elementos compõem a integração da dimensão gênero à sustentabilidade? Quais são as necessidades das mulheres trabalhadoras rurais do Semiárido para a construção de autonomias?

Para responder à pergunta de pesquisa proposta, esta Tese tem como objetivo geral Compreender as demandas das mulheres trabalhadoras rurais do Semiárido de modo a resgatar suas contribuições para a integração da perspectiva de gênero à sustentabilidade e valorizar o protagonismo dessas mulheres. O objetivo principal foi desdobrado em três objetivos específicos

- 1) Mapear as discussões sobre gênero e desenvolvimento no contexto internacional;
- 2) Verificar o modo como a discussão sobre gênero e desenvolvimento tem sido inserida nas agendas para o Desenvolvimento Sustentável;
- 3) Analisar os relatos de mulheres trabalhadoras rurais da região do Cariri Oeste, Semiárido nordestino, a partir da história oral de vida.

As trajetórias e motivações para a pesquisa

Este trabalho de pesquisa foi movido por inquietações que surgiram durante o estudo de campo para escrita da dissertação "Tecendo Redes e Sonhos: um estudo sobre o protagonismo feminino no semiárido" (SILVA, 2015; SILVA et al, 2015a) no Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável, da Universidade Federal do Ceará (UFC) – Campus Cariri³. A pesquisa adotou como pressuposto que a economia criativa se configurava como elemento catalisador

3 No dia 05 de junho de 2013 foi criada a Universidade Federal do Cariri (UFCA) e a estrutura do campus avançado da UFC no Cariri foi integrada à nova Universidade.

para as transformações ocorridas na comunidade rural de Mocotó, localizada no município de Várzea Alegre, interior do Ceará, Nordeste do Brasil. A comunidade e o grupo de artesãs que fazem redes de dormir são reconhecidas nacional e internacionalmente pelas transformações ocorridas na vida dos moradores na década de 1990. A erradicação do analfabetismo e da desnutrição infantil, o acesso à água encanada e à energia elétrica, a mudança das casas de taipa para as casas de alvenaria, em um período em que esses problemas assolavam o Brasil e, principalmente, a região Nordeste foram cruciais para a transformação das condições de vida na comunidade.

Se a princípio a ideia era que as práticas de economia criativa haviam estimulado a organização comunitária, com o avançar da pesquisa a postura de protagonismo das mulheres tornou-se evidente como o principal elemento que levou às mudanças reconhecidas. A autonomia e luta delas para não sucumbir a projetos prontos vindos do governo estadual, as discussões coletivas promovidas por elas para adequarem tais projetos à realidade local, a ousadia de saírem dos limites da comunidade para reivindicarem melhorias para as famílias, se sobrepuseram aos pressupostos iniciais.

Tais reflexões puderam ser aprofundadas também durante a realização de uma outra pesquisa intitulada “Mulheres do Sertão: Avaliação dos Impactos Gerados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) Mulher no Semiárido Cearense na Promoção do Desenvolvimento Social e Coletivo” (SILVA et al, 2015b), financiada pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB). As entrevistas com as mulheres que acessaram o PRONAF Mulher corroboravam com os resultados encontrados na pesquisa para a dissertação, porém demonstravam os gargalos na política. Uma política destinada a atender uma demanda das mulheres, porém com inúmeros problemas de desenho e execução.

A pesquisa científica possui uma espécie de encantamento, pois à medida que se buscam respostas para os questionamentos que a motivaram, outros tantos emergem. Em uma disciplina (Identidade e Diferença na Sociedade Contemporânea) no início do doutorado, instigada por essas novas inquietações, elaborei um ensaio sobre as discrepâncias entre o almejado pelas mulheres trabalhadoras rurais e os projetos institucionais de desenvolvimento. As reflexões provocadas pelas duas pesquisas citadas anteriormente e durante a escrita do ensaio foram o fundamento para o projeto de doutoramento que deu origem a esta tese.

A estrutura da tese

A tese está dividida em cinco capítulos. O capítulo 1, Percurso Metodológico e o Ato de Pesquisar, apresenta as duas etapas de desenvolvimento da pesquisa. Na primeira etapa, composta pela revisão das discussões sobre gênero e desenvolvimento e gênero e desenvolvimento sustentável, foram realizadas buscas em portais de periódicos e uma análise das principais agendas internacionais para o Desenvolvimento Sustentável. Na segunda etapa, cujo objetivo era a realização de um estudo empírico na Região do Cariri Oeste, estado do Ceará, Semiárido nordestino, foram aplicadas entrevistas utilizando-se o método da história oral de vida e as respostas foram tratadas a partir de ferramentas da análise de conteúdo.

No capítulo 2, Gênero e o Paradigma do Desenvolvimento, é apresentado um levantamento dos principais eventos que abordaram a discussão sobre gênero e desenvolvimento, assim como são analisadas as estratégias resultantes dos debates sobre mulheres, gênero e desenvolvimento nas últimas décadas. O capítulo 3, Gênero e Sustentabilidade: uma estratégia necessária para o século XXI, contém a análise das três principais agendas internacionais para o Desenvolvimento Sustentável, de modo a conseguir identificar como o debate

sobre gênero vem se desdobrando em ações e políticas voltadas para o alcance do Desenvolvimento Sustentável no contexto nacional.

O capítulo de número 4, Mulheres Trabalhadoras Rurais: gênero, poder e construção de autonomias, busca apresentar discussões que já vem sendo empreendidas pelas mulheres camponesas, suas demandas, reivindicações e conquista. Também apresenta uma proposta de refletir sobre gênero e desenvolvimento sustentável a partir da construção de autonomias. No capítulo 5, Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região do Cariri Oeste, são apresentados os resultados do estudo empírico, contemplando categorias que emergiram das entrevistas realizadas e as inter-relações com a construção de autonomias.

Por fim, nas considerações finais, são apresentadas as principais conclusões e reflexões desta Tese, bem como possíveis caminhos para futuras pesquisas, que serão necessárias caso desejemos estabelecer uma agenda de governança global para o Desenvolvimento Sustentável com a integração de uma perspectiva de gênero que se preocupa com a dinâmica local e os reais interesses das mulheres.

1 PERCURSO METODOLÓGICO E O ATO DE PESQUISAR

“Meu interesse no problema, certamente, é mais do que acadêmico: desejo ver surgir uma mudança genuína, a emergência de uma ordem social e cultural na qual a classificação do potencial humano seja aberto às mulheres tanto quanto aos homens.”

Sherry B. Ortner

(Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?)

Esta pesquisa é de natureza qualitativa com realização de estudo empírico. A pesquisa qualitativa procura responder questões específicas, observando o universo dos significados que compreendem um determinado fenômeno (MINAYO, 2010). A opção pela metodologia qualitativa se deu por essa ser uma abordagem que privilegia a compreensão das relações sociais, permitindo assim uma maior aproximação com o objeto de estudo e os sujeitos envolvidos. Na abordagem qualitativa encontramos a possibilidade de compreender de forma profunda os significados atribuídos pelos sujeitos aos fatos, valorizando a maneira particular de observação e interpretação de cada um.

A primeira parte do estudo consiste em uma revisão das discussões sobre gênero e desenvolvimento nas últimas décadas, porém não se caracteriza apenas como um levantamento do estado da arte sobre esses dois conceitos. A investigação teve como intento identificar os modelos de interpretação e ação, nesta Tese nomeados como estratégias, sobre a inclusão dos debates de gênero nos planos de desenvolvimento. Assim como os fundamentos de cada uma das estratégias, aqui denominados de abordagens.

O resultado da revisão, apresentado no Capítulo 2, torna-se uma contribuição relevante da Tese ao considerarmos que durante o próprio exercício de levantamento e revisão foram encontrados poucos materiais em língua portuguesa que tratassem sobre o assunto de modo mais aprofundado. A maior parte das referências encontradas em textos nacionais sobre os diferentes modelos ou eram restritas, não abarcavam todas as estratégias, ou demasiado sintéticas, abordavam o tema em poucos parágrafos.

Essa etapa do estudo teve início com a busca de artigos que versavam sobre a integração dos debates de gênero aos planos de desenvolvimento em duas bases de dados, o portal de periódicos da CAPES e o Google Acadêmicos. Foram selecionadas para a busca nas bases de dados os seguintes termos-chave: "gênero e desenvolvimento", "gênero e desenvolvimento sustentável" e "gênero e sustentabilidade", em português, espanhol e inglês, sem restrição de período. Foram encontrados 1.674 materiais, incluídos conforme adequação do título e das palavras ao escopo da Tese. Em seguida, foi realizada uma segunda triagem a partir da leitura dos resumos ou preâmbulos, que resultou em 154 materiais selecionados. A inclusão foi feita conforme critérios pré-definidos: tratar sobre a inclusão das questões de gênero nas estratégias de desenvolvimento e abordar esse debate em uma perspectiva das agendas internacionais para o desenvolvimento. Por fim realizou-se uma leitura simples e, conforme seu pioneirismo e/ou ineditismo, foram selecionados 42 materiais para leitura em profundidade e inclusão na Tese.

Foi possível identificar cinco estratégias que surgiram entre as décadas de 1970 e 1990 e autoras-chave que fizeram análises relevantes sobre essas estratégias. Após o escrutínio desses trabalhos, identificou-se também as principais abordagens que guiaram cada uma das estratégias.

No processo de busca, no entanto, não foi encontrada nenhuma estratégia de integração do debate de gênero ao desenvolvimento que tivesse como principal fundamento a sustentabilidade. Duas das estratégias chegam a tratar sobre o desenvolvimento sustentável, uma na década de 1980 e outra na década de 1990, porém o foco está nos elementos que integram gênero e meio ambiente e gênero e cultura, respectivamente.

Com o propósito de alcançar os objetivos da Tese, buscou-se fazer um levantamento dos principais eventos internacionais que tiveram como pano de fundo as preocupações que emergiram com o surgimento do desenvolvimento sustentável. Os problemas gerados pelo modelo de desenvolvimento vigente, com foco quase que exclusivo em aspectos econômicos e financeiros, acarretaram

danos globais. Portanto só podem ser contornados com a participação de governos e populações de todo o mundo. Por esse motivo, o resultado da maioria desses eventos foi a formulação de declarações e agendas de princípios e ações a serem adotadas pelos governos dos países, tanto do Norte quanto do Sul global.

Foram identificados cinco eventos principais, sendo que três deles tiveram como resultado a criação de agendas com objetivos e metas para alcance da sustentabilidade. O texto dessas três agendas passou por uma análise que buscou verificar como as preocupações de gênero eram apresentadas e tratadas. Primeiro observando se eram mencionados os termos “meninas”, “mulheres” e/ou “gênero”. Depois, como o debate de gênero era apresentado na organização dos princípios, objetivos e metas e sua integração às demais discussões presentes nas agendas. Os resultados dessas observações encontram-se no Capítulo 3.

A segunda etapa da pesquisa é composta por um estudo empírico, realizado na região do Cariri Oeste, interior do estado do Ceará, Nordeste do Brasil. A região abarca dez municípios: Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Campos Sales, Nova Olinda, Potengi, Salitre, Santana do Cariri e Tarrafas. Para o estudo foi utilizado o método história oral de vida.

O local da pesquisa

O Semiárido brasileiro possui uma extensão de 1,03 Km² (Figura 1) o que corresponde a 12% do território nacional e 53% da região Nordeste (SUDENE, 2021). Aproximadamente 12% da população brasileira, que corresponde a mais de 27 milhões de pessoas, moram em região semiárida (IBGE, 2021). Metade dos estados do Nordeste possuem mais de 85% do seu território no Semiárido, e o Ceará é o estado com a maior porcentagem do território nessa região. O Semiárido brasileiro é marcado pelo clima árido e seco. As precipitações pluviométricas, que variam entre 300mm e 800 mm anuais, ocorrem de forma concentrada em alguns meses do ano. As chuvas nessa região são irregulares,

não sendo possível definir com precisão quando e em quais localidades ocorrerão novas precipitações (BAPTISTA; CAMPOS, 2013; SCHISTEK, 2013).

Figura 1 Delimitação do Semiárido Brasileiro



Fonte: SUDENE (2021)

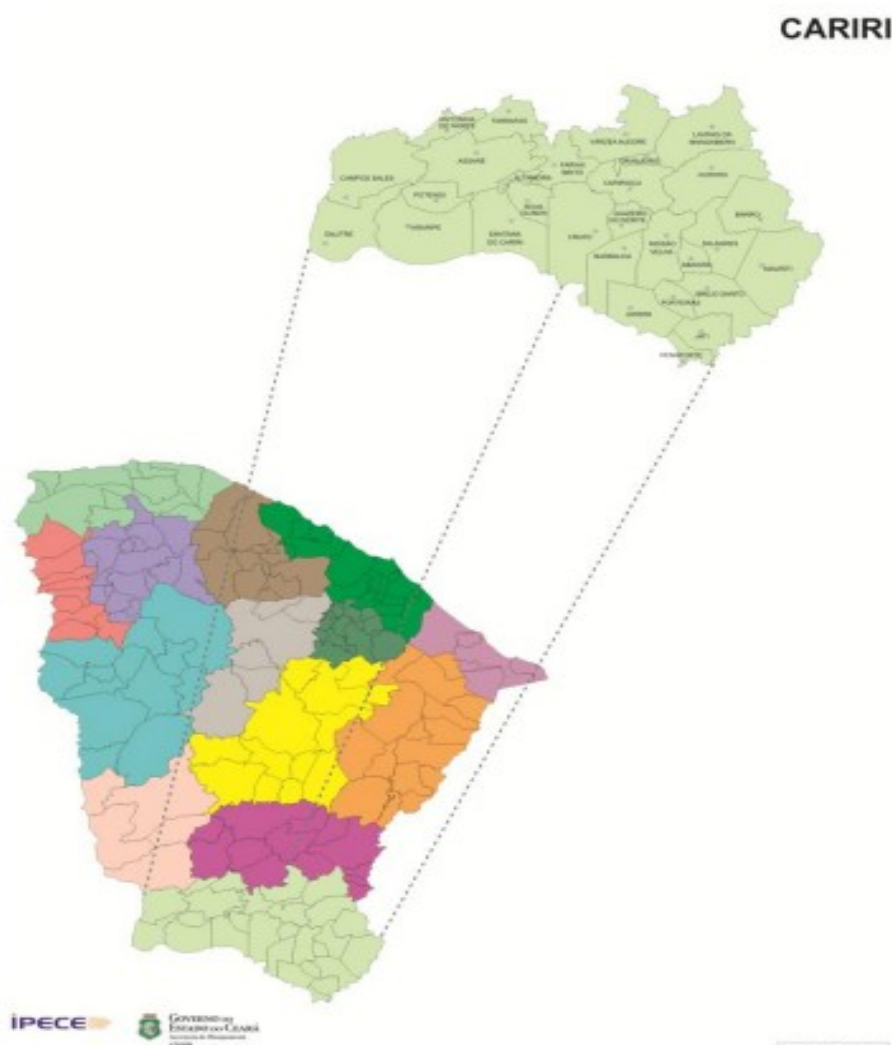
Os recorrentes períodos de estiagem e a falta de acesso à água para o consumo humano e para a produção de alimentos e criação de animais vêm historicamente afetando a vida das pessoas que habitam essa região (GOMES, 2001; MARENGO, 2008). No entanto, para Chacon (2007), o fenômeno da seca não pode ser compreendido apenas em relação ao clima, mesmo sendo este um fator preponderante, principalmente quando buscamos entender os efeitos da seca para o território do Semiárido e para a sua população. Questões como a grande concentração de terra e renda, o intenso fluxo migratório e ações políticas protecionistas e clientelistas, influenciam a perpetuação de um cenário de miséria no Semiárido. As políticas públicas para essa região tiveram, e ainda têm, como objetivo trazer algumas mudanças que amenizem de forma imediata os conflitos que surgem nos períodos de seca, porém nunca trataram dos pontos essenciais que permeiam o fenômeno, mantendo assim a dependência da região em relação às intervenções do governo (BURSZTYN, 1985; CHACON, 2007).

O Território do Cariri está localizado sul do Ceará (Figura 2), é composto por 29 municípios com extensão de 17.417 Km², e população estimada de 1 milhão de pessoas em 2020 (IPECE, 2021). Porém, metade dessa população está concentrada em três municípios: Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, com altos índices de urbanização. O Território do Cariri é conhecido como um “oásis no sertão” em razão de suas características edafoclimáticas, o que o diferencia de outras regiões localizadas no Semiárido brasileiro.

Do ponto de vista ambiental, o Território fica em região peculiar do Semiárido. Muitos dos municípios que o compõem localizam parte de seus territórios nas terras altas e verdes da chapada do Araripe e a outra parte na depressão sertaneja xerófila que a circunda (ANDRADE, 1980). Essa topografia única é resultado da sucessão de processos geológicos ao longo de centenas de milhões de anos, resquício de uma ampla bacia sedimentar que ocupava o interior nordestino (ASSINE, 1992). As áreas no topo da bacia sedimentar são regiões mais úmidas, chamadas popularmente de Serras, e dominadas por vegetação densa, chamada carrasco, semelhante ao cerrado. Na porção leste da chapada do Araripe brotam centenas de fontes naturais de água mineral. As áreas de Serra são propícias para a mandiocultura, um dos principais motores econômicos dos municípios da porção oeste do Cariri. A bacia sedimentar fornece matéria-prima para o principal polo gesseiro do país e, devido ao seu passado geológico, é considerada um dos principais sítios fossilíferos

do Brasil. Já nas áreas da depressão sertaneja, de solos rasos, predominam milho, feijão e pecuária (LINDOSO, 2013, p.140).

Figura 2 Localização da Região do Cariri



Fonte: IPECE (2015)

De modo extraoficial⁴ o Cariri cearense é subdividido em três microterritórios: Cariri Central, Cariri Leste e Cariri Oeste (Quadro 1). A região do Cariri Oeste foi escolhida para a realização desta pesquisa em razão dela ter sido alvo do Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire, entre os anos de 2017 e 2021.

Quadro 1 Microterritórios do Território do Cariri

Microterritório	Área	População	Municípios
Cariri Central	6.384 Km ²	672.233	Abaiara, Barbalha, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Jardim, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Missão Velha e Várzea Alegre
Cariri Leste	3.589 Km ²	205.656	Aurora, Barro, Brejo Santo, Jati, Mauriti, Milagres, Penaforte e Porteiras
Cariri Oeste	6.360 Km ²	157.829	Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Campos Sales, Nova Olinda, Potengi, Salitre, Santana do Cariri e Tarrafas

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPECE (2021)

O Projeto Paulo Freire foi fruto de um acordo entre o Governo do Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Segundo o próprio manual de implementação do projeto:

O Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire tem por objetivo contribuir para a redução da pobreza rural em 31 municípios cearenses por meio do desenvolvimento do capital humano e social e do desenvolvimento produtivo sustentável pautado na geração de renda, no âmbito agrícola e não agrícola, com foco principal em jovens e mulheres. Os objetivos específicos do Projeto são os seguintes:

a) Fortalecer as capacidades da população rural e das organizações comunitárias e produtivas para identificar, priorizar e

4 O estado do Ceará está subdividido em 14 regiões de planejamento: Cariri, Centro-Sul, Grande Fortaleza, Litoral Leste, Litoral Norte, Litoral Oeste/Vale do Curu, Maciço de Baturité, Serra da Ibiapaba, Sertão Central, Sertão de Canindé, Sertão de Sobral, Sertão dos Crateús, Sertão dos Inhamuns e Vale do Jaguaribe (IPECE, 2018). Devido a diferenças econômicas, sociais e ambientais que compõem a Região de Planejamento do Cariri, a Igreja Católica e o governo do estado do Ceará subdividem a região em três microterritórios: Cariri Central, Cariri Leste e Cariri Oeste. Sendo o Cariri Oeste, dentre os três, o microterritório que abriga os municípios com os maiores índices de pobreza no espaço rural, baixo acesso a serviços públicos básicos e pouco dinamismo econômico (GIANNELLA; CALLOU, 2011).

solucionar seus problemas, formar lideranças e melhorar sua capacidade de participação nos processos decisórios locais;

b) Apoiar o estabelecimento e fortalecimento de iniciativas produtivas comunitárias e familiares, aumentando suas capacidades e habilidades para desenvolver negócios rurais e acessar aos mercados, incluindo os mercados institucionais (PAA, PNAE e outros), e às outras políticas públicas para agricultura familiar (PRONAF, PNCF, entre outros);

c) Fomentar o desenvolvimento produtivo sustentável que incremente a produtividade das atividades (agrícolas e não agrícolas) desenvolvidas nas comunidades e unidades familiares, gerando oportunidades de renda e trabalho, levando em conta a adoção e promoção de práticas agroecológicas e o manejo sustentável de recursos naturais.

O Projeto Paulo Freire foi estruturado em dois componentes, que trabalharão com o desenvolvimento de capacidades das pessoas e das organizações comunitárias e produtivas (Componente 1), e com o apoio ao desenvolvimento produtivo e à sustentabilidade ambiental (Componente 2). Será a ação coordenada destes dois componentes que permitirá alcançar os objetivos almejados (SDA, 2017).

A história oral de vida

A história oral consiste em um método de resgate da memória a partir de narrativas, mas que também considera os silêncios, os fatos esquecidos, as repetições e a linguagem não verbal. Segundo Alberti (1990), a história oral deve ser utilizada no estudo de temas contemporâneos, que tenham ocorrido em um passado que possa ser resgatado por meio de entrevistas com pessoas que participaram do fenômeno, seja como atores ou como testemunhas. Esse método é útil para a elaboração de documentos que procuram registrar as experiências de pessoas e de grupos em sociedade (MEIHY, 2005), pois toda memória é coletiva, e portanto representa a percepção de si e dos outros (HALBWACHS, 2004).

A história oral pode ser de três tipos, história oral de vida, história oral temática e tradição oral. O Quadro 2 traz algumas das principais características de cada uma. A história oral de vida consiste na narrativa da experiência vivida por uma pessoa, onde o intuito é identificar não apenas os percursos individuais narrados, mas também processos coletivos (MEIHY, 2005). Deve ser entendida como método de pesquisa histórica, antropológica, sociológica voltado ao estudo

de acontecimentos históricos, de instituições, grupos sociais, profissionais, movimentos, e outros (ALBERTI, 1990).

Quadro 2 Tipologias da história oral

Aspectos principais		
História oral de vida	História oral temática	Tradição oral
<ul style="list-style-type: none"> - Sujeito primordial é o depoente. - Retrato oficial do depoente. - A verdade está na versão por ele apresentada. - Narrador é soberano para revelar ou ocultar casos, situações e pessoas. - As perguntas das entrevistas devem ser amplas, sempre colocadas em grandes blocos, de forma indicativa dos grandes acontecimentos e na seqüência cronológica da trajetória do entrevistado. - O entrevistador não deve contestar o entrevistado 	<ul style="list-style-type: none"> - É a que mais se aproxima das soluções comuns e tradicionais de apresentação de trabalhos analíticos em diferentes áreas do conhecimento acadêmico. - A entrevista é mais um documento, compatível com a busca de esclarecimentos e, por isso, o grau de atuação do entrevistador como condutor dos trabalhos fica mais explícito. - Parte de um assunto específico e preestabelecido → a objetividade é direta, pois a temática gira em torno de um esclarecimento ou opinião do entrevistador sobre algum evento definido. - Pretende-se que a história oral temática tenha alguma versão de um acontecimento que seja discutível ou contestatória. O entrevistador tem papel mais ativo, inclusive de contestação do que o entrevistado diz. - Detalhes da vida pessoal do narrador interessam por revelarem aspectos úteis à informação temática central. 	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalha com a permanência dos mitos e com a visão de mundo de comunidades que têm valores filtrados por estruturas mentais asseguradas em referências do passado remoto. - Remete às questões de um passado longínquo que se manifestam pelo folclore e pela transmissão geracional. - Exemplos de estudos de tradição oral: destino dos deuses, semideuses, heróis, personagens históricos e malditos, origem de povos, calendários, festividades, rituais, cerimônias cíclicas. - O sujeito neste tipo de pesquisa é sempre mais coletivo e menos individual. - Seu uso é comum em estudos de tribos e clãs, que resistem à modernidade. - A entrevista deve abranger pessoas que sejam depositárias das tradições.

Fonte: Cappelle, Borges e Miranda (2010) adaptado de Meihy (2002)

O instrumento primordial para a coleta de dados no método da história oral de vida é a entrevista, que consiste em três momentos: o pré-entrevista, a realização da entrevista e o pós-entrevista. O recolhimento dos depoimentos orais

exige do pesquisador um cuidado em relação aos três momentos. O período que antecede a entrevista agrega a construção do roteiro de entrevista, a escolha do lugar de realização da entrevista e a seleção das testemunhas. No segundo momento, de aplicação da entrevista, o pesquisador deve estar atento e respeitar a pessoa entrevistada, assim como deve permitir que esta se sinta à vontade para responder aos questionamentos. O momento posterior à entrevista implica no processo de transcrição, que deve ser feita o quanto antes pelo próprio entrevistador, que deve destacar os momentos de dúvidas e silêncios, as pessoas citadas, as entonações, os risos (TOURTIER-BONAZZI, 1998).

Pré-entrevistas

No período pré-entrevista foi elaborado um roteiro semiestruturado (Apêndice B). Para tanto adotaram-se princípios e elementos do Diagnóstico Rural Participativo (DRP). O DRP é uma técnica alternativa, onde os sujeitos da pesquisa podem compartilhar suas opiniões conforme seus próprios critérios de relevância no repasse das informações. O DRP tem na valorização dos conhecimentos dos membros da comunidade um de seus mais importantes princípios (VERDEJO, 2006). Das várias ferramentas que compõem o DRP⁵ (principalmente das ferramentas que integram a etapa de Análise de Gênero), foram retirados elementos para compor as questões do roteiro, quais sejam:

(1) Organização comunitária: tem como objetivo identificar e analisar a atual situação da comunidade, observando potencialidades e fraquezas;

(2) Uso do tempo: procura descrever as atividades domésticas, produtivas e de lazer realizadas pelas mulheres diariamente;

5 Observação participante, entrevistas semiestruturadas, mapas e maquetes (recursos naturais, social, comunidade, propriedade, fluxos econômicos, migração, futuro), travessia, calendários (agrícola, atividades, sazonal, histórico), diagramas (árvores de problemas, diagrama de Venn, fluxograma de comercialização, fluxograma de produção), matrizes (comercialização, camadas sociais, organização comunitária, priorização de problemas, hierarquização por casais, cenário de alternativas) e análise de gênero (rotina diária, uso do tempo, distribuição de tarefas, tomada de decisões, controle e acesso, mapa de movimentos).

(3) Controle e acesso: procura identificar como se dá o acesso das mulheres aos mais diferentes recursos para realizarem suas atividades, e os benefícios pessoais e coletivos resultantes;

(4) Distribuição de tarefas: busca identificar as diferenças nas ocupações de mulheres e homens;

(5) Tomada de decisões: o intuito é identificar como as mulheres estão envolvidas no processo de tomada de decisões no âmbito familiar e das atividades produtivas.

Esses elementos, mais algumas indagações sobre o conhecimento das entrevistadas sobre sustentabilidade e os ODS, foram estruturados em 21 questões. Vale ressaltar que a proposta de um roteiro semiestruturado é a de construção de questões-guia. Durante a aplicação do roteiro, a partir das observações, falas e posturas de cada entrevistada, novas perguntas foram sendo introduzidas, o que trouxe uma singularidade para cada entrevista aplicada.

Na aplicação de instrumentos como esse, a postura de quem entrevista deve ser de zelo e atenção para que as perguntas que surjam ao longo da entrevista não se distanciem em demasia do roteiro, a ponto de que os questionamentos iniciais não venham a ser respondidos. Assim como deve ser uma postura de respeito à fala das entrevistadas, não interrompendo-as de forma brusca para retornar às perguntas do roteiro. Esse cuidado aumenta quando utilizamos o método de história oral de vida, já que podemos adentrar em temas sensíveis e íntimos durante a aplicação do roteiro.

De modo a complementar as entrevistas semiestruturadas, foi elaborado um questionário para registro dos dados da entrevista e de informações sociodemográficas das entrevistadas (Apêndice C). Os instrumentos de coleta foram aplicados com mulheres trabalhadoras rurais residentes em comunidades da região do Cariri Oeste.

A fim de identificar as mulheres a serem entrevistadas, realizou-se um primeiro contato com técnicos de extensão agrícola vinculados ao Projeto Paulo Freire. Por indicação de um desses técnicos foi feito o acompanhamento do 9º

Encontro do Fórum de Comunidades Rurais do Cariri Oeste⁶, com duração de um dia, em outubro de 2018. O Fórum se mostrou uma importante oportunidade para um primeiro encontro com lideranças de várias comunidades rurais, além da possibilidade de poder acompanhar os debates realizados dentro do evento. À época, 40 comunidades faziam parte do Fórum. Porém, na última atualização, em março de 2020, 114 comunidades já integravam o Fórum (Quadro 3).

Quadro 3 Comunidades participantes do Fórum de Comunidades Rurais do Cariri Oeste

Altaneira	Bananeira, Cachimbo, Chapada dos Romeiros, Serra do Valerio/Açudinho, Sítio Córrego e Taboquinha/Taboca.
Antonina do Norte	Conceição/Pedra da Cruz, Espírito Santo, Riacho Fundo, Rocinha, Tabuleiro dos Mendes e Várzea Nova.
Araripe	Alívio, Arruda, Campina de Dentro, Chapada do Viturino, Desapregado, Guaribas, Junco, Nascente, Serra da Perua, Serra de São Vicente, Serra do Segredo, Sítio Campina de Dentro, Sítio Ladeira e Tanquinho.
Assaré	Araças, Areias/Tamboril/Jatobá, Baixa Queimada, Baixio Grande, Cacimba do Mel, Caraíbas, Genesaré, Gordiana, Laços, Lajeiro Grande dos Belos, Limão, Pilar, Pilões, Serra de Santana, Serra de São José, Serrinha dos Amâncios, Soledade, Tamboril, Trapiá, Varjota, Várzea Comprida e Volta.
Campos Sales	Cajazeiras, Itaguá, Lagoa Coberta, Lagoa do Carmo, Queimadas, Serra da Lagoa, Sítio Caiçara, Sítio Flores,, Tanquinho e Varzinha.
Nova Olinda	Angicos, Araças, Barreiros, Bujari, Catolé, Chiquitoso, Extrema, Gostoso, Olho d'Água, Patos, Pedra Branca, São João, Sozinho, Triunfo, Zabelê I e Zabelê II.
Potengi	Carcará e Catolé
Salitre	Chapada da Água Branca, Chapada do Alegre, Lagoa dos Crioulos, Serra dos Chagas, Serra dos Nogueiras, Sítio Arapuca, Sítio Mufumbo e Sítio Papagaio.
Santana do Cariri	Boqueirão, Canafístola, Cedro, Guritiba, Encruzilhada, Peixoto, Pimenteira, Ponta da Serra, Rosendo, Saco do Angelim, Serra de São Gonçalo, Sítio Bois, Sítio Lírio, Sobradinho e Tabuleiro.
Tarrafas	Boa Vista, Caiçara, Cajazeiras do Jiló, Cajazeiras dos Sampaio, Riacho Verde,

6 O Fórum de Comunidades Rurais do Cariri Oeste foi criado em agosto de 2016. Antes da criação do Fórum, em 2015, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) iniciou uma pesquisa na região que consistia em identificar processos de inclusão e exclusão em comunidades rurais derivados de sete políticas públicas federais, a partir do olhar dos próprios moradores das comunidades. No encontro de devolutiva dos resultados da pesquisa, em julho de 2016, os participantes demonstraram interesse em continuar com as discussões e, coletivamente, buscarem melhorias para as comunidades rurais do Cariri Oeste. Para mais informações sobre o início do Fórum, seus objetivos e princípios, verificar o Boletim Informativo do Fórum de Comunidades Rurais do Cariri Oeste, edição 001 de março de 2020, disponível em <https://forumcaririoeste.files.wordpress.com/2020/04/boletim-001-color.pdf>.

	São Vicente, Serrote, Sítio Escondido, Sítio Logradouro de Baixo, Sítio Oitis, Sítio Patos, Sítio Poços, Sítio Timbaúba, Sítio Umbuzeiro e Urubuzinho.
--	--

Fonte: Elaboração própria

A partir desse primeiro contato com mulheres participantes do Fórum, foram agendadas as primeiras visitas às comunidades que ocorreram de novembro de 2018 a julho de 2019. Após os primeiros contatos, novas participantes foram acionadas a partir de indicações das mulheres já entrevistadas, com uso da técnica bola de neve (snowball).

A bola de neve é uma técnica não probabilística para coleta de dados contínua que é finalizada quando se aproxima da saturação. Por meio de "sementes" (informações-chave e documentos norteadores) localiza-se o grupo que possui o perfil desejo (testemunhas privilegiadas), esse grupo, por sua vez, indicará novos grupos e contatos de sua própria rede social. Bernard (2005) aponta que o método é indicado para grupos da população que estão distribuídos em uma área abrangente e para grupos que são estigmatizados e ou reclusos. Neste sentido a utilização deste método na presente pesquisa se fez necessária pelo fato de as mulheres a serem entrevistadas estarem em diferentes localidades e não ser possível localizá-las em um mesmo ambiente.

As primeiras entrevistadas foram cinco mulheres cujo contato foi feito diretamente no 9º Fórum de Comunidades Rurais do Cariri Oeste, e outras três cujo contato foi intermediado por técnicos de extensão rural. Por intermédio dessas oito mulheres, foi feito contato com mais quinze, porém apenas dez se dispuseram ou tiveram condições de participar da entrevista, e com a agente de saúde que atendia algumas das comunidades, que fez a mediação com outras três mulheres. Esse segundo grupo de entrevistadas fez a indicação de outras doze novas mulheres, que foram contatadas diretamente, mas apenas oito delas tiveram disponibilidade de participar. Do terceiro grupo de entrevistadas houve a indicação de outras quatro mulheres que ainda não haviam sido contatadas, das quais três deram retorno positivo para participação na pesquisa. A partir desse momento as indicações de mulheres ainda não contatadas se tornaram escassas.

Dessa feita, foram realizadas o total de 32 entrevistas em comunidades rurais de todos os municípios do Cariri Oeste.

Realização das Entrevistas

A entrevista é um momento de encontro de pessoas e realidades muitas vezes distintas que começam a partilhar um pouco de suas histórias, interesses e desejos. Apesar do interesse científico aqui presente, as entrevistas foram, antes de tudo, um momento de trocas. O trajeto até chegar às comunidades já era um momento de reflexão. As estradas de difícil acesso e a falta de informações sobre como se chegar às comunidades já demonstravam a invisibilização daquele espaço e das pessoas que ali residem.

Pelas distâncias percorridas, o momento com a entrevistada não se limitava à realização de algumas perguntas, mas à incursão por suas vivências e um pouco do seu cotidiano. Primeiro uma conversa com outros membros da família também presentes, às vezes o esposo ou algum filho, um café ou um suco para acompanhar. Depois partia-se para a entrevista.

As entrevistas foram realizadas nas próprias residências das mulheres participantes. Essa não era uma condição imposta para a realização da entrevista, porém se tornou salutar, pois assim as entrevistadas conseguiam mais facilmente acessar recursos para ilustrar suas falas, como as fotografias de família, os cômodos da casa ou as plantações, o que também auxiliava no resgate das memórias.

Como esta pesquisa utilizou o método da história oral de vida, as entrevistadas iniciavam falando livremente e, a partir de seus apontamentos, eram feitos alguns questionamentos conforme as perguntas-guia estabelecidas no roteiro semiestruturado. Aqui é importante destacar o respeito que deve ser dispensado às entrevistadas. A entrevista na história oral de vida trata de questões muito íntimas e delicadas das interlocutoras, por isso realizar uma escuta

atenta, acolhedora e sem julgamentos foi um compromisso assumido nesta atividade de campo.

Além desse compromisso ético de escuta atenta e respeitosa entre pesquisadora e entrevistadas, antes de iniciar qualquer entrevista os objetivos da pesquisa eram apresentados, assim como o direito das entrevistadas de desistirem da entrevista quando assim o desejassem e a garantia de que os resultados da pesquisa não lhes causariam algum mal ou dano de qualquer natureza. Ao final era lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice D) e solicitada sua assinatura pela participante, que também ficava com uma cópia do mesmo.

Por vezes, em um dia era possível realizar apenas uma entrevista, já que algumas precisaram ser interrompidas para que as mulheres cuidassem de alguma atividade doméstica, ou, ao final da entrevista, a entrevistada assumia o papel de guia para apresentar a propriedade. Esses momentos auxiliaram na aproximação entre pesquisadora e entrevistadas, além de tornarem oportunos para recordar algum fato esquecido, ou ratificar alguma informação dada.

Cada entrevista teve duração média de 90 minutos, totalizando mais de 40 horas de áudio, além dos registros em notas. As entrevistas foram gravadas, de modo a que se tornasse mais fácil interagir com a entrevistada e revisar as falas posteriormente.

Pós-entrevistas

As entrevistas foram transcritas integralmente pela própria pesquisadora e organizadas por temas-chave que emergiram a partir das perguntas presentes no roteiro semiestruturado. Tais temas foram:

- 1) Barreiras de gênero na memória
- 2) Uso do espaço e de bens naturais
- 3) Produção e comercialização

- 4) Organização comunitária
- 5) Dinâmica familiar e tomada de decisão
- 6) Ser mulher no Semiárido

Esses temas foram identificados a partir da aplicação de técnicas de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011). A princípio foi feita uma pré-análise, com a leitura de todas as transcrições e notas, destacando pontos de relevância aparentes. Em seguida partiu-se para uma exploração mais profunda do material. Primeiro o material transcrito foi desagregado, buscando-se identificar palavras e ideias-chave presentes, para posterior reagregação nas categorias acima citadas, conforme repetição da ideia central. Por fim, realizou-se o tratamento dos resultados a partir da descrição, inferências e interpretações.

Durante a exposição dos resultados das entrevistas são utilizados trechos das falas das entrevistadas, porém, com intuito de preservar o anonimato delas, as falas são identificadas com um código numérico e a idade. No momento de inclusão das falas ao texto optou-se pela transcrição adaptada, ou seja, não literal. Foram portanto retiradas repetições que não afetam o conteúdo ou o contexto da fala e foram corrigidos erros de concordância, sem contudo alterar a coerência do que foi exposto verbalmente. Essa medida foi adotada como forma de não constranger ou expor as entrevistas e não reforçar o preconceito linguístico em relação às pessoas do campo e do interior.

2 GÊNERO E O PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO⁷⁸

Este capítulo tem como objetivo apresentar a inserção do debate de gênero e desenvolvimento no âmbito da governança global. Para isso, o mesmo está dividido em duas partes. A primeira delas traz uma cronologia com os principais eventos que trataram em alguma a relação entre gênero e desenvolvimento nas últimas décadas. Tais eventos são importantes para a discussão desta Tese em razão de terem sido espaços férteis de debate para que essa temática passasse a configurar as agendas internacionais sobre desenvolvimento e, posteriormente sobre Desenvolvimento Sustentável, e impactado a formulação de políticas públicas para as mulheres nos países.

A segunda parte traz a revisão de artigos e documentos que abordaram as estratégias sobre gênero e desenvolvimento utilizadas pelas agências internacionais de fomento ao desenvolvimento. De forma a complementar o é trazido na parte um, o levantamento das estratégias visa desenhar as principais características de cada estratégia e suas interinfluências nas políticas públicas.

2.1 Cronologia de eventos sobre gênero e desenvolvimento

Se hoje guardamos a compreensão de que é necessário haver uma preocupação sobre as questões de gênero para o alcance de um desenvolvimento com efetivas transformações sociais, até a chegada dos anos 1970 poucas eram as discussões sobre sistema de gênero ou perspectiva de gênero. Antes desse período as preocupações se voltavam para o campo do crescimento econômico. Inclusive, a Primeira Década da ONU sobre Desenvolvimento, ocorrida nos anos 1960, enfatizava o crescimento econômico e a teoria do gotejamento.

7 Este capítulo serviu de subsídio para a apresentação oral: Silva, Milanya Ribeiro da; Sayago, Doris Aleida Villamizar. Gênero e Sustentabilidade: uma propositura a partir da revisão das estratégias de gênero e desenvolvimento, © E-Sustainability22, Seminário Doutoral DSSD Universidade Aberta (Uab) de Portugal / PGCDs UnB, junho de 2022.

8 Este capítulo serviu de subsídio para a apresentação oral: Silva, Milanya Ribeiro da; Sayago, Doris Aleida Villamizar. Mulheres e Meio Ambiente: uma reflexão necessária a partir da integração da dimensão gênero à sustentabilidade, 8º Congresso Internacional de Antropologia AIBR, Salamanca, julho de 2022.

Dois acontecimentos importantes anteriores à década de 1970 sobre as questões de gênero foram a criação da Comissão de Status da Mulher (CSW), em 1946, como núcleo dentro da ONU, instituída no ano anterior, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. O próprio instrumento de criação da ONU, a Carta das Nações, apontava para a necessidade de igualdade entre mulheres e homens e que não deveria haver nenhuma restrição de gênero na participação em órgãos principais ou subsidiários da instituição. A Declaração trouxe em seu preâmbulo a afirmação de que homens e mulheres tinham igualdade de direitos. Se isto nos parece óbvio agora, não o era à época. Tampouco a declaração em si se efetivou em ações e mudanças imediatas, mas, em certa medida, vinculou os governos a um compromisso jurídico em que a igualdade entre os gêneros passou a ser entendido como um direito humano.

Em 1976, a ONU colocou em vigor o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), aprovado em 1966. O tratado multilateral apontava, no artigo 3º, que os países-membros deveriam assegurar às mulheres e aos homens o mesmo acesso aos direitos enunciados no pacto. De forma mais específica, em seu artigo 7º, também apontava para a necessidade de um salário equitativo para mulheres e homens quando estes realizem trabalhos iguais, assim como condições de trabalho igualitárias (UN, 1967). O mesmo foi ratificado pelo governo brasileiro apenas em 1992, conforme o decreto nº 591 (BRASIL, 1992).

Um outro tratado da ONU, desta vez centrado nos direitos das mulheres, foi aprovado em 1967 e passou a vigorar em 1979. A Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) foi a primeira tentativa de um tratado internacional a discorrer sobre a igualdade de direitos das mulheres e a superação da discriminação de gênero. O seu conteúdo é fruto de um trabalho realizado entre 1949 e 1962 que visava abordar direitos das mulheres que se encontravam em maior situação de vulnerabilidade, neste período foram elaborados outros documentos, como a Convenção dos Direitos Políticos das Mulheres, de 1952; a Convenção sobre a Nacionalidade de Mulheres

Casadas, de 1957; a Convenção sobre o Casamento por Consenso, Idade Mínima para Casamento e Registro de Casamentos, de 1962. E, a partir de 1965, concentraram esforços para consolidar todas essas discussões em um único instrumento com abrangência internacional.

Esse documento não se efetivou como um tratado, pois não chegou a se constituir em um aparato de obrigações legais para os Estados-membros. Mas certo avanço veio do acréscimo de discussões a partir de 1972, que visaram organizar uma declaração com força de lei e passível de ser operacionalizada pelas partes. Tais discussões foram impulsionadas pela promulgação do ano de 1975 como o Ano Internacional das Mulheres, com a culminância de instituir, pela ONU, o período de 1976-1985 como a Década das Nações Unidas para as Mulheres. E em 1979 a Comissão para Eliminação da Discriminação contra a Mulher passou a integrar a Assembleia Geral da ONU (PIMENTEL, 2013).

Entre 1975 e 1995 ocorreram as quatro conferências mundiais sobre as mulheres. A I Conferência Mundial da Mulher (CMM) ocorreu na Cidade do México, no ano de 1975, instituído pela ONU como o Ano Internacional das Mulheres. A I CMM teve como tema central Igualdade, Desenvolvimento e Paz, e como subtemas a eliminação da discriminação da mulher e seu avanço social (ONU, 2020). Logo no início do evento adotou-se como público-alvo mulheres pobres, fundamentada na busca pela erradicação da pobreza (BRAIDOTTI et al, 1994). O evento deu as diretrizes para a Década das Nações Unidas para as Mulheres (1976-1985). O relatório resultante da I CMM se debruçava sobre uma preocupação principal relativa à subutilização da capacidade das mulheres, grupo discriminado correspondente à metade da população mundial, o que seria um obstáculo ao desenvolvimento social e econômico, também questionava a reduzida participação política destas (UN, 1976).

A II Conferência Mundial da Mulher ocorreu em 1980, em Copenhague. Desta vez com os subtemas educação, emprego e saúde e tendo como objetivo central uma revisão e avaliação das metas que haviam sido propostas durante a I

CMM. Chegou-se à conclusão de que pouco do que havia sido proposto tinha sido alcançado. Durante a conferência percebeu-se a necessidade de maior acesso e controle a direitos por parte das mulheres, assim como a insuficiência de medidas com caráter jurídico para que de fato se alcance a igualdade entre os gêneros (UN, 1980). Na década de 1980 houve considerável aumento dos movimentos sociais de mulheres do Sul (BRAIDOTTI et al, 1994).

Em 1985 ocorreu a III Conferência Mundial sobre a Mulher, em Nairóbi. Também conhecida como Conferência Mundial para a Revisão e Avaliação das Realizações da Década das Nações Unidas para a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, pois seu principal intuito foi o de avaliar os resultados das proposições da Década das Nações Unidas para as Mulheres. Sem grandes mudanças do que havia sido constatado cinco anos antes, poucas foram as medidas efetivas para a redução da discriminação contra as mulheres e de ações governamentais para aumentar a participação das mulheres em questões econômicas, políticas, sociais e culturais e seus respectivos processos decisórios (UN, 1986). O principal documento elaborado a partir das discussões e movimentos realizados na Década das Nações Unidas para a Mulher foi o Estratégias com Um Olhar no Futuro (FLS), lançado na conferência de 1985. O documento esteve voltado para a integração total das mulheres no desenvolvimento econômico por intermédio do acesso à educação, formação e recursos (BRAIDOTTI et al, 1994).

Nesta Conferência foi proposto o termo de *gender mainstreaming*. Traduzido para o português como perspectiva ou transversalidade de gênero (UN, 1986). O termo, no entanto, só foi definido na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, que ocorreria dez anos depois. O que ficou evidente a partir da avaliação feita durante a terceira conferência foi que as ações propostas haviam alcançado um grupo pequeno de mulheres, que a responsabilização dos Estados em criarem políticas e normas eram baixas e que era necessário tornar esta uma preocupação global. Por esta razão foram criadas as Estratégias Prospectivas de Nairóbi para 2020.

Em novembro de 1991 ocorreu o I Congresso Mundial das Mulheres por um Planeta Saudável, em Miami, evento preparatório para a Eco-92. A mobilização para que diversos grupos de mulheres participassem desse evento foi feita pela Organização das Mulheres para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (WEDO). O congresso reuniu 1.500 lideranças oriundas de 83 países e teve como resultado o lançamento da Agenda 21 de Ação das Mulheres, com críticas ao modelo de desenvolvimento dominante (BRAIDOTTI et al, 1994; LEACH, 2007).

Em Miami, as mulheres afirmaram a **centralidade das pessoas no processo de desenvolvimento** como ponto de partida da sua análise política do acesso, utilização e distribuição dos recursos naturais em todos os níveis, **desde a família até ao nível internacional**. Os problemas globais do meio ambiente e do desenvolvimento foram resumidos como sendo o consumo excessivo esbanjador no mundo desenvolvido, desenvolvimento inadequado conducente a uma dívida e a um ajustamento estrutural no Sul, o aumento cada vez maior da pobreza e a degradação da floresta e da terra, os danos ambientais, a poluição e os resíduos tóxicos, o crescimento da população, a criação de refugiados ecológicos e, por último mas não menos importante, os gastos excessivos com a guerra e o aparelho militar associado ao prejuízo ambiental. A Agenda 21, baseada nos princípios da equidade global, ética dos recursos e aumento do poder das mulheres, representa a base para uma **mudança paradigmática no desenvolvimento**, tal como é mundialmente exigido pelas mulheres, e fornece recomendações detalhadas de como lidar com os problemas. Em Miami, as mulheres exigiram o direito de introduzir as suas perspectivas, valores, capacidades e experiências na criação de políticas a todos os níveis, [...]. Apelaram a um 'Planeta Saudável', no qual **a democracia participativa, o livre acesso à informação, a responsabilidade, a acção [sic] ética, a justiça e participação integral das mulheres sejam concretizados**. Elas desafiaram o presente modelo de desenvolvimento com a sua concepção economicista da sustentabilidade, e sugeriram uma noção mais holística de desenvolvimento sustentável política, social e culturalmente, ou seja, **estilos de vida sustentáveis para todos**.

[Um momento das] mulheres de grupos política e geograficamente afastados, e igualmente de classes e raças diferentes, também em termos profissionais e institucionais criticaram o desenvolvimento e a posição colectiva [sic] da crise ambiental, chegando a um processo participativo e democrático. O problema já não era visto como limitado ao Sul, mas global; **a crise global foi identificada nas suas diferentes manifestações regionais**. [Grifo meu] (BRAIDOTTI et al, 1994, pp. 150-151)

Em 1992, no Rio de Janeiro, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad). A Eco-92 ou Cúpula da

Terra, como ficou conhecida. Em paralelo ao evento principal aconteceu o Planeta Fêmea, dentro do Fórum Global de ONG. O Planeta Fêmea, que apresentou os pontos presentes na Agenda 21 de Ação das Mulheres, foi coordenado pela Coalizão de Mulheres Brasileiras e contou com a presença de 30 mil mulheres de todo o mundo. As preocupações levantadas e as proposições discutidas no Planeta Fêmea sobre a participação das mulheres no desenvolvimento sustentável refletiram nos textos produzidos ao final da conferência, mas não da maneira esperada.

Foram elaborados vários documentos oficiais, que serviriam de guia para os Estados seguirem rumo ao desenvolvimento sustentável. Os documentos produzidos foram a Agenda 21 (1992), a Carta da Terra (1992), a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento (1992), a Convenção sobre Diversidade Biológica (1992), Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (1992), Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (1992), Declaração de Princípios sobre Florestas (1992). A Agenda 21 consiste em um plano de ação internacional elaborado a partir da Conferência, com vistas a ser adotado pelos governos e pela sociedade civil para o alcance da Sustentabilidade (Agenda 21, 1992), a partir de uma perspectiva de longo prazo (BURSZTYN; PERSEGONA, 2008). A Agenda-21, principal documento da Eco-92 inclui um capítulo específico com uma proposta de Ação Mundial pela Mulher, pois as considera como um grupo prioritário a ser considerado nas proposições da Agenda.

Em 1994, ocorreu a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), no Cairo. Como resultado da Conferência foi lançado o Programa de Ação do Cairo. As discussões na CIPD tiveram como pano de fundo o desenvolvimento sustentável e ampliação dos direitos humanos, principalmente os das mulheres, considerando a atenção e busca pela equidade de gênero. Também há um foco importante dado às mulheres e meninas quando são tratados no documento a necessidade de ampliação do acesso à educação e à saúde, de maneira mais específica à saúde sexual e reprodutiva. Ao observarmos os 15

princípios resultantes das discussões da conferência e que regem o Programa de Ação, encontramos destaque para os termos: direitos humanos (princípios 1, 3, 4, 10 e 12); desenvolvimento sustentável (princípios 2, 6, 7 e 15); educação (princípios 8, 10, 11 e 14); mulher e/ou meninas (princípios 4, 8 e 10); e, saúde (princípios 8, 11 e 14) (UN, 1994).

Em 1995, ocorreu a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim. O relatório da Conferência de Pequim trouxe consigo uma mudança de perspectiva ao conceituar o que é gênero, e que este deve ser o mote para a construção da agenda internacional sobre as mulheres. Esta mudança aponta para uma ampliação do debate, pois reconhece a necessidade de atentar para toda a estrutura social e suas instituições, tendo em vista que apenas com uma reestruturação nessas instâncias será possível garantir o direito das mulheres (UN, 1995). Conforme a Plataforma de Ação de Pequim a inserção da perspectiva de gênero passa a abordar as relações de gênero, considerando o poder que se encontra no cerne destas relações e como o produto de relações sociais que podem ser modificadas, no lugar de uma análise da situação das mulheres considerando uma perspectiva de determinação biológica. A inserção da transversalidade de gênero (*gender mainstreaming*) apontava para a necessidade de um mecanismo estratégico pautado no gênero para a construção, implementação e avaliação de políticas públicas ou para qualquer outra decisão e ação global, nacional ou local de maneira integrada (UN, 1995; NANES; QUADROS; ZARIAS, 2017; TSIGE; SYNNEVAG; AUNE, 2020). Sendo necessária a participação de toda a sociedade para a superação das desigualdades entre mulheres e homens (NANES; QUADROS; ZARIAS, 2017). A Plataforma de Ação de Pequim é o documento mais importante sobre os problemas enfrentados pelas mulheres (ANTROBUS, 2005).

Entre 1975 e 1995 é possível identificar importantes mudanças nas discussões sobre igualdade de gênero influenciadas por conferências ocorridas nesse espaço temporal de 20 anos. Se até então a mulher era analisada a partir de uma perspectiva biológica, neste período a mulher passou a ser vista como um

ser social. Portanto deveriam ser inseridas discussões sobre a interação das mulheres na sociedade, e, mais além, os papéis desempenhados por mulheres e homens e suas relações. Assumiu-se nesse período a necessidade de se trabalhar a partir da perspectiva de gênero (ABRAMOVAY, 1995).

Nos anos 2000 ocorreu a Cúpula do Milênio das Nações Unidas, em Nova York. Evento em que foi lançada a Declaração do Milênio das Nações Unidas com foco em um desenvolvimento sustentável, baseado na busca pelo alcance dos direitos humanos. Considerando os valores expressos na Declaração foi definido um conjunto de questões-chave a serem trabalhadas: (a) paz, segurança e desarmamento; (b) desenvolvimento e erradicação da pobreza; (c) proteção do ambiente comum; (d) direitos humanos, democracia e boa governança; (e) proteção dos grupos vulneráveis; (f) atendimento das necessidades especiais da África; e, (g) reforço das Nações Unidas.

Como um desdobramento da declaração foram lançados 8 grandes objetivos globais (com 21 metas e 60 indicadores⁹) voltados para nortear as estratégias dos países entre os anos 2000 e 2015, período referência dos ODM¹⁰. Os ODM tornaram-se os elementos norteadores para a política de desenvolvimento global. Cada objetivo abarcava um tema central e era seguido por um conjunto de metas e indicadores. O objetivo 3 é destinado a propor ações voltadas para a igualdade entre os sexos e a valorização da mulher. Mas também é possível identificar metas explícita ou implicitamente orientadas para a igualdade de gênero ou dos direitos das mulheres em todos os objetivos. No Brasil, o documento foi revisado e adaptado às necessidades locais, ficando com 22 metas e 64 indicadores. E com o objetivo de acompanhar seus resultados, o Brasil elaborou 5 relatórios nacionais de acompanhamento¹¹.

9 No documento original constavam 18 metas e 48 indicadores. Os demais foram acrescentados em 2005 como resposta a críticas acerca do alcance limitado dos ODM.

10 Os ODM foram elaborados a partir das discussões ocorridas nas conferências promovidas pela ONU durante a década de 1990: Rio 1992 (Meio Ambiente), Viena 1993 (Direitos Humanos), Cairo 1994 (População), Copenhague 1995 (Desenvolvimento Social), Pequim 1995 (Mulheres), Istambul 1996 (Habitat) e Roma 1997 (Alimentos) (ANTROBUS, 2005)

11 Relatórios de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. IPEA: Brasília – anos 2004, 2005, 2007, 2010, 2014.

Em 2015 ocorreu a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas promovido pela ONU, onde foi aprovado por 193 Estados-membros, o documento “Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”. No evento foi apresentada a revisão dos ODM e ocorreu o lançamento dos ODS (2015-2030), com a presença de um objetivo sobre promoção da igualdade de gênero e a proposta de uma discussão transversal com os demais objetivos.

A implementação da agenda 2030 no Brasil ocorreu a partir da criação da Comissão Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) da Secretaria de Governo da Presidência da República (SEGOV). O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) ficou responsável por fazer o acompanhamento da agenda e prestar assessoria técnica permanente à secretaria. No Plano de Ação 2017-2019 da CNODS foi definida a adequação das metas globais à realidade brasileira e também dos indicadores (assim como nos ODM, mas um desafio bem maior considerando o aumento, abrangência e universalidade dos ODS).

2.2 As fases do debate: mulheres, gênero e desenvolvimento

Na página inicial da Apostila de Conceitos Básicos sobre Gênero, Direitos Humanos e Políticas Públicas para Mulheres Indígenas, utilizada na oficina realizada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) com mulheres indígenas, sob a organização de Rita Segato¹², há um trecho do Relatório de Desenvolvimento Humano de 1997 que diz que “Nenhuma sociedade trata suas mulheres tão bem quanto seus homens”. Reconhecimentos como esses trazem um vislumbre de que as agências e instituições de desenvolvimento desejam ao menos demonstrar a urgência da superação das desigualdades latentes entre os gêneros na sociedade.

¹² Rita Segato é antropóloga, professora e escritora argentina. Tem realizado importantes investigações sobre questões de gênero e direitos humanos nos povos indígenas e em comunidades da América Latina. É professora emérita da UnB, onde atuou entre 1985 e 2010, mas apenas em 2021 suas obras começaram a ser publicadas no Brasil

Porém transformar este reconhecimento em ações não é caminho fácil e requer reflexões sobre em que bases essas ações estiveram e estão fundamentadas.

Por um lado, as mudanças encontradas são consequência das muitas reivindicações dos movimentos sociais de mulheres e podem ser consideradas como uma importante conquista no que diz respeito ao reconhecimento das mulheres como agentes, e não apenas pacientes, no processo de desenvolvimento. Porém é necessário questionar até que ponto os objetivos realmente defendidos pelas mulheres são reconhecidos como legítimos e em que medida essas falas têm sido apropriadas e despolitizadas pelas instituições (CALKIN, 2015).

Meninas e mulheres são atualmente a imagem adotada por diversas políticas públicas de combate à pobreza e são destaque nos discursos de desenvolvimento. Também aponta-se o empoderamento econômico desse grupo como a panaceia para a superação da pobreza global (CALKIN, 2015). No entanto, posturas recentes de desmonte e enfraquecimento de políticas públicas para as mulheres estão ocorrendo em deferentes países, como no caso brasileiro, e a crise de desenvolvimento humano desencadeada pela pandemia da Covid-19 têm demonstrado o quão frágeis ainda são essas ações.

Moser (1989) adota uma classificação em cinco abordagens para apresentar o modo como o tema mulheres e o desenvolvimento foi tratado entre as décadas de 1970 e 1980. A classificação é feita conforme a finalidade dos programas e projetos de desenvolvimento. A autora considera as abordagens de Bem-estar, Equidade e Antipobreza, categorizadas por Buvinic (1983 apud MOSER, 1989), e propõe mais duas abordagens, a da Eficiência e a do Empoderamento. Já León (1996), distingue duas linhas de debates e ações acerca das discussões sobre gênero e desenvolvimento: “do desenvolvimento para as mulheres” e “das mulheres ao desenvolvimento”.

A primeira linha engloba as abordagens de bem-estar, equidade, antipobreza e eficiência ou produtividade, onde as mulheres são inseridas no

processo de desenvolvimento vigente. Isso acarretou a adoção de um discurso pautado na existência de uma “sujeito-mulher universal” (PÉREZ GALÁN, 2003), desconsiderando as particularidades dos diferentes grupos e suas demandas. Esse enquadramento das mulheres ao desenvolvimento, sem qualquer discussão a partir de uma perspectiva de gênero, acarreta um processo de invisibilização das mulheres. A adoção de qualquer categoria que simplifique os problemas enfrentados por elas e as encaixem em perfis pré-determinados é danosa e limitada, já que consistem em categorias unitárias para tratar de questões complexas (MENDOZA, 2010). Pois não há como determinar uma realidade universal quanto ao que se refere às vidas das mulheres e às relações de gênero (OYARZÚN, 2010). A segunda linha dos debates e ações sobre gênero e desenvolvimento identificada por León (1996) ocorre quando as mulheres são reconhecidas como sujeitos que possuem demandas próprias, e, portanto, moldam o desenvolvimento.

A inserção de uma perspectiva de gênero nos debates sobre desenvolvimento ocorreu a partir da segunda metade do século XX. Essa fase é composta por três principais estratégias, popularizadas como Mulheres em Desenvolvimento (MemD), Mulheres e Desenvolvimento (MeD) e Gênero e Desenvolvimento (GeD)¹³. Cada uma dessas estratégias possui pontos de partida semelhantes, buscam explicar a situação de vida das mulheres nos países em desenvolvimento e procuram formular uma agenda futura de discussões acerca das condições de vida das mulheres (SINGH, 2007). Porém cada uma abarca um conjunto diferente de abordagens, teorias e ações que permitem identificar como as mulheres são consideradas nos discursos sobre desenvolvimento (RATHGEBER, 1990; SINGH, 2007).

Independente da sistematização e da atribuição de períodos para cada uma delas, é importante considerar que suas características e cronologias se sobrepõem e podem ocorrer de forma concomitante (MOSER, 1989; LEÓN, 1996). A utilização dessas abordagens por parte de agências de desenvolvimento

13 Em inglês Women in Development (WID), Women and Development (WAD) e Gender and Development (GAD).

também não ocorre de forma ordenada, passando de uma para a outra como fases, assim como não é possível enquadrar um projeto de desenvolvimento dentro de uma única classificação (MOSER, 1989; RATHGEBER, 1990). A sistematização é uma simplificação da realidade e tem apenas como finalidade facilitar a compreensão das estratégias e abordagens.

Abordagem do Bem-estar

Quando dos debates sobre desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, entre os anos 1950 e 1960, as mulheres foram retratadas como cuidadoras e receptoras passivas do desenvolvimento (BRAIDOTTI et al, 1994; LEÓN, 1996). Na década de 1970 as políticas de desenvolvimento eram pautadas, principalmente, na ideia de crescimento econômico, mas a estas foi acrescida a dimensão social, baseada em propostas distributivas (LEÓN, 1996).

Nesse contexto, as mulheres foram tratadas como um "grupo vulnerável", assim como os doentes, os idosos e as pessoas com deficiência, grupo este que deveria ser alcançado de forma a beneficiar as famílias e melhorar o bem-estar delas (MOSER, 1989). Buvinic (1983 apud MOSER, 1989) classificou essa situação como abordagem do bem-estar. No entanto, a abordagem de bem-estar é anterior, a mesma data do período pós-guerra, onde programas de bem-estar foram criados e destinados à população mais pobre dos países em desenvolvimento, o que também incluía as mulheres (BUVINIC, 1986; LEÓN, 1996).

Com o resgate dessa visão na década de 1970, as ações de promoção do bem-estar depositaram sua atenção nas mulheres (LEÓN, 1996). A abordagem de bem-estar, em sua proposição, apresentou-se como centrada na sobrevivência material da família (LEÓN, 1996), ocorre que suas ações concentravam-se principalmente nas mulheres-mães e nas crianças-filhos (BUVINIC, 1986; MOSER, 1989). A abordagem de bem-estar fundamenta-se em três pressupostos: (1) o de

que as mulheres são receptoras passivas do desenvolvimento; (2) o papel social das mulheres é o de gestar e criar filhos; e (3) que a criação de filhos é a atividade mais efetiva das mulheres para o desenvolvimento econômico (MOSER, 1989).

As pesquisas baseadas nessa abordagem foram pioneiras nos estudos sobre as mulheres no contexto do desenvolvimento econômico. A proposta fixava-se na busca em compreender as relações do *status* das mulheres, no que diz respeito ao nível de educação e participação na força de trabalho produtivo, analisando-se os índices de fertilidade e aumento nos padrões de saúde e nutrição das famílias (BUVINIC, 1986). Seus programas consistem na provisão de serviços e bens gratuitos e de capacitações, quando existentes, direcionadas para atividades “adequadas” a mães que realizam trabalho doméstico e não realizam trabalho formal remunerado (MOSER, 1989) (BOX 1). Projetos que utilizam apenas a abordagem de bem-estar recorrem à distribuição de alimentos, dinheiro ou tecnologia e ao fornecimento de informações sobre temas como nutrição, saúde, economia doméstica e tecnologias adequadas ao ambiente doméstico (BUVINIC, 1986; BRAIDOTTI et al, 1994).

Esses programas de bem-estar são planejados e executados de cima para baixo e tendem a possuir caráter assistencialista, o que leva as mulheres a uma situação de maior dependência (MOSER, 1989).

Box 1 – A categoria sujeito-mulher-mãe-esposa

Temos na abordagem do bem-estar a criação de uma sujeito-mulher-mãe-esposa. Essa categoria representa a construção da figura da mulher como única responsável pelo ambiente doméstico e de cuidado – trabalho reprodutivo – em seus papéis de mãe e esposa.

Às mulheres, encaixadas nessa categoria, são direcionadas eminentemente as políticas de saúde, com forte atenção às gestantes, de higiene, de planejamento familiar, de provisão de alimentos, educação nutricional e combate à desnutrição infantil e a oferta de serviços que facilitem as tarefas domésticas (BUVINIC, 1986; MOSER, 1989; LEÓN, 1996).

O estudo *Women's Role in Economic Development*, de Ester Boserup (1970), foi um dos primeiros estudos sobre a invisibilidade das mulheres nos programas de desenvolvimento a ganhar repercussão mundial (BRAIDOTTI et al, 1994; CHUA; BHAVNANI; FORAN, 2000). Para a autora, os programas aplicados em países em desenvolvimento, além de não considerarem as atividades realizadas pelas mulheres, muitas vezes pioraram as condições de vida delas. Enquanto os homens foram inseridos na modernização agrícola, as mulheres permaneceram na agricultura de subsistência, com baixo acesso a crédito, conhecimentos técnicos e tecnologias. Afora que a importante atuação das mulheres na agricultura, dentro do ambiente doméstico e na comunidade foi ignorada pelos economistas e planejadores do desenvolvimento (BRAIDOTTI et al, 1994).

Isso deveu-se a uma intervenção verticalizada e impositiva e à ideia de um desenvolvimento aos moldes do ocidente, decorrentes da colonização (BOSERUP, 1970). Nos processos de colonização, as mulheres das colônias foram reinventadas como mulheres, conforme princípios categorizadores e discriminatórios ocidentais de gênero (MENDOZA, 2010). Dessa feita, podemos elaborar que essa concepção discriminatória de gênero do ocidente estava enraizada nas proposições de desenvolvimento deste período e, apesar das mudanças nas proposições ao longo dos anos, persistem até os dias atuais.

Segundo Rathgeber (1990), o estudo de Boserup foi o primeiro a delinear, de forma sistemática, a divisão sexual do trabalho nas economias agrárias em âmbito global.

O trabalho de Boserup foi notável por se basear na análise de dados e evidências que há muito tempo estavam disponíveis para cientistas sociais e planejadores de desenvolvimento, mas ela foi a primeira a usar sistematicamente o gênero como uma variável independente em sua análise. A pesquisa de Boserup foi posteriormente criticada por sua simplificação excessiva da natureza do trabalho e dos papéis das mulheres (por exemplo, Beneria e Sen, 1981), mas foi seminal ao chamar a atenção acadêmica para a divisão sexual do trabalho e o impacto diferente do desenvolvimento e das estratégias de modernização sobre

os gêneros.¹⁴ (RATHGEBER, 1990, p. 490, tradução livre)

Na década de 1970 as críticas à abordagem de bem-estar foram muitas. O alerta trazido por Boserup (1970) foi crucial para que o tema da falta de integração das mulheres no desenvolvimento passasse a ser percebido como um problema que afetava não apenas às mulheres, mas a toda a sociedade. Neste período ocorreu uma mudança no foco dado pelos legisladores às situações vivenciadas pelas mulheres. Se até então a preocupação residia em estabelecer programas centrados no bem-estar das mulheres, em especial quando este bem-estar estava diretamente relacionado aos papéis desempenhados por elas nas famílias, a partir desse momento ocorreu uma ampliação das abordagens, assumindo como ponto principal o papel das mulheres no trabalho produtivo (MOSER, 1989). E foi esse o fundamento para a criação da estratégia MemD.

2.2.1 Mulheres em Desenvolvimento (MemD)

Diferentes abordagens surgiram em oposição à abordagem de bem-estar (equidade, antipobreza, eficiência e empoderamento). Por terem origens comuns, surgiram em períodos próximos e não serem excludentes entre si, muitas vezes chegam a ser confundidas. Tal fato fez com que elas passassem a ser consideradas como componentes da estratégia MemD (MOSER, 1989). O termo Women in Development (WID), neste trabalho traduzido como Mulheres em Desenvolvimento (MemD), foi cunhado no início dos anos 1970 por uma rede de mulheres que estudavam sobre o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, composto por Esther Boserup e outras pesquisadoras (MOSER, 1989; RATHGEBER, 1990; BRAIDOTTI et al, 1994; CALKIN, 2015). Este grupo criticou a ausência das mulheres no processo de planejamento do desenvolvimento (LOMBARDO; MEIER; VERLOO, 2017). Os defensores da

¹⁴ O texto citado pela autora é BENERIA, Lourdes; SEN, Gita. Accumulation, reproduction, and women's role in economic development. **Signs**, v.7, n. 3, 1981.

estratégia MemD basearam seus discursos em um modelo do tipo "ganha-ganha"; com a integração das mulheres às políticas de desenvolvimento, haveria benefícios tanto para as próprias mulheres, quanto promoveria maior eficiência no processo de desenvolvimento (CHUA; BHAVNANI; FORAN, 2000; CALKIN, 2015).

Além de uma crítica à forma como o desenvolvimento vinha sendo planejado até então, as discussões e a literatura produzida por esse grupo trouxeram propostas alternativas de caráter prescritivo (LOMBARDO; MEIER; VERLOO, 2017) e conquistaram reconhecimento para esse campo de estudo (BRAIDOTTI et al, 1994). Posteriormente essas produções tornaram-se pilares para outras discussões sobre o tema, como a incorporação da perspectiva de gênero (*gender mainstreaming*), orçamentos e avaliações baseadas em gênero (LOMBARDO; MEIER; VERLOO, 2017).

A MemD foi adotada pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) a partir de uma perspectiva de que a mulher seria um recurso subutilizado, com potencial de contribuir para o desenvolvimento. Com planos de desenvolvimento eminentemente pautados no progresso econômico, foi dada maior atenção a projetos de geração de renda para as mulheres (MOSER, 1989), minimização das desvantagens no setor produtivo e superação das desigualdades entre mulheres e homens (RATHGEBER, 1990). Mas a estratégia MemD ganhou força principalmente com o lançamento da Década das Nações Unidas para as Mulheres (1976-1985), após a celebração do Ano Internacional da Mulher durante I Conferência Mundial da Mulher (1975), na Cidade do México, que teria colocado formalmente as mulheres na agenda do desenvolvimento (BUVINIC, 1986; MOSER, 1989; LEÓN, 1996).

Mesmo com as inúmeras semelhanças entre as abordagens componentes da estratégia MemD – equidade, antipobreza, eficiência e empoderamento – elas possuem diferenças substanciais que precisam ser consideradas.

Abordagem da Equidade

As mulheres trabalhadoras agrícolas dos países em desenvolvimento, mesmo com grande contribuição para a produtividade, não obtiveram reconhecimento da sua importância econômica nos projetos de desenvolvimento até a década de 1970 (BOSERUP, 1970; YEH, 2018). Além dessa ausência de reconhecimento, os novos processos de modernização agrícola, voltados ao crescimento econômico, trouxeram piora às condições de vida das mulheres (BOSERUP, 1970; BUVINIC, 1986; MOSER, 1989; BRAIDOTTI et al, 1994), alterando suas posições nas atividades produtivas realizadas, reduzindo suas rendas e diminuindo o poder exercido por elas nos espaços de produção agrícola (MOSER, 1989; BRAIDOTTI et al, 1994).

A partir desse entendimento surgiu a abordagem da equidade, proposta inicial da estratégia MemD. Já que até então as mulheres haviam sido excluídas do desenvolvimento, elas agora deveriam ser integradas ao desenvolvimento a partir do reconhecimento de suas capacidades de agentes (MOSER, 1989; BRAIDOTTI et al, 1994; LÉON, 1996). A abordagem da equidade preocupa-se, portando, com a desigualdade entre mulheres e homens, em contextos privados e públicos e nas relações socioeconômicas, buscando identificar as origens da subordinação das mulheres. Na pesquisa, a abordagem da equidade faz uso de procedimentos qualitativos e métodos participativos, e tem escopo teórico oriundo da economia, sociologia e economia (BUVINIC, 1986).

Com ênfase dada à equidade econômica, acesso a emprego e independência financeira (BUVINIC, 1986; MOSER, 1989), dentro da abordagem ganham força as discussões sobre divisão sexual do trabalho. Isso refletiu no texto do Plano Mundial de Ação para Implementação dos Objetivos do Ano Internacional da Mulher e nas estratégias adotadas para a Década da ONU para as mulheres. Porém sem mudanças em termos práticos (BOX 2).

Box 2 – Categoria sujeito-mulher-trabalhadora

A categoria sujeito-mulher-trabalhadora veio a partir do reconhecimento das mulheres como agentes econômicos. Inseridas, ou com capacidade de serem inseridas, no trabalho produtivo.

Nos discursos do desenvolvimento foram então aplicadas propostas de inclusão das mulheres por sua incorporação ao mercado de trabalho, mantendo uma perspectiva liberal e masculinista (SCOTT, 2011).

As mulheres, simplificadas nessa categoria, ocupam os postos de trabalho remunerado para que aumentem a sua renda e retirem suas famílias da pobreza. Consequência disso é a sobrecarga de trabalho das mulheres em múltiplas jornadas (MOSER, 1989; LARRACOECHEA, 2011). Outra consequência é a continuidade das mulheres em atividades de cuidado, tidas como exclusiva ou tipicamente femininas (OYARZÚN, 2010), agora fora do ambiente doméstico e em empregos mal remunerados.

Para esse grupo, em dados momentos se destinam políticas referentes ao trabalho informal e para subsistência, e, em outros, políticas de inclusão no trabalho formal (LÉON, 1996), incluindo programas de crédito destinados a mulheres de baixa renda. Também há a formação de grupos para conscientização acerca da subordinação das mulheres (BUVINIC, 1986).

Diferente dos projetos de bem-estar, os projetos de geração de renda, adotados pela abordagem da equidade e, posteriormente, pelas abordagens da antipobreza e da eficiência, abordam o ensino de novas habilidades ou o aperfeiçoamento de habilidades pré-existentes. Assim como a distribuição de recursos para uso das habilidades das mulheres para produção e comercialização de bens e/ou serviços (BUVINIC, 1986).

Um impacto importante da popularização dessa abordagem foi a adoção de medidas legislativas voltadas para a equidade, porém essas medidas foram decididas e aplicadas de cima para baixo. Uma mobilização de baixo para cima aparecerá na abordagem do empoderamento. A abordagem da equidade mostrou-se mais alinhada com as preocupações das mulheres dos países desenvolvidos, a partir do que estas entendiam por igualdade. Já nos países em desenvolvimento, a abordagem da equidade influenciou as agendas e até o texto das políticas públicas, mas foi recorrentemente abandonada na fase de

implementação (MOSER, 1989).

Abordagem da Antipobreza

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, dois caminhos voltados ao desenvolvimento e reconstrução dos países europeus foram adotados, um com ênfase no crescimento econômico, o outro com ênfase na ajuda emergencial. Nessa última, agências de ajuda humanitária nacionais e internacionais promoviam o encontro de mulheres das classes alta e média para atuarem como voluntárias na operacionalização de projetos de bem-estar voltados a mulheres pobres e seus filhos (BUVINIC, 1986).

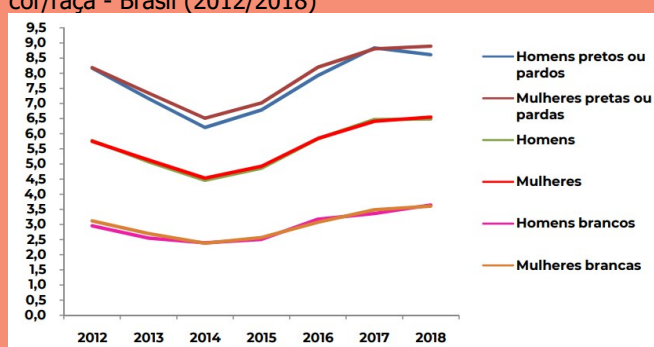
Posteriormente, a distância entre as propostas de crescimento econômico e de ajuda humanitária foi reduzida. As instituições voltadas ao estímulo e promoção do crescimento econômico iniciaram investimentos em setores sociais e em pesquisas sobre necessidades humanas básicas, a exemplo do Banco Mundial. E as agências voluntárias privadas passaram a desenvolver programas de desenvolvimento econômico, e algumas dessas agências posteriormente se transformaram em fundações privadas de desenvolvimento (BUVINIC, 1986). Essa aproximação entre programas sociais e de desenvolvimento econômico é característico da abordagem antipobreza (BOX 3 e BOX 4).

Box 3 – O fenômeno da feminização da pobreza ainda não chegou ao fim

O fenômeno da “feminização da pobreza” ocorre quando a alteração dos níveis de pobreza, deficit de recursos, capacidades e/ou liberdades (dimensões da pobreza), assume um viés de gênero. Ou seja, é predominante ou ocorre de maneira mais intensa entre as mulheres ou em domicílios chefiados por mulheres. Conjuga dois problemas inaceitáveis, a pobreza e a desigualdade de gênero. Em conjunto, pode ocorrer a “feminização das causas da pobreza”, quando há um aumento da pobreza decorrente das desigualdades entre homens e mulheres (MEDEIROS; COSTA, 2008).

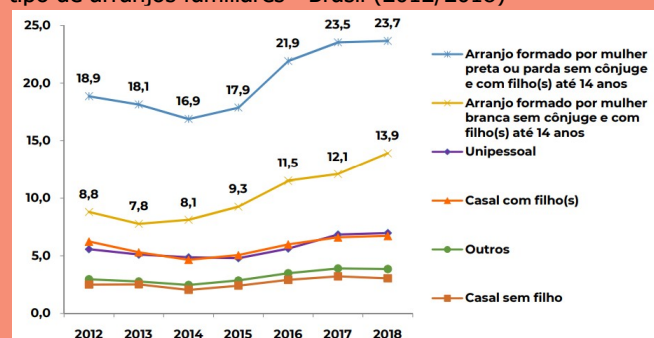
Segundo Medeiros e Costa (2008), os níveis de pobreza podem ser medidos considerando os domicílios chefiados por mulheres ou entre as mulheres. Esses indicadores sozinhos não são suficientes para constatar a “feminização da pobreza”. Contudo os dados que ambos revelam podem ser utilizados de maneira complementar. Os primeiros consideram o domicílio como unidade de análise e busca mostrar a situação de grupos vulneráveis formados por mulheres e suas famílias, o que pode incluir homens e crianças. Já os indicadores de pobreza utilizam a medição individual da pobreza entre mulheres considera mulheres e homens como indivíduos.

Gráfico - A – Proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza por rendimento domiciliar per capita (menos de US\$ 1,90 diários per capita PPC), segundo sexo e cor/raça - Brasil (2012/2018)



Fonte: FJP/CORECON-MG (2020) a partir de dados do PNAD Contínua 2012/2018

Gráfico B – Proporção de pessoas abaixo da linha da extrema pobreza por rendimento domiciliar per capita (menos de US\$ 1,90 diários per capita PPC), por tipo de arranjos familiares - Brasil (2012/2018)



Fonte: FJP/CORECON-MG (2020) a partir de dados do PNAD e PNAD Contínua 2012/2018

Box 4 – Mecanismos que contribuem para a feminização da pobreza no Brasil

- 1) A divisão sexual do trabalho, que gera a menor participação feminina na força laboral, a maior ocupação em postos mais precários e a desvalorização econômica e social das tarefas tradicionalmente desempenhadas por mulheres.
- 2) A discriminação própria do mercado de trabalho, que faz com que as mulheres recebam menores salários e sejam a minoria ocupando os postos de poder.
- 3) As mudanças sociais relacionadas ao elevado número de divórcios, com as mulheres permanecendo majoritariamente com a guarda dos filhos.
- 4) O impacto das recentes mudanças nas políticas sociais, que atingem de forma mais contundente as mulheres.

Fonte: Estratégia ODS (2022)

O surgimento dessa abordagem, no início dos anos 1970, coincidiu com o fim da primeira Década da ONU sobre o Desenvolvimento, com sua sequência de insucessos, e um despontar dos debates sobre modelos alternativos para o desenvolvimento socioeconômico dos países em desenvolvimento (MOSER, 1989). Ainda no início da década, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Banco Mundial já discutiam e propunham ações cujo pano de fundo era a erradicação da pobreza (LEÓN, 1996).

Assim como a abordagem da equidade, a abordagem da antipobreza trouxe como eixo central a busca pela superação das desigualdades econômicas entre mulheres e homens, mas reconheceu uma origem diferente para essas desigualdades. Enquanto para a primeira a desigualdade está atrelada à subordinação social das mulheres, a segunda tem origem na pobreza. O foco então passa a ser na desigualdade de renda (MOSER, 1989), lidando com preocupações mais restritas que as da abordagem da equidade (BUVINIC, 1986). Atenção é dada às mulheres que vivem em países em desenvolvimento,

considerado o grupo mais pobre dentre os pobres (MOSER, 1989).

Porém a abordagem antipobreza se popularizou em meados da década de 1970 atrelada à proposta de inclusão. Nesse período os organismos internacionais e os governos passaram a adotar a abordagem da equidade, apresentada anteriormente, e a abordagem da antipobreza, sendo que esta última se tornou preponderante. Esses enfoques perduraram até os anos 1980 (SAMPERRICE; CHARÃO-MARQUES, 2017). Na década de 1980, os países do sul registraram aumento da população em situação de pobreza, fruto de um caos econômico internacional e ampliação do endividamento. Registra-se nesse período um fenômeno denominado de "feminização da pobreza" (BRAIDOTTI et al, 1994).

Em número cada vez maior as mulheres tornaram-se as providenciadoras da subsistência da família, enquanto homens migravam muitas vezes na procura de emprego. As mulheres sofriam desproporcionalmente com os cortes nos gastos dos governos para a saúde e serviços sociais, no sentido em que esses cortes eram compensados pelo aumento do trabalho das mulheres (BRAIDOTTI et al., 1994, p. 122).

As estratégias de crescimento econômico acelerado, baseado no aumento do Produto Interno Bruto (PIB), já haviam demonstrado sua ineficácia para resolver problemas de redistribuição de renda, desemprego e pobreza, em especial nos países em desenvolvimento (MOSER, 1989). Ao contrário, essas estratégias ampliaram as diferenças.

De forma a superar essa condição, a abordagem da antipobreza concentra-se nos papéis socioeconômicos assumidos pelas mulheres e busca defender a necessidade de políticas de redução da pobreza (BOX 5). Para isso são ampliadas as atividades reprodutivas remuneradas das mulheres de famílias de baixa renda, principalmente as que vivem nos países em desenvolvimento, permitindo que elas acessem os recursos produtivos (terra e capital). Também se propõe à eliminação da discriminação no mercado de trabalho (BUVINIC, 1986; LEÓN, 1996).

As pesquisas realizadas a partir da abordagem antipobreza buscam

verificar a pobreza das mulheres a partir de procedimentos quantitativos, e demonstrar que as desigualdades entre mulheres e homens geram ineficiência econômica e perpetuam a pobreza nos países em desenvolvimento (BUVINIC, 1986).

Box 5 – Categoria sujeito-mulher-pobre

Ao serem reconhecidas como um dos segmentos mais pobres da sociedade e com maior contato com grupos mais vulneráveis (IICA, 2003), as mulheres se tornaram um grupo potencial na aplicação de projetos e iniciativas de desenvolvimento (SAMPER-ERICE; CHARÃO-MARQUES, 2017).

O neoliberalismo abriu uma despolitização extensiva ao fazer emergir inúmeras políticas, agendas e convênios que responderiam às demandas das agendas das mulheres elaboradas nas principais conferências internacionais. A despolitização está na feminização da pobreza, onde se generaliza o gênero da pobreza e elimina-se a diversidade existente entre as mulheres (OYARZÚN, 2010). Instituído-se a categoria sujeito-mulher-pobre.

A esse grupo são destinadas políticas de ampliação do acesso a emprego e geração de renda (capacitações para o treinamento de habilidades); também de disponibilidade de crédito (BUVINIC, 1986).

A proposta de incluir as mulheres que haviam sido invisibilizadas pelos programas anteriores findou por considerá-las mais uma vez como um grupo homogêneo, desconsiderando as diferenças que existiam entre os grupos de mulheres (SAMPER-ERICE; CHARÃO-MARQUES, 2017). Dessa feita, não houve grandes alterações no enfoque dado às mulheres, que continuaram sendo tratadas de forma assistencialista (SCOTT, 2011). Ao destinarem para essas mulheres apenas políticas para superação da pobreza, deixou-se de problematizar as questões de gênero (IICA, 2003).

Uma crítica a essa abordagem está no fato de, em programas de combate à pobreza, a problematização da distribuição de poder na sociedade, e entre mulheres e homens, é quase que inexistente (MOSER, 1989). Além de adotar um grupo muito específico de mulheres, mulheres pobres chefes de família (BUVINIC, 1986; MOSER, 1989), e se restringir à promoção de atividades produtivas em áreas já tradicionalmente ocupadas pelas mulheres e no setor informal (MOSER, 1989). Sem considerar as restrições vivenciadas pelas mulheres, como a alta demanda do trabalho reprodutivo não compartilhado, acesso e uso de crédito e o enquadramento social do trabalho produtivo das mulheres como uma

atividade secundária (MOSER, 1989).

Na prática, os governos dos países em desenvolvimento optaram por manter certos elementos da abordagem de bem-estar para a implementação dos programas antipobreza (BUVINIC, 1986), um deles foi manter o foco na família para a aplicação dos recursos (MOSER, 1989). Algo que, sem uma discussão e reestrutura profunda das relações sociais entre mulheres e homens, findou por manter as mulheres sem acesso e controle desses recursos.

Abordagem da Eficiência

Os registros sobre a abordagem da eficiência, ou abordagem da produtividade (LEÓN, 1996), como componente da estratégia MemD são mais reduzidos do que os das duas abordagens anteriores, mas é possível indicá-la como a principal abordagem utilizada pela MemD a partir do início da década de 1980 (MOSER, 1989). Nessa abordagem o foco passa do atender as demandas das mulheres, para considerar a equidade como meio para o alcance do desenvolvimento de forma completa para toda a sociedade.

Com alinhamento à política neoliberal, a abordagem foi utilizada de forma frequente pelas agências internacionais em seus programas de planejamento do desenvolvimento (LEÓN, 1996). A abordagem da eficiência foi aplicada pela USAID, pelo Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e popularizada em diversas outras agências internacionais e governos nacionais (MOSER, 1989). Ainda com foco na questão econômica, há destaque para a subutilização das mulheres, cerca de 50% da população, como recurso humano para o desenvolvimento (MOSER, 1989).

Segundo essa abordagem o aumento da participação econômica das mulheres reverbera no trabalho reprodutivo e no trabalho produtivo, mas também no papel das mulheres como gestoras comunitárias, esse último com utilização de

tempo não remunerado (MOSER, 1989). Também, destinar os recursos de um programa para as mulheres promoveria um uso mais adequado destes e melhores respostas aos objetivos traçados, pois, como mães, são mais confiáveis, como trabalhadoras são igualmente capazes e como gestoras comunitárias são mais comprometidas com a manutenção dos serviços (MOSER, 1989).

No fim, a abordagem da eficácia, para ser bem-sucedida em sua proposta, demanda ampliação, ou ao menos a não redução, das horas das mulheres em trabalho reprodutivo, junto da inclusão, ou ampliação, das horas de trabalho produtivo e de gestão comunitária (MOSER, 1989; RATHGEBER, 1990). Uma proposta de desenvolvimento que tem como custo o aumento das horas de trabalho não remunerado das mulheres (MOSER, 1989).

Como se pode notar, o período compreendido entre 1975 e 1985 foi ladeado de propostas voltadas para as mulheres de baixa renda nos países em desenvolvimento, do aumento da participação econômica das mulheres no desenvolvimento e da destinação de recursos dentro do orçamento das Nações Unidas para essa finalidade específica. Ou seja, a MemD encaminhou suas propostas para atender necessidades práticas das mulheres (TSIGE; SYNNEVAG; AUNE, 2020). A demanda pela igualdade das mulheres também passou a chamar atenção e ser considerada pelos planejadores de desenvolvimento e formuladores de políticas públicas. A estratégia MemD influenciou não apenas a política, mas também os estudos técnicos e científicos do período. Pesquisas sobre avaliação dos impactos dos projetos de desenvolvimento para as mulheres camponesas figuraram entre esses novos estudos (RAZAVI; MILLER, 1995).

Mas os resultados, após esses dez anos, não se aproximaram do que era proposto e esperado nos objetivos. Percebe-se um gargalo entre o suposto reconhecimento da importância dos programas econômicos para as mulheres e a maneira como estes foram planejados e implementados (BUVINIC, 1986). Uma das causas possíveis está na resistência exercida por planejadores homens, maioria nos cargos de decisão, que levou à prevalência da execução de ações de

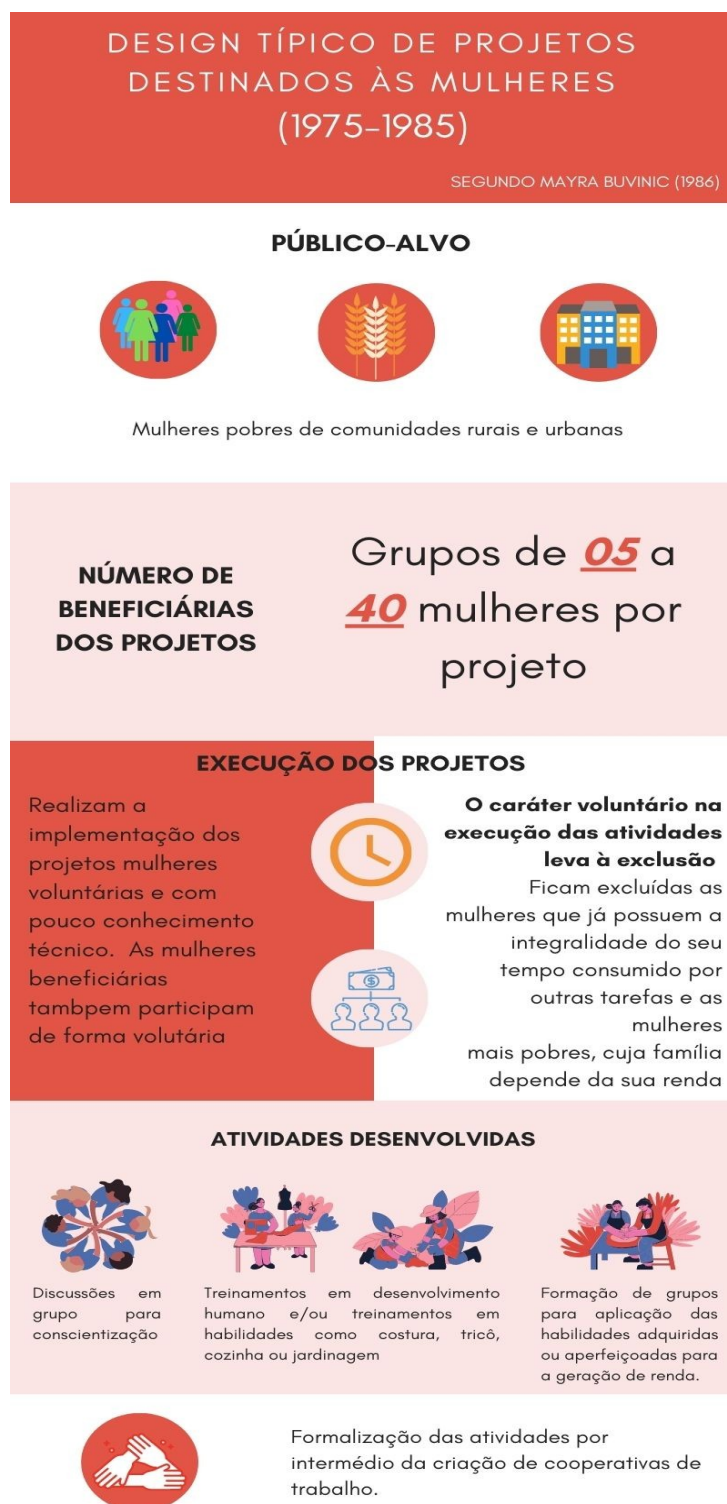
bem-estar voltadas às mulheres. Apesar de ser verdadeira, essa explicação não é suficiente para a discrepância ocorrida entre “a política orientada para a economia e ação orientada para o bem-estar” (BUVINIC, 1986, p.653, tradução livre).

Buvinic (1986), identificou três elementos que levaram os projetos voltados para as mulheres a assumirem esse comportamento: características do projeto, histórico e legado das instituições envolvidas e disponibilidade dos recursos.

Os projetos apresentados entre 1975 e 1986 possuíam escopos muito semelhantes. Um design típico (Figura 3) se repetia com frequência, projetos em pequena escala, destinados a uma situação específica e com disponibilidade limitada de recursos técnicos e financeiros (BUVINIC, 1986).

Para Buvinic (1986), diante desses modelos de projetos, muitas mulheres ainda permaneceram excluídas, e diferentes grupos não obtiveram êxito e amargaram fracasso financeiro. Projetos de bem-estar e de geração de renda findaram por se confundir e tomar caminhos semelhantes quando da execução do projeto (BUVINIC, 1986; RATHGEBER, 1990). Os projetos voltados à atividade produtiva tornaram-se incoerentes ao escolherem a natureza das tarefas a serem realizadas, estereotipadas como “tipicamente femininas”, a composição da equipe de trabalho e o uso de mão de obra voluntária das mulheres (BUVINIC, 1986).

Figura 3 Infográfico com Modelo de Projeto Típico Destinado às Mulheres entre 1975 e 1985



Fonte: elaboração própria a partir de Buvinic (1986).

A escolha de atividades estereotipadas decorre de uma outra característica comum aos projetos, a visão de que as atividades tradicionalmente realizada pelas mulheres (atividades de bem-estar) seriam mais fáceis de serem aprendidas e desenvolvidas e as tarefas produtivas (preparo da terra, processamento, comercialização e negociação) seriam atividades mais difíceis, sendo essas últimas tradicionalmente realizada por homens. Também, o que é considerado como tradicionalmente executado por mulheres toma como referência o cotidiano de mulheres de países do norte global, sem considerar a diferença nas dinâmicas de vida das mulheres pobres dos países do sul, principal grupo a que se destinaram esses projetos (BUVINIC, 1986).

Um destaque importante se encontra no uso de trabalho sem remuneração das mulheres, como voluntárias, fenômeno também reconhecido por Moser (1989) e por Rathgeber (1990). O que dificulta o acesso a conhecimento técnico especializado e a participação e permanência no longo prazo de um número maior de mulheres.

A adoção desses modelos de projetos possui íntima ligação com a natureza das instituições que os implementam. Muitas das instituições foram influenciadas pelo movimento filantrópico de ajuda humanitária do pós-guerra. As instituições, por possuírem experiência na implementação de projetos voltados ao bem-estar, e desejando êxito na aplicação dos projetos, findavam por alterar os objetivos produtivos dos projetos para objetivos sociais (BUVINIC, 1986).

Quanto aos recursos disponíveis para projetos destinados às mulheres, esperava-se que a ênfase dada à equidade e às contribuições produtivas das mulheres acarretaria em mudança de postura dos planejadores, que redirecionariam a distribuição dos recursos destinados às práticas de desenvolvimento para projetos de apoio às mulheres (RAZAVI; MILLER, 1995). Porém, para esse grupo foram mantidos apenas os recursos destinados à promoção do bem-estar, pois a concorrência por esses recursos é menor, já que

abarca um grupo restrito e segregado de mulheres-mães e crianças-filhos. Já quando se trata de recursos destinados a ações produtivas, o número de demandantes é muito maior, tornando a competição por esses recursos mais acirrada. Junto a tudo isso, agrega-se o fato de que, no geral, as agências técnicas são dirigidas e coordenadas por homens, com poucos conhecimentos sobre as demandas das mulheres e resistência em aplicarem um volume alto de recursos para projetos de atividade produtiva de mulheres. Faz-se então a opção pela implementação de projetos de bem-estar, com custos mais baixos (BUVINIC, 1986).

Em suma, Buvinic (1986, p. 660-661) aponta que as consequências desse cenário de disputa por recursos são:

- (1) a preferência, no estágio de implementação, por programas orientados para o **bem-estar**;
- (2) em programas de combate à pobreza ou de igualdade, a preferência por trabalhar com **grupos só de mulheres** e com **atividades tradicionalmente reconhecidas como específicas das mulheres**; nos programas integrados, a preferência por trabalhar com **mulheres chefes de família** e mulheres em **atividades realizadas predominantemente por mulheres**;
- (3) a dependência de **fundos especiais** somente para mulheres de agências bilaterais e internacionais (que evitam cortes nos orçamentos nacionais) para realizar programas para **mulheres no Terceiro Mundo**.
(Tradução livre. Grifo meu)

As críticas à estratégia MemD foram tecidas principalmente por mulheres de grupos feministas socialistas dos países em desenvolvimento (CALKIN, 2015). Elas apontaram para a ausência de uma crítica ampliada à estrutura do modelo de desenvolvimento capitalista; um foco liberal nas ações destinadas à promoção do acesso das mulheres ao processo de desenvolvimento; e, em consequência, a continuidade da desigualdade de gênero (CALKIN, 2015; TSIGE; SYNNEVAG; AUNE, 2020). A estratégia MemD priorizou o modo como o desenvolvimento pode aproveitar da capacidade produtiva das mulheres, no lugar de repensar o que as mulheres demandam do desenvolvimento (RAZAVI; MILLER, 1995).

Para Rathgeber (1990), outras críticas foram tecidas à estratégia MemD em razão da adoção de pressupostos destoantes das demandas oriundas das pesquisas em ciências sociais da década de 1970. Primeiro, houve a continuidade da adoção do paradigma da modernização (como sinônimo de industrialismo) como pilar. Segundo, a estratégia MemD não questionou as estruturas sociais existentes. Debruçaram-se sobre formas das mulheres serem inseridas no desenvolvimento, mas não analisaram as razões pelas quais elas tinham sido excluídas até então. Terceiro, a principal preocupação tornou-se a inclusão das mulheres no trabalho produtivo, porém o trabalho reprodutivo não foi questionado, repensado e redistribuído. O que gerou ampliação das atividades e das horas de trabalho das mulheres (RATHGEBER, 1990).

2.2.2 Mulheres e Desenvolvimento (MeD)

As razões principais para o surgimento da estratégia MeD estão atreladas à insatisfação com a estratégia MemD. Essa última foi considerada limitada e pouco crítica ao não questionar as razões pelas quais as mulheres haviam sido deixadas de lado no processo de desenvolvimento (RATHGEBER, 1990; DROLET, 2010). Não é tão fácil demarcar o período em que surgiu a estratégia MeD, mas, possivelmente, seu início ocorreu entre a segunda metade da década de 1970 (RATHGEBER, 1990; YEH, 2018) e o início da década de 1980 (MOSER, 1989; DROLET, 2010).

É partir do entendimento sobre classes e a marginalização e exploração das mulheres que a estratégia MeD lança suas principais proposições (SINGH, 2007). Tendo como base teorias Marxistas e alguns elementos da teoria da dependência (RATHGEBER, 1990; SINGH, 2007; DOGRA, 2011; YEH, 2018), a MeD apegase às diferenças entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos, assim como às diferenças existentes entre as classes (RATHGEBER, 1990; SINGH, 2007). A estratégia reconhece que tanto as mulheres quanto os

homens dos países em desenvolvimento foram negativamente impactados pelas estruturas de desigualdade do sistema internacional. E as condições das mulheres são percebidas a partir das estruturas de desigualdade internacionais e por classes (RATHGEBER, 1990). São portanto as relações de gênero e as desigualdades de classe que forjam o processo de desenvolvimento (YEH, 2018).

Diferente da estratégia anterior, a MeD discute que a participação das mulheres no desenvolvimento existe desde antes da década de 1970 (RATHGEBER, 1990; DOGRA, 2011), e que elas não são inseridas de maneira abrupta apenas no início da década como resultado das proposições de acadêmicos e de funcionários das agências de desenvolvimento (RATHGEBER, 1990). A invisibilização do trabalho doméstico e reprodutivo seria uma forma de “integração” das mulheres em um processo que não busca romper com os fundamentos desiguais da sociedade, ao contrário, reforça-os. A supercarga de trabalho das mulheres também seria uma forma de “integrá-las” à sociedade, tendo em vista que não é algo que ocorre ao acaso, é uma postura que torna-se fundamental para perpetuar as estruturas de desigualdade. Portanto, para a MeD, o ponto central de discussão não deveria ser a integração ou não das mulheres ao processo de desenvolvimento, e as estratégias para integração delas. Mas sim a tipificação e análise das relações entre as mulheres e os processos de desenvolvimento (RATHGEBER, 1990; YEH, 2018) e a qual modelo de desenvolvimento as mulheres deveriam ser integradas (DROLET, 2010).

Tanto as orientações capitalistas, adotadas pela MemD, quanto as orientações marxistas, adotadas pela MeD, assumiram uma visão de família fundamentada na díade mãe-filho. Mas, encontram-se diametralmente opostas na delimitação das causas da pobreza e as ações que devem ser executadas para redução dessa pobreza. Enquanto a MemD atribuiu a pobreza a fatores individuais e adotou como principal estratégia para superar essa situação as intervenções de ajuda/socorro, a MeD identificou elementos estruturais como causa e, como única forma de fazer chegar ao fim a pobreza, a realização de revoluções que modifiquem as estruturas (BUVINIC, 1986).

A MeD destaca a capacidade de agente das mulheres, adotando uma vertente de agência econômica (SINGH, 2007; YEH, 2018), com foco na criação de agendas nacionais e uma agenda internacional de políticas que apresentem questões demandadas pelas mulheres (YEH, 2018). As ações da estratégia MeD se destinam a atender necessidades práticas, assim, baseiam-se na capacitação das mulheres para atividades de geração de renda (GARCIA, 2013), assumindo perspectivas político- econômicas (RATHGEBER, 1990). Também valorizam projetos ou elementos de projetos que sejam específicos para as mulheres, de modo a “separar as mulheres dos homens” e evitar que elas estejam integradas a estruturas de dominação (YEH, 2018).

Mas a MeD finda por cometer erros semelhantes aos cometidos pela MemD, pois se absteve de discussões sistemáticas sobre gênero no interior das classes sociais (RATHGEBER, 1990). Para a MeD, a subordinação das mulheres na sociedade estaria relacionada com a discriminação praticada por aqueles que têm acesso aos meios de produção sobre aqueles que não têm. A mulher é, portanto, dentre tantas outras, mais uma classe explorada dentro do sistema capitalista (SINGH, 2007; YEH, 2018).

No aspecto teórico, a estratégia MeD reconhece o impacto das classes na discussão de gênero, com uma visão mais crítica sobre a posição das mulheres no desenvolvimento do que a MemD, mas em termos práticos suas ações tratam as mulheres de forma homogeneizada, desconsiderando particularidades dentro das classes, e questões de raça ou etnia (RATHGEBER, 1990; YEH, 2018).

Se de um lado o paradigma da modernização perpetuava a crença de que os benefícios do industrialismo chegariam a todos os países e grupos da sociedade. A estratégia MeD findou por assumir, implicitamente, que, caso alcançassem estruturas internacionais mais equânimes, isso levaria a uma consequente melhoria da posição das mulheres na sociedade. E, para o alcance da mudança dessas estruturas, intervenções bem planejadas seriam suficientes, no lugar de mudanças substanciais nas relações sociais de gênero (RATHGEBER,

1990; YEH, 2018).

Assim como na MemD, as ações propostas e implementadas tendo por base a estratégia MeD também se apoiaram na promoção do trabalho produtivo realizado pelas mulheres, e o trabalho reprodutivo permaneceu sem reconhecimento (RATHGEBER, 1990).

2.2.3 Gênero e Desenvolvimento (GeD)

A GeD surgiu como um posicionamento crítico acerca das incoerências da MemD (RATHGEBER, 1990; CALKIN, 2015); das limitações que subsistem em visualizar e fomentar ações que consideram as mulheres de forma isolada, deixando de lado como os relacionamentos entre mulheres e homens são socialmente construídos (MOSER, 1989). A categoria mulher dá lugar à categoria gênero, e a preocupação com o acesso das mulheres ao mercado de trabalho dá lugar a análises das relações de poder e gênero (RATHGEBER, 1990; SINGH, 2007; CALKIN, 2015; YEH, 2018).

A GeD surgiu no final da década de 1980 (MOSER, 1989; RATHGEBER, 1990; DOGRA, 2011; YEH, 2018), tendo como fundamentação teórica o feminismo socialista (RATHGEBER, 1990) de autoras de países em desenvolvimento e de organizações sociais (YEH, 2018). Essas mulheres evidenciaram as opressões sofridas pelas mulheres nas atividades reprodutivas e produtivas e dedicaram especial atenção às relações sociais de gênero (RATHGEBER, 1990; SINGH, 2007). Nessa estratégia há a tentativa de refletir sobre o que seria o real bem-estar para as mulheres, a partir de uma postura mais radical e holística (DOGRA, 2011), e a igualdade plena para as mulheres no escopo do desenvolvimento econômico (BRAIDOTTI et al, 1994). O bem-estar seria a superação das relações desiguais entre mulheres e homens, desigualdades essas fundamentadas nas assimetrias de poder, a modificação das relações sociais e a proposição de um desenvolvimento que atenda às diversas demandas das mulheres nos mais diferentes aspectos de

suas vidas e nos mais diferentes contextos sociais e econômicos (SINGH, 2007; YEH, 2018).

Há uma preocupação com as questões culturais de cada sociedade, que reconhecem e legitimam de forma distinta os papéis exercidos por mulheres e homens (RATHGEBER, 1990; SINGH, 2007; YEH, 2018). Enfatiza a importância de discutir sobre o papel que a sociedade, e suas instituições, têm sobre a participação das mulheres no desenvolvimento (SINGH, 2007; YEH, 2018). Já que as opressões sofridas pelas mulheres ocorrem em contexto nacional, comunitário e doméstico, e comprometem as condições de vida delas (YEH, 2018).

Na GeD, o foco está nas relações de gênero e os interesses estratégicos das mulheres. As mulheres são entendidas como agentes do desenvolvimento, portanto deve haver equidade na participação e nos resultados do desenvolvimento. Porém, foge-se da lógica de centrar-se em apenas um elemento em detrimento dos demais. A proposta é de uma análise constante da contribuição das mulheres com o exercício do trabalho reprodutivo (produção de não mercadorias) e o exercício do trabalho produtivo (produção de mercadorias), analisando, em conjunto, os papéis assumidos pelos homens na sociedade (RATHGEBER, 1990). Também, foge da representação dos homens como necessariamente maus e irresponsáveis, e que dificilmente são mostrados ao lado das mulheres. Na GeD os homens são vistos como potenciais apoiadores das mulheres (DOGRA, 2011).

A GeD reconhece as diferenças de classes, como a MeD, porém aponta para opressões sofridas pelas mulheres também no interior das classes (RATHGEBER, 1990). Há ainda uma discussão sobre a dependência econômica das mulheres, assim como nas estratégias anteriores, mas o alcance da independência financeira não é o objetivo final, mas um meio, junto a outros, para que as mulheres saiam de relações desiguais e opressoras (SINGH, 2007). Também defende uma maior participação do Estado no que diz respeito a fornecer serviços sociais, como serviços de cuidado e saúde, que, geralmente são realizados pelas

mulheres (RATHGEBER, 1990).

Especialistas do Banco Mundial, da Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e de outras organizações de fomento ao desenvolvimento, adotando a estratégia GeD, passaram a treinar colaboradores em análise e planejamento a partir dos debates de gênero para uma implementação transversal, ou seja, em todos os níveis e áreas das organizações. Reconheceu-se que para a implementação das proposições da GeD de modo pleno e satisfatório seriam necessárias mudanças radicais no interior das agências de desenvolvimento (BRAIDOTTI et al, 1994).

Abordagem do Empoderamento

Apesar de compor a estratégia MemD, é na estratégia GeD que a abordagem do empoderamento foi aplicada. Essa abordagem surge justamente como crítica à proposta original da MemD baseada na abordagem da equidade, e em face dos elementos da abordagem da equidade posteriormente terem sido cooptados pelas abordagens da antipobreza e da eficiência. Se a abordagem da equidade mostrou maior alinhamento com os problemas enfrentados pelas mulheres nos países desenvolvidos, a abordagem do empoderamento emergiu dos movimentos de mulheres nos países em desenvolvimento (MOSER, 1989) e foi utilizada como fundamento na estratégia GeD.

A abordagem do empoderamento aponta para a multiplicidade de opressão sobre as mulheres em diferentes níveis (MOSER, 1989). Também, que as mulheres não desejam meramente “ingressar” no processo de desenvolvimento vigente, mas sim construir novos modelos de desenvolvimento e de vida em sociedade.

A abordagem do empoderamento questiona alguns dos pressupostos fundamentais relativos à inter-relação entre poder e desenvolvimento que fundamentam as abordagens anteriores. Embora reconheça a

importância de as mulheres aumentarem seu poder, busca identificar o poder menos em termos de dominação sobre os outros (com sua suposição implícita de que um ganho para as mulheres implica uma perda para os homens), e mais em termos da capacidade das mulheres em aumentar sua própria autoconfiança e força interna. Isso é identificado como o direito de determinar escolhas na vida e de influenciar a direção da mudança, por meio da capacidade de obter controle sobre recursos materiais e não materiais cruciais (MOSER, 1989, p.1815, tradução livre).

Ou seja, a abordagem do empoderamento trata sobre poder a partir de uma noção coletiva, com foco nos grupos mais pobres e menos privilegiados (RAVAZI; MILLER, 1995). Conforme aponta Young (1993) o empoderamento das mulheres consiste na ampliação de suas capacidades para que consigam definir suas próprias agendas, apoiar-se mutuamente e reivindicar posturas e ações do Estado.

A rede Alternativas de Desenvolvimento com Mulheres para uma Nova Era (DAWN) adotou esse conceito de empoderamento ainda em sua criação, em 1984, e passou a aplicar a abordagem em seus projetos. Composta por um grupo de pesquisadoras do Sul global, a rede emergiu com postura crítica ao modelo de desenvolvimento ocidental e à estratégia MemD. A DAWN se propunha a discutir os problemas enfrentados pelas mulheres à época, indicando estratégias de curto prazo, como diversificação da base agrícola, de forma a manter a produção agrícola das mulheres, e acesso ao trabalho informal e formal. Mas também a formulação de alternativas para o futuro (MOSER, 1989; BRAIDOTTI et al, 1994), considerando contextos prejudiciais às mulheres atrelados a crises regionais tais como: a crise alimentar da África, a dívida da América Latina, a pobreza do Sul da Ásia e a militarização das ilhas do pacífico (DAWN, 2021). Em 1985, essas propostas foram lançadas no Fórum das ONG, evento paralelo à III Conferência Mundial sobre a Mulher, em Nairóbi, e gerou discussões dentro da própria Conferência (BRAIDOTTI et al, 1994), o que popularizou a abordagem do empoderamento.

Assim como ocorreu na abordagem de bem-estar, a abordagem do

empoderamento viu nos grupos de mulheres o meio para alcançar seus objetivos, a mudança está na forma como as mulheres foram consideradas. Na abordagem de bem-estar o foco reside no papel reprodutivo das mulheres e utiliza os grupos de mulheres como um canal para operar decisões de cima (organismos internacionais e governos) para baixo. Enquanto que na abordagem do empoderamento existe o reconhecimento da sobrecarga de papéis assumidos pelas mulheres, suas múltiplas atuações, e vê os grupos de mulheres como alternativas para um planejamento de baixo para cima, um *continuum* desde as mulheres com ação política direta até as organizações tradicionais com escopos de ação participativa limitados. As necessidades e os caminhos, nessa proposta, devem ser identificados pelas próprias mulheres a partir de seus contextos sociopolíticos particulares (MOSER, 1989).

O foco das pesquisas desenvolvidas a partir dessa perspectiva está no direito das mulheres. As proposições são para mudança nas garantias legais para as mulheres, dentre elas o direito à herança e à terra (RATHGEBER, 1990). Ocorre que o empoderamento não pode ser dado ou atribuído, ele precisa ser autogerado. Uma política, por exemplo, não tem capacidade de atribuir poder, mas pode fornecer às mulheres ferramental suficiente para que elas consigam construir e operar suas agendas (KABEER; SUBRAHMANIAN 1996).

Para além de dar às mulheres o direito democrático de participarem, é bastante possível que, se as mulheres fossem representadas em todos os níveis onde há poder de decisão, elas acrescentassem diferentes visões ao processo de desenvolvimento e ao debate (BRAIDOTTI et al, 1994, p. 125, tradução livre).

Reconhece-se que essa é uma abordagem com potencial, principalmente em comparação com as anteriores, para garantir melhores condições de vida para as mulheres e de considerar a capacidade de agente delas no processo de desenvolvimento. Inclusive podendo ser aplicada para as discussões sobre gênero e meio ambiente (GREEN; JOEKES; LEACH, 2005). Ainda existem entraves para uma aplicação efetiva da GeD.

O primeiro entrave está em a GeD não ter questionado o paradigma dominante de desenvolvimento centrado no crescimento econômico, consequência disso é a busca pela superação das desigualdades de gênero prioritariamente pela inserção das mulheres em atividades de geração de renda (BRAIDOTTI et al, 1994). Essa situação deve-se ao fato de grande parte das pessoas responsáveis pelo planejamento do desenvolvimento não possuírem total clareza de que a questão de gênero seja de fato relevante e adotam orientações que são “cegas a gênero”, afora que as mulheres ainda se encontram à parte desses espaços.

Para além do direito democrático que as mulheres têm de participar do desenvolvimento, elas precisam estar presentes em todos as instâncias e níveis com poder de decisão (BRAIDOTTI et al, 1994). Suas vozes precisam estar representadas.

Outro entrave é que a maior parte dos organismos internacionais, organizações da sociedade civil e governos, mesmo quando partem da categoria gênero, implementam medidas afirmativas e políticas sociais sobre saúde, educação e trabalho direcionadas para “melhorar” a situação das mulheres. Enquanto que quando falam sobre os homens evocam apenas a necessidade de sensibilização destes (GARCIA, 2013).

Outro gargalo está no fato de que, em geral, os elementos que diferenciam os problemas enfrentados pelas mulheres, como classe, idade, etnia, e raça, não são considerados (GARCIA, 2013; LOMBARDO; MEIER; VERLOO, 2017). Ou, quando são considerados, depara-se com a complexidade das diferenças entre as mulheres e nas relações de gênero conforme contextos econômicos específicos (MOSER, 1989). Todas essas situações demonstram o quanto difícil tem sido adotar a perspectiva de gênero no planejamento do desenvolvimento.

2.2.4 Mulheres, Meio Ambiente e Desenvolvimento [Sustentável] (MMADS)

A crise do petróleo, em 1973, impulsionou os países desenvolvidos a reduzirem a emissão de gases de efeito estufa, hoje denominada descarbonização da economia (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012). Tal situação, junto à morte de meio milhão de pessoas em decorrência da seca no Sahel, na África, tornaram evidente que, em um planeta finito, os bens naturais não poderiam ser explorados infinitamente (BRAIDOTTI et al, 1994; LEACH, 2007). Em um cenário de problemas econômicos globais, de degradação ambiental em larga escala e de feminização da pobreza no Sul global, a necessidade de discussões sobre os efeitos desses fenômenos na vida das mulheres entra em cena em meados da década de 1970 (BRAIDOTTI et al, 1994).

No Norte global, entrou em evidência junto com o surgimento do ecofeminismo (BOX 6) dentro dos movimentos de mulheres, principalmente nos EUA. E nos países do sul, a partir de questionamentos de integrantes de movimentos sociais, que trabalhavam com assistência ao desenvolvimento, sobre o modelo de desenvolvimento dominante e sua aplicabilidade ao sul global (BRAIDOTTI et al, 1994). Também da organização social de mulheres nas lutas socioambientais, como o Movimento de Chipko¹⁵, na Índia, que influenciou os escritos da indiana Vandana Shiva e da queniana Wangari Maathai, esta última líder do Movimento de Green Belt (Cinturão Verde)¹⁶, no Quênia (JACKSON, 1993; BRAIDOTTI et al, 1994; BARCELLOS, 2013).

15 Com forte participação de mulheres, o Movimento de Chipko, iniciado em 1974, buscava impedir o desmatamento de florestas nas montanhas do Himalaia. Ficou bastante conhecido após a circulação de uma imagem em que mulheres apareciam com braços entrelaçados contornando uma árvore, como em um abraço.

16 Iniciado em 1977, organizado pelo Conselho Nacional da Mulher e sob a liderança de Wangari Maathai (vencedora do Prêmio Nobel da Paz em 2004), foi um programa destinado ao plantio de árvores no entorno das aldeias localizadas nas áreas rurais, de modo a evitar a desertificação nesses espaços.

Box 6 – Ecofeminismo

O ecofeminismo compartilha da crítica feminista pós-moderna do conhecimento científico, em geral, e das ciências aplicadas no desenvolvimento “mainstream”, em particular (MERCHANT, 1989). As versões mais influentes nos círculos internacionais estendem-se a uma crítica geral das abordagens convencionais e definições de desenvolvimento. Argumenta-se que o desenvolvimento econômico foi prejudicial tanto para as mulheres quanto para o meio ambiente ao atropelar o conhecimento alternativo local, especialmente o conhecimento das mulheres, associado a concepções orgânicas de pessoas e natureza como interconectadas; ao desconsiderar o espiritual e o sagrado na atitude das pessoas em relação ao seu ambiente e o papel especial das mulheres nele; e superando práticas ambientais holísticas e harmoniosas. O desenvolvimento econômico desse tipo é semelhante e acompanha a subordinação social das mulheres. Ambos os processos suprimem o “princípio feminino” (SHIVA, 1988). No entanto, as ecofeministas consideram que o princípio feminino não está totalmente extinto no contexto ambiental, mas ainda se manifesta em uma sabedoria residual, quase instintiva, que algumas mulheres conseguiram reter diante das pressões do desenvolvimento. Na visão ecofeminista, portanto, a esperança de um desenvolvimento ambientalmente sustentável e igualitário de gênero está na recuperação do princípio feminino.

A proposta dessa discussão incluiu as diferentes inter-relações entre mulheres e meio ambiente dentro do desenvolvimento econômico e os efeitos negativos sobre as condições de vida das mulheres em decorrência da degradação ambiental (BRAIDOTTI et al, 1994), e ficou conhecida como a estratégia Mulheres, Meio Ambiente e Desenvolvimento. Tal estratégia se baseou em dois argumentos principais, o de que as mulheres possuem uma relação de proximidade com a natureza e que, em suas práticas de gestão do meio ambiente, elas são particularmente altruístas (JACKSON, 1993; LEACH, 2007).

Na primeira metade da década de 1980, as abordagens que tratavam sobre a relação mulheres, meio ambiente e desenvolvimento utilizavam a imagem da mulher como vítima das crises ambientais (GREEN; JOEKES; LEACH, 2005; LEACH, 2007), principalmente as mulheres pobres do terceiro mundo (BRAIDOTTI et al, 1994). Para essa abordagem tanto as mulheres quanto o meio ambiente são vítimas do modelo de desenvolvimento econômico ocidental, o qual Shiva (1989)

chama de “desenvolvimento míope”, que agride, degrada e exclui (BOX 7).

Box 7 – Categoria sujeito-mulher-vítima

As mulheres são percebidas como as principais vítimas das crises ambientais por duas razões principais. A primeira delas se dá pela suposta proximidade natural das mulheres com a natureza. A outra, pelo fato das mulheres, assim como o meio ambiente, foram oprimidos pelos modelos de desenvolvimento com foco economicista. Essa categoria se aproxima da categoria sujeito-mulher-pobre

Porém, na segunda metade da década encontram-se mudanças importantes, a imagem das mulheres pobres do terceiro mundo, vítimas da crise ambiental, torna-se menos frequente e evidencia-se uma imagem das mulheres articuladas e detentoras de soluções para a crise (BRAIDOTTI et al, 1994; GOEBEL, 2002; LEACH, 2007). Esse valor atribuído às mulheres fez com que elas passassem a ser consideradas nos projetos ambientais, e esse debate passou a figurar em inúmeros documentos sobre meio ambiente. Apesar de que a falta de instrumentalização das mulheres para participarem desses projetos (BRAIDOTTI et al, 1994) deva ser questionada (GREEN; JOEKES; LEACH, 2005).

No período, o Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP), responsável pela coordenação de ações ambientais dentro da ONU, e o Centro Internacional de Ligação Ambiental (ELCI) tornaram-se instituições ativas nos debates sobre Mulheres, Meio Ambiente e Desenvolvimento (BRAIDOTTI et al, 1994).

Em 1984, o UNEP iniciava um programa para aumentar a participação das mulheres na gestão ambiental e estabeleceu conseqüentemente o Conselho Superior de Mulheres sobre Desenvolvimento Sustentável (SWAGSD), que compreendia um grupo de alto nível de mulheres especialistas interessadas por questões ambientais trabalhando em diferentes organizações de desenvolvimento. Este grupo estruturou dados sobre as mulheres no meio ambiente e o desenvolvimento sustentável na Conferência da ONU sobre Mulheres e Desenvolvimento, e teve uma função importante na adoção de parágrafos fundamentais no documento final da Conferência: as Estratégias com Um Olhar no Futuro,

de Nairobi. Como resultado, o tópico mulheres e meio ambiente entrou na agenda da ONU. No Fórum de Nairobi, em 1985, que teve lugar paralelamente à Conferência da ONU sobre Mulheres e Desenvolvimento, o ELCI organizou um grupo de trabalho sobre "Mulheres e a Crise Ambiental". a ação das mulheres e o papel especial na gestão do meio ambiente foram apresentadas com o estudo de casos que documentavam o envolvimento da mulher na silvicultura, na agricultura, na energia, etc., baseados na experiência das mulheres que viviam no Sul. **As mulheres eram retratadas nestes casos como gestoras ambientais cujo envolvimento era crucial para alcançar o desenvolvimento sustentável.** Estes estudos foram ferramentas poderosas para o debate posterior do WED, e para estimular o reconhecimento internacional dos problemas das mulheres relativamente à gestão dos recursos naturais [Grifo meu] (BRAIDOTTI et al, p. 129, 1994, tradução livre).

Em um grupo de trabalho no ELCI foi elaborado um Plano de Ação para as Mulheres, o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. O mesmo versava sobre as mulheres em papéis de liderança na ação ambiental, educação ambiental, formação de redes e capacitações acerca do tema (BRAIDOTTI et al, 1994).

A década de 1980, definitivamente, foi marcada pelo aumento de pesquisas, eventos e publicações sobre a participação das mulheres nas atividades agrícolas e de pecuária, as tarefas atribuídas por gênero, os impactos da degradação ambiental sobre a vida das mulheres e como elas têm respondido a esses cenários (JACKSON, 1993; BRAIDOTTI et al, 1994; GREEN; JOEKES; LEACH, 2005; LEACH, 2007).

Os artigos publicados no documento Estratégias com Um Olhar no Futuro, resultado da III Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1985, em Nairobi, em grande maioria foram fundamentados nos pensamentos e proposições da estratégia Mulheres, Meio Ambiente e Desenvolvimento (JACKSON, 1993). Em 1987 foram incluídas no documento internacional Estratégia de Conservação Mundial¹⁷, de 1980, as preocupações das mulheres sobre o tema. Também foi publicado um dos primeiros livros com ênfase na relação entre as mulheres e o meio ambiente, o *Women and Environment in the Third World*, escrito por Irene

17 Documento elaborado em 1980 a partir de uma parceria entre a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), o Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e o Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP).

Dankelman e Joan Davidson (BRAIDOTTI et al, 1994). Em 1991 foi publicada mais uma edição da Estratégia de Conservação Mundial, que já em seu lançamento continha comentários de mulheres especialistas sobre o tema. No mesmo ano, durante o I Congresso Mundial das Mulheres por um Planeta Saudável, em Miami, foi elaborado um esboço da Agenda 21 de Ação das Mulheres, documento que refletiu discursos ecofeministas (BRAIDOTTI et al, 1994; LEACH, 2007).

Com essas discussões, tornou-se cada vez mais evidente que a degradação ambiental e o crescimento da população eram desafios importantes para o alcance do desenvolvimento sustentável e que as mulheres eram um grupo-chave em ambas as áreas (BRAIDOTTI et al, 1994).

Após a publicação do relatório Brundtland, a concepção de desenvolvimento sustentável foi sendo gradualmente incorporada ao debate, e os estudos e escritos antes sobre mulheres, meio ambiente e desenvolvimento passaram a versar sobre Mulheres, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (MMADS) (BRAIDOTTI et al, 1994). A imagem das mulheres como vítimas deu lugar a das mulheres como "gestoras ambientais privilegiadas", portadoras de condições específicas para o cuidado com o meio ambiente (BRAIDOTTI et al, 1994; GREEN; JOEKES; LEACH, 2005).

A MMADS está fundamentada na compreensão de que as mulheres, em especial as do campo e da floresta e as que vivem nas periferias urbanas, exercem trabalhos que as aproximam do meio ambiente. Em muitas comunidades as mulheres são responsáveis pelo corte da lenha e pela busca de água para consumo doméstico (GOEBEL, 2002; GREEN; JOEKES; LEACH, 2005). Trabalhos importantes, mas, na maioria dos casos, não reconhecidos. Tais situações revelam a implicação das mulheres no processo de degradação ambiental, quando da escassez de terra (GOEBEL, 2002), a dependência e os consequentes interesses particulares das mulheres sobre os bens naturais. Ao passo que essa aproximação torna-se evidente, as mulheres são reconhecidas como detentoras de conhecimentos "especiais" sobre o meio ambiente, também como mais

responsáveis pelos cuidados com a natureza (JACKSON, 1993; GOEBEL, 2002; LEACH, 2007). Concluindo a argumentação, as mulheres, então interessadas em uma gestão sustentável dos bens naturais, teriam interesses próximos aos dos programas e projetos ambientais (GREEN; JOEKES; LEACH, 2005) (BOX 8).

Box 8 – Categoria sujeito-mulher-gestora ambiental

A partir de experiências que demonstravam o engajamento das mulheres em práticas agroecológicas, proteção ambiental e manutenção da biodiversidade (plantio de árvores e preservação de sementes crioulas), as mulheres passaram a ser consideradas como o meio mais adequado para alcançar e promover as ações ambientais nas comunidades (GREEN; JOEKES; LEACH, 2005).

A participação das mulheres passa a ser considerada condição necessária para o êxito das políticas ambientais, de modo que as mulheres fossem beneficiadas pelos projetos ambientais, o que garantiria maior igualdade de gênero, e os projetos não fossem prejudicados com a ausência dos conhecimentos e experiências das mulheres para a gestão dos bens naturais. Ter as mulheres como aliadas seria uma forma de potencializar as chances de sucesso dos projetos ambientais (GOEBEL, 2002; GREEN; JOEKES; LEACH, 2005).

Um ponto de discordância entre diferentes grupos de mulheres e ambientalistas no período foi a da responsabilidade das mulheres sobre o crescimento da população e a degradação ambiental (BRAIDOTTI et al, 1994), fruto dos impactos causados pela publicação do relatório *Os Limites do Crescimento*, em 1972, elaborado pelo Clube de Roma.

O Relatório mostrava que se continuassem, a longo prazo, as mesmas taxas de crescimento demográfico, industrialização e utilização de recursos naturais, ocorreriam inevitáveis efeitos catastróficos em meados do século XXI (fome, escassez de recursos naturais, altos níveis de poluição), que culminariam com uma incontável mortandade da população. Caso a linha de crescimento apresentada no estudo continuasse evoluindo, os limites naturais do desenvolvimento da humanidade seriam atingidos em menos de 100 anos. Mas seria possível modificar essa linha e atingir um estado de estabilidade ecológica

que permitiria satisfazer as necessidades materiais de toda a humanidade (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

Como conclusão, os autores do relatório defenderam a necessidade de controlar a expansão demográfica, limitar o crescimento exponencial da produção, combater a poluição e a degradação ambiental. Logo, duas ideias ficaram fortemente atreladas ao estudo até os dias atuais: o congelamento do crescimento populacional global e do capital industrial. Essas seriam condições necessárias para atingir estabilidade econômica e ecológica (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012). Assim, supondo ser necessário um controle populacional acirrado e sustentando o entendimento de que as mulheres seriam as principais responsáveis pelo controle de natalidade, várias medidas de controle foram destinadas às mulheres do Sul global (BRAIDOTTI et al, 1994).

No Norte global, as proposições da MMADS ganharam projeção com a Rede Ambiental das Mulheres (WEN), do Reino Unido. A rede defendia que as mulheres tivessem acesso à educação e às estruturas organizacionais, tanto locais como nacionais, para que assim tivessem maiores condições para participarem em todos os níveis do planejamento de projetos de produção preocupados com questões ambientais e de desenvolvimento. Ou seja, uma forma de atribuir maior poder às mulheres. A rede inspirou outros grupos de mulheres nos países do Norte (BRAIDOTTI et al, 1994).

A MMADS abriga diferentes correntes de pensamento. Um deles reconhece os danos causados pela preocupação quase que exclusiva com o desenvolvimento econômico às mulheres, tratadas como receptoras passivas em projetos assistenciais, e ao meio ambiente (BRAIDOTTI et al, 1994), visto a partir da sua utilidade para a economia. Outra abordagem apoia-se em uma crítica ao modelo de desenvolvimento ocidental, considerado como inadequado para as mulheres, o meio ambiente e as pessoas do Sul global. O que demandaria a construção de um "desenvolvimento alternativo" (BRAIDOTTI et al, 1994).

Uma corrente mais economicista observa o fenômeno a partir da

divisão sexual do trabalho, onde são socialmente atribuídos às mulheres papéis específicos na gestão dos recursos naturais. Alinhada a uma perspectiva cultural, como decorrência dessa divisão, vê-se as mulheres como mais próximas da natureza do que os homens. Ou seja, estaríamos em uma sociedade que atribui às mulheres papéis que possuem maior proximidade com a natureza, onde sua subsistência depende desta. Isto levou as mulheres a desenvolverem conhecimentos e cuidados mais apropriados à manutenção de um meio ambiente saudável e principais aliadas dos projetos de conservação (BRAIDOTTI et al, 1994; LEACH, 2007). Nesse contexto, as mulheres são "mobilizadas para a conservação" (JACKSON, 1993, p. 1948) por possuírem uma relação de "[...] reciprocidade, simbiose, harmonia, mutualidade e inter-relação [...]" com natureza (BRAIDOTTI et al, 1994, p. 138).

É necessário ter cautela para que esse entendimento não leve a uma conclusão equivocada de que as mulheres seriam naturalmente mais predispostas aos cuidados com a natureza do que os homens. Essa pode ser uma condição socialmente construída e não uma vocação particular, e não se pode dizer que atinge a todas as mulheres.

Para resumir - não pode haver uma relação especial entre mulheres e ambientes porque as mulheres não são uma categoria unitária, e suas relações ambientais refletem não apenas as divisões entre as mulheres, mas também as relações de gênero e a dinâmica das economias políticas e dos agroecossistemas (JACKSON, 1993, p. 1950, tradução livre).

Também, não pode ensejar que os homens não possam ser igualmente detentores de tais conhecimentos (JACKSON, 1993) ou alguma conexão ambiental (LEACH, 2007). Por sua vez, não deve, mais uma vez, sobrecarregar e responsabilizar as mulheres em particular, pois os processos de cuidado, preservação e recuperação ambiental são atribuições de todos. Conforme aponta Goebel (2002), perspectivas restritas da existência de um "princípio feminino" na natureza podem dificultar a compreensão de contextos específicos, em razão de seu caráter generalista. No geral, não existem evidências suficientes que demonstrem as mulheres como mais próximas ou mais distantes da natureza

(JACKSON, 1993; GOEBEL, 2002), sem uma compreensão das relações históricas, sociais e culturais dos diferentes agrupamentos.

Por certo nem todos aqueles que defenderam ou defendem a MMADS concordam com essa visão de que há uma relação natural e universal entre mulheres e meio ambiente, mas ao adotar um discurso de generalização, com uma conexão tão ampla que quase chega a ser universal, e com ênfase quase que exclusiva nos papéis das mulheres, reforçam os gargalos dessa estratégia (LEACH, 2007).

A MMADS deve ser reconhecida como uma estratégia pioneira e coerente no que diz respeito à posição de agente das mulheres nas questões ambientais (GREEN; JOEKES; LEACH, 2005). Assim como sua importante influência na inclusão das questões das mulheres e meio ambiente na análise de sistemas sociais e no aumento das pesquisas e publicações de feministas sobre meio ambiente, o que chamou atenção para a relevância do meio ambiente nos debates sobre mulheres e desenvolvimento (GOEBEL, 2002).

Contudo, as falhas ocorridas nas políticas ambientais, baseadas na MMADS, tornaram-se semelhantes aos gargalos das políticas econômicas e sociais influenciadas pela MemD (GREEN; JOEKES; LEACH, 2005; LEACH, 2007). Ainda no início da década de 1990, acadêmicas de diferentes partes do mundo, como Bina Agarwal, na Índia; Cecile Jackson, Melissa Leach e Susan Joeques, no Reino Unido; Dianne Rocheleau e Louise Fortmann, nos EUA; e, Saskia Wieringa, na Holanda, trouxeram críticas profundas a essa estratégia em seus estudos (LEACH, 2007). Jackson (1993, p. 1959), após analisar o uso da MMADS na década de 1980, conclui que:

Os pontos-chave são que as relações ambientais das mulheres não podem ser compreendidas isoladamente das dos homens; as mulheres não têm proximidade inerente com seus ambientes; o trabalho comunitário e a defesa dos recursos naturais pelas mulheres têm explicações politicamente ideológicas, sociais e econômicas; os conhecimentos ambientais das mulheres são produtos sociais; a análise de gênero das relações de propriedade é uma pré-condição para entender as diferentes motivações de homens e mulheres para a conservação; as divisões de gênero do trabalho não podem ser reduzidas

à alocação de tarefas; as relações ambientais têm dimensões históricas, espaciais e temporais de significância; e a tomada de decisões ambientais de gênero precisa ser vista através das lentes das relações intradomiciliares tanto de cooperação quanto de conflito. As perspectivas políticas exigem ênfase na pesquisa, planejamento e especificação em nível local para identificar grupos-alvo e projetar incentivos que não sejam baseados em estereótipos de gênero. Embora os pontos de alavancagem sinérgica sobre a equidade de gênero e a conservação ambiental possam ser identificados dessa forma, precisamos enfrentar compensações, expor alternativas e fazer escolhas livres de noções irreais de uma sinergia generalizada. (tradução livre)

Novamente, discussões mais aprofundadas sobre gênero não se tornaram centrais na implementação de projetos ambientais, adotando-se uma visão instrumental e essencialista das mulheres e do meio ambiente (JACKSON, 1993; GOEBEL, 2002). Assim como pouca ou nenhuma mudança ocorreu na natureza desses projetos e na eficácia destes em termos ambientais; nos papéis e carga de trabalho assumidos por mulheres e homens na produção e comercialização agrícola e no extrativismo florestal; e, na posse e uso da terra e de bens pelas mulheres (BRAIDOTTI et al, 1994; GREEN; JOEKES; LEACH, 2005; LEACH, 2007).

Green, Joeques e Leach (2005) apontam como principais erros:

- (a) Foco quase que exclusivo nos papéis já assumidos pelas mulheres nos agrupamentos sociais, sem questioná-los (LEACH, 2007);
- (b) Identificação dos papéis assumidos pelas mulheres sem considerar as inter-relações com os papéis dos homens. Como se mulheres e homens vivessem em mundos paralelos (LEACH, 2007);
- (c) Adoção de uma imagem das mulheres como gestoras eficientes de recursos e como uma mão de obra ainda pouco explorada, evocando muitas vezes o trabalho voluntário (não remunerado) dessas mulheres e sobrecarregando-as com a adição de tarefas ambientais à lista extensa de tarefas já realizadas pelas mulheres (LEACH, 2007);
- (d) Entendimento de que a simples inclusão das mulheres, sem promover sua

instrumentalização para participar, seria suficiente para integrá-las;

(e) Assumir as mulheres como um grupo de interesses homogêneos, grupo esse assolado pelas desigualdades de gênero e que vivem em contextos de degradação ambiental, condição também evidenciada por Goebel (2002) e Leach (2007).

De modo a corrigir essas lacunas, ainda nos anos 1990, emergiram abordagens alternativas, como o ambientalismo feminista (AGARWAL, 1992) e a ecologia política feminista (GOEBEL, 2002), destacando as relações das mulheres com o meio ambiente em diferentes contextos, se opondo a generalizações, e a necessidade de uma análise de gênero (LEACH, 2007). A isso deve ser incluído as diferenças geracionais e de poder existentes em um mesmo contexto. Meninas, mulheres jovens, mulheres adultas e mulheres idosas podem vivenciar diferentes restrições e oportunidades, no que diz respeito a relação com o meio ambiente, em um mesmo contexto. Também vivenciam histórias diferentes, portanto possuem atitudes e expectativas distintas a depender da idade que possuem (JACKSON, 1993). Já que as mulheres não vivenciam os problemas ambientais de maneira uniforme, as pesquisas sobre o tema enveredaram por estudos empíricos de contextos específicos (estudos de caso com pesquisa de campo) (GOEBEL, 2002).

As críticas tecidas à estratégia MMADS desafiaram a compreensão de uma relação natural entre mulheres e meio ambiente e destacou o contexto social, com relações de gênero dinâmicas, como a fonte das interações tanto das mulheres quanto dos homens com a natureza. Logo, as preocupações sobre as relações das mulheres com o meio ambiente passam a incidir sobre o direito das mulheres à propriedade e aos recursos. Mas deve-se ter o cuidado para não perder de vista uma perspectiva politizada e relacional sobre o tema (LEACH, 2007).

As relações entre as mulheres e meio ambiente são contextuais, portanto devem ser atentamente investigadas nas diferentes localidades e nos mais diversos agrupamentos. E a demanda das mulheres por uma nova

configuração social atrelada à redistribuição de poder entre os gêneros, vincula-se a mudanças na capacidade de acesso e controle a bens e recursos.

2.2.5 Mulheres, Cultura e Desenvolvimento (MCD)

A estratégia Mulheres, Cultura e Desenvolvimento (MCD), também conhecida como “enquadramento das identidades das mulheres” (TSIGE; SYNNEVAG; AUNE, 2020), teve início no final da década de 1990 (SINGH, 2007; KANEM; NORRIS, 2018), a partir do aumento da influência de acadêmicas do Terceiro Mundo contrárias à hegemonia cultural do ocidente (SINGH, 2007). E, em 2000, sobre o tema houve a publicação do artigo seminal de Peter Chua, Kum-Kum Bhavnani e John Foran (2000), intitulado Mulheres, Cultura e Desenvolvimento: um novo paradigma para os estudos sobre desenvolvimento? (KANEM; NORRIS, 2018).

Duas décadas antes analistas feministas haviam dado início a um movimento para inserir abordagens não-econômicas nas discussões sobre mulheres e desenvolvimento (CHUA; BHAVNANI; FORAN, 2000, SINGH, 2007). Propondo a mudança de uma análise meramente economicista e estrutural para uma análise que preza pelas “experiências, identidades, práticas, sentimentos, significados e representações” (CHUA; BHAVNANI; FORAN, 2000, p. 821).

A MCD traz contrapontos às estratégias que a antecederam, mas também podemos identificar elementos de convergência. A MCD rejeita a conotação negativa da cultura atribuída pela GeD (SINGH, 2007). Diferente das estratégias MemD e GeD, que dão destaque para a forte influência das instituições sobre a vida das mulheres (SINGH, 2007), e, similar à estratégia MeD, a MCD aponta para a relevante capacidade de agente das mulheres (KABEER, 1999). Porém, enquanto a MeD foca na agência econômica, a MCD destaca a agência das mulheres também no domínio social (CHUA; BHAVNANI; FORAN, 2000). Se para a MemD a agência das mulheres se apresenta como resultado de ações grupais, coletivas, a MCD assume a agência também como prerrogativa individual e é

distinta considerando os diferentes grupos e culturas (CHUA; BHAVNANI; FORAN, 2000; SINGH, 2007).

Para a estratégia MCD, mesmo reconhecendo que as estratégias MemD, MeD e GeD ampliaram os elementos que devem ser considerados para se alcançar o desenvolvimento, pressupostos economicistas nortearam as discussões das estratégias anteriores (CHUA; BHAVNANI; FORAN, 2000). Já com a inclusão das questões ambientais ao debate de gênero e desenvolvimento trazidas pela estratégia MMADS, Chua, Bhavnani e Foran (2000) apontam que a MCD seria capaz de conectar as críticas tecidas pelo ecofeminismo, o ambientalismo feminista e a ecologia política feminista ao modelo de desenvolvimento vigente e sua relação com as mulheres e o meio ambiente, à mudanças reais. Vide que as crises ambientais não podem ser compreendidas apenas observando a escassez econômica, mas principalmente os contextos culturais e as relações desiguais de poder. Para os autores a MCD, fazendo uso dos estudos sobre cultura e dos estudos sobre raça, teria ferramentas para criar movimentos alternativos de desenvolvimento.

A MCD está fundamentada no pensamento pós-moderno e critica as uniformidades criadas por categorias e conceitos fechados, como o de "gênero" (CHUA; BHAVNANI; FORAN, 2000; MILLER, 2000) e o de "mulheres do terceiro mundo" (SINGH, 2007).

Não usamos 'gênero' porque queremos manter o foco analítico nas mulheres, pois 'gênero' se refere aos processos pelos quais relações desiguais de poder baseadas no sexo são mantidas e reproduzidas, e assim, com razão, aplica-se tanto a mulheres como a homens. Assim, usar gênero no contexto de nosso argumento corre o risco de marginalizar as mulheres enquanto mulheres (CHUA; BHAVNANI; FORAN, 2000, p. 824).

A MCD busca interligar os estudos feministas e os estudos críticos sobre desenvolvimento com os estudos culturais, com uma abordagem multiétnica e multirracial (CHUA; BHAVNANI; FORAN, 2000). Considera a capacidade de agente das mulheres e a estruturação dos sistemas sociais como igualmente

importantes. Propõe pesquisas que possuam como objeto de estudo as comunidades do terceiro mundo e utilizem teorias culturais (SINGH, 2007). Assim como ações que envolvam mulheres e que reflitam suas práticas, culturas e valores locais (SINGH, 2007), considerando a cultura como "as experiências vividas e as lutas das pessoas em uma sociedade" (CHUA; BHAVNANI; FORAN, 2000, p. 821).

Nossa abordagem da cultura como experiências vividas e lutas - a inter-relação entre produção e reprodução e a visibilização da agência das mulheres - significa que, embora saibamos a importância das estruturas econômicas, políticas e sociais na formação da vida das mulheres, também consideramos necessário centralizar a relação entre produção e reprodução e garantir que a agência das mulheres seja visível. [...] Argumentamos que falar de "cultura" simultaneamente com desenvolvimento abrange de forma mais pungente a experiência cotidiana, prática, ideológica e política das mulheres do Terceiro Mundo e, portanto, fornece ideias mais claras para um desenvolvimento transformador. Em outras palavras, trazemos a cultura para a discussão porque ela fornece uma forma não economicista, mas ainda materialista, de produzir conhecimento e apresentar diferentes estratégias e resultados para fazer luta e mudança social. Esse uso da cultura permite o desenvolvimento de uma trajetória analítica e de estratégias políticas antiautoritárias, intransigentemente abertas e radicalmente libertadoras (CHUA; BHAVNANI; FORAN, 2000, pp. 823-825).

No que tange aos debates próprios do desenvolvimento, a MCD defende o equilíbrio entre o global e o local e o respeito às culturas dos povos (SINGH, 2007). Inclusive adotando como ponto de partida a proposição de Peter Worsley¹⁸ (SINGH, 2007) de que a cultura era a dimensão ausente no paradigma do desenvolvimento. Para a estratégia, o modelo economicista de desenvolvimento é utilizado como meio pelas nações mais ricas para subjugar as nações pobres (CHUA; BHAVNANI; FORAN, 2000).

Utilizando a modernização como principal objetivo das nações (CHUA; BHAVNANI; FORAN, 2000), o modelo de desenvolvimento vigente desqualifica a

¹⁸ Peter Worsley, sociólogo e antropólogo britânico que ficou conhecido por ser o primeiro a utilizar o termo Terceiro Mundo no inglês. Em 1984 publicou o livro "The three worlds: culture and world development", onde examina o desenvolvimento cultural, político e econômico, com destaque para a necessidade de incluir a cultura nas abordagens tradicionais do desenvolvimento.

cultura das nações tidas como "subdesenvolvidas" e adotam a cultura dos ditos países "desenvolvidos" como objeto de desejo das nações.

Sobre as mulheres, até então elas teriam sido tratadas pelo modelo de desenvolvimento apenas como mães, esposas ou trabalhadoras, negligenciando suas outras atuações. A inclusão das mulheres no contexto do desenvolvimento, portanto, ocorreria apenas a partir do estudo e respeito às variações culturais em que as mulheres se inserem (SINGH, 2007). Reconhecendo suas ações de produção e reprodução, suas experiências e culturas e suas capacidades de agente. A estratégia une o foco na cultura e nas mulheres com mediadores para compreender de forma mais precisa como subsistem e se perpetuam as desigualdades (CHUA; BHAVNANI; FORAN, 2000).

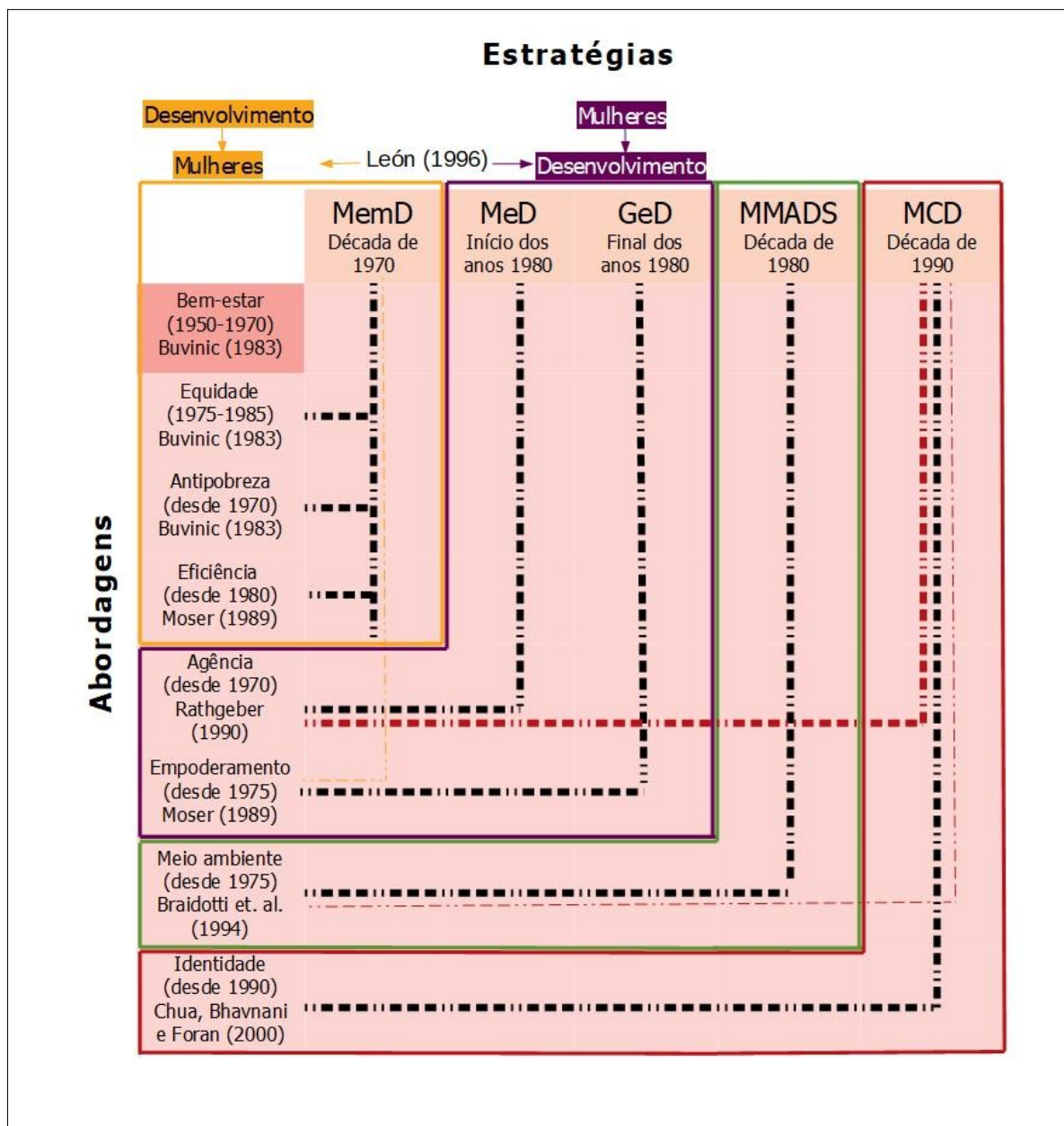
Diferente das estratégias anteriores, a MCD não ganhou tanto destaque nos estudos e na literatura sobre gênero e desenvolvimento (TSIGE; SYNNEVAG; AUNE, 2020).

2.2.6 Síntese das Estratégias e das Abordagens Identificadas

Na Figura 4 estão representadas as cinco estratégias sobre gênero e desenvolvimento identificadas, assim como as abordagens que as compõem e os respectivos períodos de maior influência de cada uma.

O Quadro 4, por sua vez, apresenta um resumo das principais conferências internacionais do século XX, a partir da década de 1970, e que foram influenciadas pela efervescência das discussões ambientais desse período. Nele são também delineadas as discussões sobre gênero e desenvolvimento e as estratégias mais influentes em cada evento.

Figura 4 Estratégias e abordagens sobre gênero e desenvolvimento



Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 4 Principais eventos internacionais do século XX com discussões sobre gênero e desenvolvimento

Ano	Evento	Discussões	Principal Influência
1975	I Conferência Mundial da Mulher / Cidade do México, México	- Eliminação da discriminação contra as mulheres; - Erradicação da pobreza; - Subutilização da capacidade das mulheres para o desenvolvimento econômico e social; - Reduzida participação política das mulheres	MemD
1980	II Conferência Mundial da Mulher (Copenhage)	Acesso à educação, emprego e saúde. Medidas garantidoras de direitos.	MemD
1985	III Conferência Mundial sobre a Mulher (Nairóbi)	Acesso à educação, formação e recursos.	MemD
1991	I Congresso Mundial das Mulheres por um Planeta Saudável (Miami)	Crítica ao modelo de desenvolvimento dominante. Crítica a uma visão economicista. Crise ambiental.	MMADS
1992	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Cnumad) / Planeta Fêmea(Rio de Janeiro)	Importância das mulheres para o desenvolvimento sustentável	GeD/ MMADS/ MemD
1994	Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) (Cairo)	Direito das mulheres. Acesso à educação e à saúde sexual e reprodutiva	MemD
1995	IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Pequim)	Categoria gênero	GeD

Fonte: Elaborado pela autora

Em razão de na literatura não ter sido identificada nenhuma estratégia iniciada no século XXI e que possuisse a busca pela sustentabilidade como eixo condutor, foram analisados os documentos das principais Agendas globais elaboradas com o propósito de estabelecer princípios e ações a serem seguidos pelos governos para o alcance do desenvolvimento sustentável. O intuito foi identificar como as discussões e demandas de gênero foram abordadas nesses documentos. Essas observações encontram-se descritas no capítulo seguinte.

3 GÊNERO E SUSTENTABILIDADE: UMA ESTRATÉGIA NECESSÁRIA PARA O SÉCULO XXI¹⁹²⁰

Este capítulo tem como objetivo identificar a maneira como o debate sobre gênero e desenvolvimento vem sendo trabalhado nas agendas internacionais para o Desenvolvimento Sustentável. Aqui, busca-se dialogar com as estratégias identificadas no capítulo anterior e apresentar como essas discussões têm chegado ao contexto nacional, por intermédio da adaptação dessas agendas à dinâmica brasileira.

Foi na década de 1970 que emergiram as principais discussões sobre sustentabilidade. Considerando o fracasso dos modelos de desenvolvimento utilizados até aquele período, viu-se a necessidade de um desenvolvimento voltado tanto para a presente quanto para as futuras gerações, fundamento da proposta inicial do desenvolvimento sustentável.

A grande pressão sobre o meio ambiente, decorrente do crescimento demográfico, crescimento econômico e do nível de consumo e impactos do progresso científico e tecnológico, levaram a uma maior preocupação com as questões ambientais. Reflexo disso foi o aumento dos movimentos sociais em defesa da ecologia, a publicação de obras pioneiras que demonstravam preocupação com a continuidade da vida na terra e de conferências internacionais promovidas pela ONU para debater sobre meio ambiente e desenvolvimento (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

As discussões teóricas e publicações seguiram por três discussões centrais: as críticas ao industrialismo, as inter-relações entre ser humano e natureza e os riscos sociais e ambientais. Discussões que reuniram uma

19 Este capítulo serviu de subsídio para a apresentação oral: Silva, Milanya Ribeiro da; Sayago, Doris Aleida Villamizar. Gênero e Sustentabilidade: uma propositura a partir da revisão das estratégias de gênero e desenvolvimento, © E-Sustainability22, Seminário Doutoral DSSD Universidade Aberta (UAb) de Portugal / PGCDS UnB, junho de 2022.

20 Este capítulo serviu de subsídio para a apresentação oral: Silva, Milanya Ribeiro da; Sayago, Doris Aleida Villamizar. Mulheres e Meio Ambiente: uma reflexão necessária a partir da integração da dimensão gênero à sustentabilidade, 8º Congresso Internacional de Antropologia AIBR, Salamanca, julho de 2022.

multiplicidade de estudiosos de diferentes áreas, que evidenciaram diversos problemas, propuseram variados caminhos e alternativas, a partir de uma única preocupação: a continuidade da vida na terra (Quadro 5).

Quadro 5 Autores e obras pioneiras para construção no debate sobre sustentabilidade e principais alertas

Crítica à ênfase da sociedade industrial	<p>André GORZ Filósofo Austríaco (1923-2007)</p> <p>Obra: O imaterial (2003)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de subordinação da racionalidade econômica a uma racionalidade ecológica e social - Obsolescência programada
	<p>Ivan ILLICH Teólogo e Historiador Austríaco (1926-2002)</p> <p>Obra: A convivialidade (1973)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Mito do crescimento - Crítica à noção de progresso
	<p>Ernst SCHUMACHER Economista e estatístico alemão (1911-1977)</p> <p>Obra: Small is beautiful (1973)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Crítica à ênfase na mercadoria/bens em detrimento do ser humano - Movimento em direção ao uso de Tecnologias Apropriadas
Relação entre Ser Humano e Natureza	<p>Donella MEADOWS - Cientista ambiental Norte Americana (1941-2001)</p> <p>Dennis MEADOWS - Cientista Norte Americano (1942-)</p> <p>Obra: Relatório limites do crescimento (1972) Limites do crescimento: a atualização 30 anos depois (2004)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento populacional - Pressão sobre a natureza - Carência de recursos - Necessidade de Crescimento Zero
	<p>Arne NAESS Ecólogo e Filósofo Norueguês (1912-2009)</p> <p>Obra: O raso e o profundo, movimentos ecológicos de longo alcance: um resumo (1973)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Crítica ao antropocentrismo (ecologia rasa) - Ecologia Profunda como alternativa para a crise ecológica

	<p>Nicholas GEORGESCU-ROEGEN Matemático, estatístico e economista romeno (1906-1994)</p> <p>Obra: A lei da entropia e o processo econômico (1971)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Impossibilidade de um crescimento infinito em um mundo finito (lei da entropia) - Necessidade de substituir o processo econômico tradicional por uma bioeconomia (Economia Ecológica)
<p>Riscos sociais e ambientais</p>	<p>Kenneth BOULDING Economista inglês (1910-1973)</p> <p>Obra: A economia da espaçonave terra (1966)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Oposição à economia do <i>cowboy</i>, com um comportamento explorador e violento - Propõe a economia do astronauta, preocupada com a conservação e a quantidade, qualidade e complexidade do "estoque" disponível no planeta
	<p>Ulrich BECK Sociólogo e cientista político Polonês (1944-2015)</p> <p>Obra: Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade (1966)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A sociedade está submetida a riscos ecológicos e tecnológicos e passa por um processo de individualização
	<p>Anthony GIDDENS Sociólogo e psicólogo inglês (1938-)</p> <p>Obra: Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna (1994)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Indivíduos e sociedade constroem-se mutuamente - A insegurança é característica da sociedade moderna - Reconhecimento de que existem múltiplas modernidades possíveis
	<p>Cornelius CASTORIADIS Filósofo e economista turco (1922-1997)</p> <p>Obra: Da ecologia à autonomia (1981)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Indivíduos autônomos só podem existir em sociedades verdadeiramente autônomas - A organização social e política ocorre em três níveis: casa/família, o lugar público-privado e o lugar público-público. E uma coordenação adequada entre esses três níveis ocorrerá apenas em sociedades democráticas
	<p>Serge MOSCOVICI Psicólogo romeno (1928-2014)</p> <p>Obra: Da natureza: para pensar</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O crescimento econômico contínuo faz ampliar as desigualdades - Visão de uma sociedade global onde sociedade e natureza são vistas como

	a ecologia (2002)	um único sistema - A política ecológica funciona como um reencontro entre a sociedade e a natureza, definindo uma nova forma de trabalhar, consumir e viver
--	-------------------	--

Fonte: Elaborado pela autora

Diante de tantos alertas sobre os riscos aos quais o planeta estava exposto, percebeu-se a necessidade de ampliação das discussões em nível global. Por essa razão, grandes e importantes conferências internacionais vêm sendo promovidas para a sensibilização e mobilização da sociedade e pressão sobre os governos. O Quadro 6 apresenta um resumo das principais conferências internacionais que ocorreram a partir da década de 1970 e que foram influenciadas pela efervescência das discussões ambientais desse período.

Quadro 6 Principais eventos e conferências ambientais internacionais

Ano	Evento	Principais Resultados
1972	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano / Conferência de Estocolmo – Estocolmo, Suécia.	<ul style="list-style-type: none"> - Declaração sobre meio ambiente / Declaração de Estocolmo; - Plano de ação;
1992	Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) / Rio 92 / Eco 92 – Rio de Janeiro, Brasil.	<ul style="list-style-type: none"> - Agenda 21; - Carta da Terra; - Declaração do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento; - Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB); - Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD); - Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas; - Declaração de Princípios sobre Florestas;
2000	Cúpula do Milênio - Nova York, EUA	<ul style="list-style-type: none"> - Declaração do Milênio; - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)
2002	Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável / Rio +10 – Joanesburgo, África do Sul.	<ul style="list-style-type: none"> - Declaração de Joanesburgo; - Plano de Implementação

2012	Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável / Rio +20 – Rio de Janeiro, Brasil.	}	- Relatório O Futuro que queremos
2015	Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável – Nova York, EUA.	}	- Transformando Nosso Mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável; - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Fonte: Elaborado pela autora

Os documentos resultantes desses eventos e conferências buscam sintetizar as discussões realizadas durante os encontros, portanto tornam-se importantes fontes de informação para observarmos como o debate sobre gênero tem ocorrido junto às proposições de princípios e planos de ação voltados ao desenvolvimento sustentável. Dentre os documentos publicados, os que mais influenciaram na adoção de medidas concretas pelos países para o alcance do desenvolvimento sustentável no século XXI foram os oriundos da Rio 92, Cúpula do Milênio e Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. As agendas propostas e adotadas a partir desses eventos trouxeram maior operacionalização ao desejo por um mundo sustentável.

Na Rio 92 foram lançados sete documentos contendo princípios e/ou propostas de ações. Esses documentos reuniram discussões tecidas nas duas décadas anteriores e apresentavam compromissos que deveriam ser adotados pelos países. Além de apresentarem uma preocupação com as questões ambientais, trouxeram críticas sobre problemas econômicos e sociais decorrentes de padrões insustentáveis de desenvolvimento. O resultado foi o estabelecimento de compromissos políticos e de responsabilização dos governos acerca das preocupações globais emergentes e das decisões que deveriam ser tomadas para resolução dos problemas socioeconômicos e ambientais.

A Agenda 21 e a Carta da Terra foram os documentos da Rio 92 com maior repercussão à época. A Agenda 21 se configura como um plano com quatro seções, cada uma delas contendo bases para a ação, objetivos, atividades e meios de implementação. É esse o documento, dentre os demais lançados na conferência, que mais menciona problemas vivenciados pelas mulheres e que

devem ser enfrentados. Tanto que há algum tipo de menção às mulheres em todas as seções do documento e um capítulo dedicado à Ação Mundial pela Mulher. Mesmo assim, o debate de gênero aparece de modo tímido e pouco preciso, sem proposições concretas sobre como integrá-lo às decisões políticas.

A Carta da Terra, uma carta de princípios éticos para a construção de uma sociedade global justa e sustentável, em dois de seus 16 princípios destaca a necessidade da igualdade de gênero. Os princípios 11 e 12 compõem a seção III do documento, que versa sobre a justiça social e econômica, e faz uma menção pontual e específica. Por ser uma declaração de princípios, a carta destaca a importância, mas não trata sobre como operacionalizar a igualdade de gênero.

Já os demais documentos fazem pouca ou nenhuma referência à igualdade de gênero ou aos direitos das mulheres. Quando há algum tipo de menção às mulheres, destaca-se a importância do papel das mulheres no alcance do desenvolvimento sustentável, na preservação ambiental e/ou chama a atenção para as mulheres como um grupo que precisa ser priorizado nas políticas de desenvolvimento (Quadro 7).

Quadro 7 Quadro-resumo menção às discussões de gênero nos documentos lançados na Rio 92

Documento	Discussões sobre gênero
Agenda 21	<ul style="list-style-type: none"> • O documento é composto por quatro seções, a primeira com as dimensões sociais e econômicas, a segunda sobre a conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento, a terceira voltada ao fortalecimento dos grupos principais e a quarta voltada aos meios de implementação. Há algum tipo de menção às mulheres em todas as seções do documento. • Capítulo 24 dedicado à proposta de uma Ação Mundial pela Mulher, com vistas a um desenvolvimento sustentável e equitativo. • Menção às questões de gênero são poucas e genéricas. • O documento possui quatro seções: (I) Respeitar e cuidar da comunidade da vida; (II) integridade ecológica; (III) justiça social e econômica; e, (IV) democracia, não violência e paz. Na seção III há dois princípios que abordam debates sobre gênero, os princípios 11 e 12.
Carta da Terra	<ul style="list-style-type: none"> • Princípio 11 – igualdade e equidade de gênero como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável, a partir da garantia dos direitos das mulheres, do fim da violência contra elas, garantia da participação ativa das mulheres em diferentes aspectos da vida e

		do fortalecimento das famílias e das garantias à segurança e à educação.
		<ul style="list-style-type: none"> • Princípio 12 – defesa do direito de todas as pessoas a um ambiente natural e social, sem qualquer tipo de discriminação, incluindo a de gênero.
Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento	{	<ul style="list-style-type: none"> • Princípio 20 – é imprescindível a participação das mulheres para o alcance do desenvolvimento sustentável.
Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)	{	<ul style="list-style-type: none"> • Faz menção às mulheres no preâmbulo. Aponta para o importante papel das mulheres na conservação e utilização sustentável da Biodiversidade, assim como para a importância das mulheres na formulação e execução de políticas para conservação da biodiversidade.
Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD)	{	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhece em seu texto introdutório a importância do papel exercido pelas mulheres nas áreas mais afetadas pela desertificação e/ou seca. • Faz menção às mulheres nos artigos 5º e 19º como grupo a ser priorizado, junto com os jovens, no incentivo à participação e à igualdade de oportunidades.
Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)	{	<ul style="list-style-type: none"> • Não há nenhum tipo de menção.
Declaração de Princípios sobre Florestas	{	<ul style="list-style-type: none"> • Não há nenhum tipo de menção.

Fonte: Elaborado pela autora.

A Cúpula do Milênio, em 2000, foi um marco na proposição de ações para o alcance da sustentabilidade. Como uma proposta de agenda global contendo metas e indicadores, os ODM buscaram trazer um caráter estratégico e operacional para o planejamento do desenvolvimento sustentável. Dos sete objetivos propostos, o objetivo 3 foi dedicado à igualdade dos sexos e à valorização das mulheres. Na Figura 5 é possível observar a transversalidade dos debates de gênero nas metas dos ODM. As 22 metas estão organizadas em quatro cores (roxo, rosa, verde e amarelo) conforme a sua relação, mais ou menos direta, para a promoção da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres. Considerando uma perspectiva de uma necessária integração entre os objetivos deve haver um esforço para vincular as metas em verde com as metas em roxo.

Além dessa classificação, na figura estão indicadas com um asterisco (*) as metas que foram mantidas idênticas à agenda global e com a sigla "br" as metas que foram inseridas durante a adequação da agenda para a realidade brasileira.

Figura 5 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)²¹

ODM 1 – Acabar com a Fome e a Miséria	1A	1B	1C						
ODM 2 – Educação Básica de Qualidade para Todos	2A*								
ODM 3 – Igualdade entre Sexos e Valorização da Mulher	3A*								
ODM 4 – Reduzir a Mortalidade Infantil	4A*								
ODM 5 – Melhorar a Saúde das Gestantes	5A*	5B*	5C br						
ODM 6 – Combater a AIDS, a Malária e Outras Doenças	6A*	6B*	6C*						
ODM 7 – Qualidade de Vida e Respeito ao Meio Ambiente	7A*	7B*	7C*	7D*					
ODM 8 – Parceria Mundial para o Meio Ambiente	8A*	8B*	8C*	8D*	8E*	8F			

Metas explícitas de igualdade de gênero ou de direitos das mulheres
Metas implícitas de igualdade de gênero ou de direitos das mulheres
Metas que criam condições para a igualdade de gênero ou para os direitos das mulheres
Metas vinculadas de forma indireta à igualdade de gênero ou ao direito das mulheres
* Metas mantidas sem alteração
br Metas nacionais que foram adicionadas

Fonte: Elaborado pela autora.

²¹ Para a classificação das metas de cada ODM foi utilizado o modelo adotado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) na proposta de transversalização das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) dentro da agenda regional de gênero da CEPAL (CEPAL, 2016). Mais à frente será utilizado o mesmo modelo para classificar as metas dos ODS presentes na agenda nacional brasileira. As metas explicitamente orientadas para a igualdade de gênero ou dos direitos das mulheres (em roxo) são as que trazem no corpo do texto os termos "mulheres", "meninas", "acesso universal", "acesso igualitário" ou "orientado para todas as pessoas" (bem como expressões equivalentes a estas). As metas implicitamente orientadas para a igualdade de gênero ou dos direitos das mulheres (em rosa) são aquelas que possuem em sua formulação não faz menção direta a mulheres e meninas, mas são direcionadas para "pessoas em situações de vulnerabilidade", "proprietários de pequenas e médias empresas" ou "produtores locais" (bem como outras referências semelhantes a essas) e propõem a eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias. Também foram classificadas neste grupo as metas que possuíam ao menos um indicador desagregado por gênero. As metas que criam condições necessárias, mas não suficientes, para o avanço em direção à igualdade de gênero e aos direitos das mulheres (em verde) são que as que abarcam em seu texto novos modelos de governança, de fluxos financeiros e comerciais ou transferência de tecnologias, pautados em princípios do desenvolvimento sustentável e da superação de desigualdades. Por fim, as demais metas que possuem relações indiretas com a igualdade de gênero e os direitos das mulheres ou são medidas por outras variáveis (em amarelo).

Os ODM se mostraram aquém do exposto na Declaração do Milênio, que propunha um desenvolvimento justo e com igualdade de direitos para as mulheres. Por esta razão, diversas críticas aos ODM já foram apontadas na literatura. Aqui destacamos quatro deles.

O primeiro é que os problemas apresentados nos ODM são legítimos, porém simplistas e reducionistas (KHOO, 2005; LANGFORD, 2010; FUKUDA-PARR, 2012a; FUKUDA-PARR, 2012b; YAMIN; FALB, 2012). Ao nos debruçarmos sobre o ODM 3 podemos identificar essas questões. Os indicadores utilizados contemplam três elementos: escolarização, trabalho e participação política. O indicador 3.1 (global) vai se ater à taxa de escolarização. No último Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM, apresentado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2014, o resultado encontrado para o indicador 3.1 foi de que não havia uma diferença significativa no acesso à educação para mulheres e homens, inclusive com os homens aparecendo em menor número no ensino médio e no ensino superior (IPEA, 2014). Situação semelhante ocorreu no Caribe (ANTROBUS, 2005). Porém, para compreender as desigualdades vivenciadas pelas mulheres no processo de escolarização, esta é uma visão simplista, já que deixa escapar nuances como razões pelas quais mulheres e homens abandonam os estudos e quais áreas do conhecimento são “escolhidas” por elas e eles no momento de ingresso no ensino superior, por exemplo.

A revisão nacional dos ODM incluiu o indicador 3.1.A, que tratava sobre a porcentagem de mulheres por área do conhecimento e por cursos. Os resultados deste indicador já demonstraram disparidades, com uma presença maior de mulheres em áreas e cursos voltados para o cuidado (saúde, ensino, estética) e uma presença menor em cursos pertencentes às ciências exatas e engenharias (IPEA, 2014).

No que diz respeito ao trabalho, a meta conta como meio de verificação o indicador 3.2, que mede a taxa de mulheres assalariadas em trabalhos não

agrícolas. A versão nacional contou com o acréscimo dos indicadores 3.2A, 3.2B e 3.2C, taxa de ocupação de mães com crianças de 0 a 6 anos que não frequentam creche, percentual de mulheres ocupadas no emprego doméstico e percentual de trabalhadoras domésticas que contribuem para a previdência, respectivamente. Apesar do acréscimo desses dois indicadores, os mesmos ainda se apresentaram insuficientes para abarcar as complexidades sobre as mulheres e o trabalho remunerado e não remunerado, tais como a participação econômica das mulheres (SEN; MURKHERJEE, 2013), distribuição de atividades entre mulheres e homens no que diz respeito a tarefas domésticas, áreas com maior e menor presença das mulheres no mercado de trabalho, taxa de mulheres dentre os trabalhadores informais e diferença salarial entre mulheres e homens.

O último tema abordado no ODM 3, a participação política das mulheres, contou com apenas um indicador na versão global e foi mantido sem alterações na versão nacional. O indicador 3.3 pretendia verificar a porcentagem de deputadas federais e senadoras. Mais uma vez houve uma redução do olhar para um ambiente muito específico e uma ideia simplista de que apenas a presença das mulheres nesses espaços seria capaz de expressar uma modificação nas relações de gênero. As condições em que ocorrem as candidaturas das mulheres também precisariam ser observadas (ANTROBUS, 2005), assim como o transcurso do mandato das que são eleitas. De forma a complementar o dado gerado por este indicador, seria necessário verificar os movimentos sociais de mulheres, a presença das mulheres em cargos eletivos municipais e estaduais e as garantias legais para a participação livre, ampla e efetiva das mulheres nos espaços de decisão política.

Nenhum indicador, seja no ODM 3 ou em outro ODM, contemplou a questão da violência contra as mulheres, questão fundamental a ser trabalhada para o alcance da igualdade e autonomia das mulheres. Nem havia metas para ampliação do empoderamento das mulheres (SEN; MURKHERJEE, 2013). A questão da saúde das mulheres foi apresentada no ODM 5, que tratava sobre a saúde das gestantes, mas não houve uma discussão mais abrangente sobre saúde

e direitos das mulheres (YAMIN; FALB, 2012). Esta exclusão se deve a uma maneira de trabalhar fragmentada, enfrentando de maneira isolada os problemas sociais (SEN; MURKHERJEE, 2013).

O segundo gargalo identificado é que os problemas apresentados no documento foram tratados de forma isolada, com baixa identificação de interdependência (GONZÁLES, 2019; ANTROBUS, 2005). A agenda dos ODM criou o que a DAWN nomeou de "silos de desenvolvimento", ou seja, foram deixadas de lado sinergias potenciais existentes entre os objetivos abordados. Por exemplo, não atentou-se para questões que abordassem as relações e consequências do ODM 3 com a erradicação da pobreza, saúde e ampliação do acesso à água e saneamento (SEN; MURKHERJEE, 2013). As desigualdades de gênero estão presentes em diversas esferas e sua superação é elemento fundamental para alcance de outros objetivos de desenvolvimento (SEN; MURKHERJEE, 2013; ANTROBUS, 2005).

Poucas foram as análises dos pontos de convergência entre eles, seus princípios, lógicas estruturantes e consequências, o que impossibilitou um trabalho integral que assumisse a perspectiva de gênero como elemento transversal. A exemplo disso, quase nenhuma atenção foi dada no texto aos vínculos existentes entre os direitos das mulheres e a redução da fome e da pobreza (SEN; MURKHERJEE, 2013).

Conforme aponta Gonzáles (2019), ao não dar a devida atenção ao sistema de gênero, os textos dos ODM deixaram de lado um importante estruturador social que, quando considerado, pode ser útil à compreensão de diversos problemas estruturais e desigualdades. Neste sentido, os ODM não apenas não significaram avanço, como até se configuram como um retrocesso ao que já vinha sendo discutido a partir da CEDAW e implementado desde as conferências do Cairo, em 1994, e de Pequim, em 1995 (SEN; MURKHERJEE, 2013).

Além disso, o fato de temas importantes e cruciais para a questão da igualdade de gênero terem sido deixados de lado na elaboração dos ODM gerou uma ideia equivocada de que havia um movimento ascendente para o alcance da autonomia das mulheres. Conforme aponta Sen e Murkherjee (2013), mesmo havendo um aumento em investimentos voltados a políticas e ações dedicadas à igualdade de gênero, esses recursos seguem para áreas destacadas pelos ODM onde o gênero é tratado como questão secundária.

O terceiro problema está na Carência de uma abordagem mais voltada aos direitos humanos, como liberdade, igualdade, tolerância, solidariedade e respeito à natureza (SEN; MURKHERJEE, 2013; FUKUDA-PARR, 2012b; KHOO, 2005). As aspirações ao alcance dos direitos humanos presentes nos ODM derivaram da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948²².

Ao adotar como perspectiva central a superação da pobreza, os ODM assumiram uma abordagem não apenas relacionada à renda, mas também foram incluídas perspectivas multidimensionais. No entanto, essa multidimensionalidade não abarcou questões mais abrangentes acerca da capacidade de agência das pessoas e os compromissos éticos nos arranjos institucionais. Ou seja, a definição de pobreza foi dada como um conjunto de elementos multidimensionais para atender necessidades básicas (renda, água, educação e saúde), mas não abrangia elementos essenciais voltados aos direitos e capacidades humanas (FUKUDA-PARR, 2012a). Também, o tratamento dado à pobreza com foco na dimensão renda é limitado quando da sua utilização em sociedades rurais onde parte da produção pode ser destinada ao autoconsumo e pode haver uma menor monetização da economia (CARVALHO; BARCELLOS, 2014). No caso do ODM 3 não foram abordados aspectos-chave da autonomia e da capacidade de agência das mulheres para decidir sobre sua vida, corpo, relações e recursos. Por não ser elemento primordial presente nos ODM, as organizações de direitos das mulheres

22 Na Declaração, os direitos humanos foram qualificados como universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados.

também não eram prioridade na distribuição de recursos (SEN; MURKHERJEE, 2013)

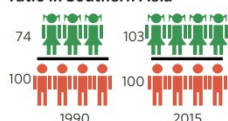
Por fim, o quarto problema está relacionado ao baixo apoio aos movimentos sociais de mulheres no ODM 3. Com a ausência dessa perspectiva nos ODM, houve uma perda na capacidade de pressão para a integração das mulheres na formulação de políticas públicas e na fiscalização da conduta dos governos e agências. O que trouxe obstáculos para a formulação de uma agenda de promoção da autonomia das mulheres (SEN; MURKHERJEE, 2013).

Observadas estas questões, podemos concluir que ainda que o ODM 3 fosse alcançado em sua totalidade, as desigualdades entre mulheres e homens não teriam sido superadas. Conforme observamos na Figura 6, os resultados dos indicadores globais demonstraram ser satisfatórios, alcançando quase que integralmente o que se era esperado. No entanto, no mesmo relatório, a ONU chama atenção para a persistente desigualdade de gênero (UN, 2015).

Figura 6 Principais resultados do ODM 3

GOAL 3: PROMOTE GENDER EQUALITY AND EMPOWER WOMEN

Primary school enrolment ratio in Southern Asia



90% of countries have more women in parliament since 1995



- Many more girls are now in school compared to 15 years ago. The developing regions as a whole have achieved the target to eliminate gender disparity in primary, secondary and tertiary education.
- In Southern Asia, only 74 girls were enrolled in primary school for every 100 boys in 1990. Today, 103 girls are enrolled for every 100 boys.
- Women now make up 41 per cent of paid workers outside the agricultural sector, an increase from 35 per cent in 1990.
- Between 1991 and 2015, the proportion of women in vulnerable employment as a share of total female employment has declined 13 percentage points. In contrast, vulnerable employment among men fell by 9 percentage points.
- Women have gained ground in parliamentary representation in nearly 90 per cent of the 174 countries with data over the past 20 years. The average proportion of women in parliament has nearly doubled during the same period. Yet still only one in five members are women.

Fonte: UN (2015)

Segundo as Nações Unidas (UN, 2015, p. 8):

As mulheres continuam enfrentando discriminação no acesso ao trabalho, aos ativos econômicos e à participação na tomada de decisão pública. As

mulheres também têm maior probabilidade de viverem em situação de pobreza do que os homens. Na América Latina e Caribe, a proporção de mulheres e homens em situação de pobreza aumentou de 108 mulheres para cada 100 homens, em 1997, para 117 mulheres para cada 100 homens em 2012, mesmo com o declínio das taxas de pobreza em toda a região. As mulheres continuam em desvantagem no mercado de trabalho. Globalmente, cerca de três quartos dos homens em idade ativa participam da força de trabalho, comparado a apenas metade das mulheres em idade ativa. Também em perspectiva global, as mulheres ganham 24% menos que os homens. Em 85% dos 92 países com dados sobre taxas de desemprego por nível de educação referentes aos anos de 2012 a 2013, mulheres com educação avançada têm taxas mais altas de desemprego do que os homens com níveis semelhantes de educação. Apesar do progresso contínuo, hoje o mundo tem muito a percorrer em direção a uma representação igualitária de gênero nas decisões públicas e privadas.

A agenda dos ODM não trouxe uma reflexão acerca das desigualdades nas relações de poder entre mulheres e homens, assim como em disparidades decorrentes de classe econômica ou ordenamentos sociais (SEN; MURKHERJEE, 2013). Seu conteúdo se apresentou mais como uma agenda do que como uma estratégia de desenvolvimento, assim como muitos dos enunciados de suas metas mais se aproximam de um registro de intenção do que de uma meta SMART²³ (CARVALHO; BARCELLOS, 2014). Por esta razão, Antrobus (2005) aponta os ODM como um grande truque de distração, pois as conferências que lhe influenciaram foram mais precisas (ANTROBUS, 2005).

Apesar dessas inconsistências, os ODM tornou-se um documento importante do ponto de vista político (CARVALHO; BARCELLOS, 2014) para reforçar a necessidade de um quadro comum de metas globais a serem assumidas pelos governos (ANTROBUS, 2005) e comunidade internacional (FUKUDA-PARR, 2012a; VANDEMOORTELE; DELAMONICA, 2010), mantendo o desenvolvimento como ponto de pauta em diversas reuniões internacionais, inclusive em órgãos não vinculados diretamente à ONU, moldando assim o debate internacional sobre desenvolvimento (FUKUDA-PARR, 2012b). Assim como geraram um sentimento comum de consciência e solidariedade da população em geral acerca da pobreza (CARVALHO; BARCELLOS, 2014; FUKUDA-PARR, 2012a), pois conseguiram

²³ Específica (**S**pecific), mensurável (**M**easurable), alcançável (**A**ttainable), realista (**R**ealistic) e temporal (**T**imely)

comunicar o significado de acabar com a pobreza em termos simples e com prazos delimitados (FUKUDA-PARR, 2012a). Também pela utilização de metas passíveis de mensuração, com indicadores de progresso, de forma a gerar dados para governos e organizações internacionais sobre as realidades das mulheres (ANTROBUS, 2005). Ainda assim o processo de “traduzir” objetivos amplos em indicadores quantitativos se configurou em um falseamento da realidade, pois apenas trouxeram um aspecto de concretude aos compromissos vagos e intangíveis assumidos na Declaração do Milênio (FUKUDA-PARR, 2012a). Com tudo isso os ODM simplificaram o desenvolvimento (FUKUDA-PARR, 2012b) a uma redução dos índices de pobreza, e o desenvolvimento almejado era bem mais amplo do que isso, um desenvolvimento sustentável, equitativo e baseado nos direitos humanos (FUKUDA-PARR, 2012a). Um desenvolvimento que consiste no avanço da liberdade humana e na ampliação de capacidades (SEN, 2010).

Alguns países, como no caso do Brasil, adaptaram os ODM às suas realidades. Tal atitude não foi aprovada de forma unânime, para alguns as metas deveriam ser alcançadas por país, já que os relatórios de monitoramento não sairiam com essas modificações e inclusões. Por outro lado, em defesa, temos o argumento de que as realidades dos países são heterogêneas, sendo impossível a criação de metas plenamente aplicáveis a todos, devendo estas serem adaptadas (FUKUDA-PARR, 2012a; VANDEMOORTELE; DELAMONICA, 2010). As modificações não são nem indicadas e nem proibidas na Declaração do Milênio ou nos ODM, diferente de metas globais anteriormente estabelecidas pela ONU que deixaram de forma explícita de que se tratava de uma meta global e incentivava os países a criarem seus próprios objetivos, conforme a realidade nacional (FUKUDA-PARR, 2012a).

Considerar os ODM como metas de planejamento e avaliação de desempenho dos países foi um erro (FUKUDA-PARR, 2012a; YAMIN; FALB, 2012). Seria mais adequado pensá-los como pontos para monitorar a implementação do desenvolvimento, mais semelhante a um instrumento normativo e não como uma política econômica e social. Eles precisariam ter sido reformulados pelos países,

levando em consideração os pontos de partida distintos de cada país, suas restrições e capacidades diversas, de forma a se apresentarem como metas ambiciosas, porém realistas. Com o fim do período proposto para a concretização dos ODM, veio a oportunidade de corrigir erros presentes nos ODM, suas metas e indicadores, bem como a possibilidade de incluir novas metas, mais condizentes para o alcance da sustentabilidade (FUKUDA-PARR, 2012a, 2012b).

3.1 A transversalidade das questões de gênero nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

O que seria feito no período pós-2015 começou a ser discutido em 2012 durante a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), no Rio de Janeiro. O documento intitulado "O Futuro que queremos", resultado da Cúpula, foi o impulso para as discussões entre os países-membros para a elaboração de novos objetivos, metas e indicadores. Em 2015 foi lançado o documento Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, assinado por 193 países integrantes da Assembleia Geral da ONU. No texto, assume-se o compromisso de que "ninguém será deixado para trás", dando seguimento à busca por um desenvolvimento incluyente e sustentável em uma perspectiva global. A operacionalização dos compromissos assumidos no documento ficou a cargo de 17 novos objetivos, que passaram a ser chamados de ODS, compostos por 169 metas, resultado de discussões multilaterais que ocorreram durante os três anos que antecederam o lançamento.

No Brasil, assim como ocorreu com os ODM, os ODS passaram por um período de adequação das metas e indicadores ao contexto nacional, que ficou a cargo do Ipea e do IBGE. Ao final, foram retiradas 2 metas consideradas como não aplicáveis à realidade brasileira, 39 foram mantidas conforme o texto original, 128 sofreram alguma alteração e 8 novas metas foram criadas. O documento final após adequação ficou com o total de 175 metas nacionais.

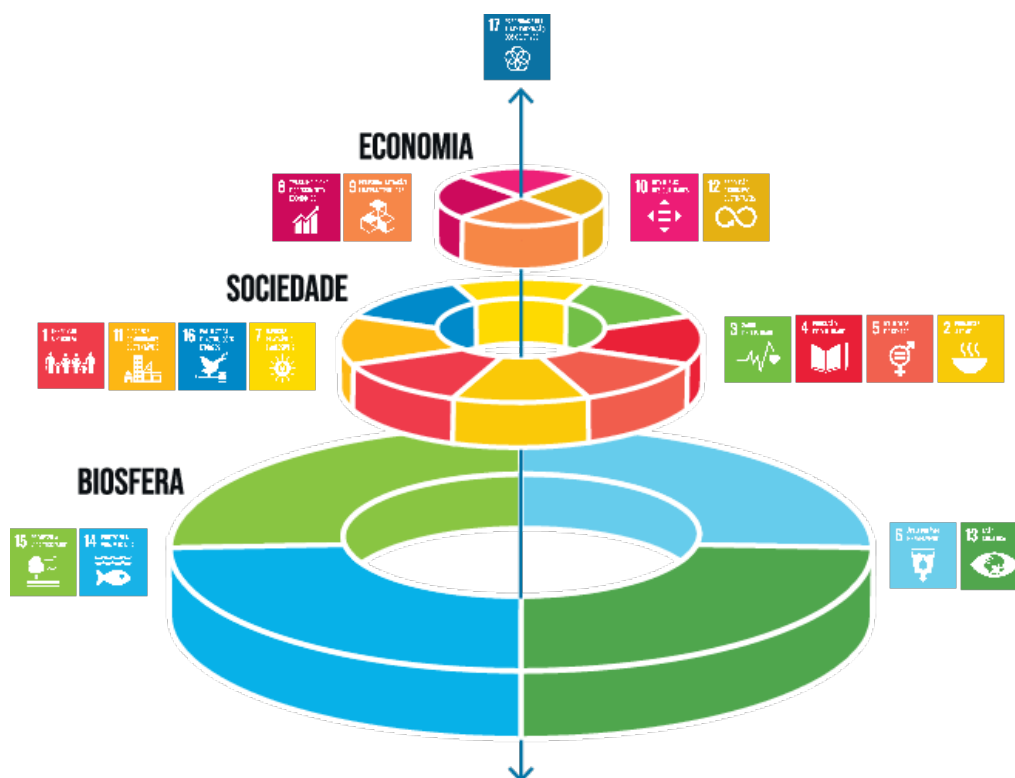
Segundo a ONU Mulheres (2018), para a consolidação dos ODS, é preciso uma parceria global que envolva governos, sociedade civil, organizações

privadas, academia e mídia, caso se deseje superar as diversas inconsistências presentes nos ODM, dentre as quais a baixa preocupação e a falta de esforços concretos para superação das desigualdades de gênero.

Não há dúvidas de que os ODS trouxeram avanços em relação aos ODM, dentre os quais se destacam (a) a interdependência das três dimensões da sustentabilidade (econômica, social e ambiental) e o reconhecimento de que a busca por um desenvolvimento pautado nessas dimensões é um compromisso de todo o planeta; (b) a importância da garantia dos direitos humanos como princípio fundamental para o alcance do desenvolvimento sustentável; e (c) a necessidade de se trabalhar com os objetivos e metas de modo integral e indivisível (GONZÁLEZ, 2019).

Segundo o Stockholm Resilience Centre (2017), os ODS contemplam aspectos econômicos, sociais e ecológicos e tal estrutura pode ser ilustrada a partir do esquema “Bolo de Casamento” (Figura 7). A ilustração adota o conceito de sustentabilidade forte, derivado da Ecologia Profunda, onde a biosfera circunscreve a socioesfera e esta envolve a econosfera. Os ODS estão distribuídos nessas três esferas e são interdependentes, já que qualquer comportamento econômico e social está incorporado à biosfera, além de possuir o ODS 17, que trata sobre parcerias e meios de implementação, como eixo dessa estrutura.

Figura 7 Os ODS a partir do esquema “Bolo de Casamento”



Fonte: Stockholm Resilience Centre (2017)

Quanto à promoção da igualdade entre mulheres e homens, a Agenda 2030 destacou em seu preâmbulo a necessidade de incorporação da perspectiva de gênero para o alcance dos objetivos propostos, influenciada pela Plataforma de Ação de Pequim. Junto a isso, foi introduzido o objetivo de número 5, cuja meta é alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. O ODS 5 é composto por nove metas globais e mais duas metas acrescentadas quando da adequação dos ODS ao contexto brasileiro (Quadro 8). E cobre problemas recorrentes nos debates de gênero, como violência e saúde reprodutiva, e temas considerados emergentes, como o acesso às novas tecnologias.

Quadro 8 Número de metas do ODS 5

Nº total de metas	Nº de metas que se aplicam ao Brasil	Nº de metas que foram adequadas à realidade nacional	Nº de metas criadas para atender a realidade nacional	Nº de metas finalísticas	Nº de metas de implementação
11	11	9	2 (5.b.2 e 5.b.3)	10	1

Fonte: Elaborado pela autora

Em uma primeira análise, observando esses dois elementos, parece estar presente nos ODS uma perspectiva de gênero (PAJARIN GARCÍA, 2015; SAAVEDRA; MORENO, 2018). Porém, com um olhar mais acurado, é possível questioná-la, considerando a capacidade de concretização das metas e se estas propõem de fato uma transversalidade de gênero (LUQUE, 2018; GONZÁLEZ, 2019).

No Figura 8, adaptado da CEPAL (2016), é possível observar a transversalidade dos debates de gênero entre as metas dos ODS, assim como foi feito para os ODM na seção anterior. As metas na cor roxa são as metas que tratam de forma explícita sobre a igualdade de gênero e o direito das mulheres, e as metas na cor rosa são as que tratam desses temas de modo implícito. Dos 17 objetivos, apenas quatro (ODS 12, ODS 14, OSD 15 e ODS 17) não possuem nenhuma meta explícita, mas todos possuem pelo menos uma meta implícita.

Figura 8 Transversalidade dos debates de gênero nos ODS

ODS 1 Erradicação da Pobreza	1.1	1.2	1.3	1.4	1.5*	1.a	1.b												
ODS 2 Fome Zero e Agricultura Sustentável	2.1	2.2	2.3	2.4	2.5.1	2.5.2	2.a	2.b	2.c										
ODS 3 Saúde e Bem Estar	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6	3.7	3.8	3.9*	3.a	3.b	3.c	3.d						
ODS 4 Edu. de Qualidade	4.1	4.2	4.3	4.4	4.5	4.6	4.7*	4.a	4.b	4.c									
ODS 5 Igualdade de Gênero	5.1	5.2	5.3	5.4	5.5	5.6	5.a	5.b	5.c										
ODS 6 Água Potável e Saneamento	6.1	6.2*	6.3	6.4	6.5	6.6	6.a	6.b											
ODS 7 Energia Limpa e Acessível	7.1*	7.2	7.3	7.a*	7.b														
ODS 8 Tra. Decente e Crescimento Econômico	8.1	8.2	8.3	8.4	8.5	8.6	8.7	8.8	8.9	8.10	8.a	8.b							
ODS 9 Indústria, Inovação e Infraestrutura	9.1	9.2	9.3	9.4	9.5	9.a*	9.b	9.c											
ODS 10 Redução das Desigualdades	10.1	10.2	10.3*	10.4	10.5*	10.6*	10.7	10.a*	10.b	10.c*									
ODS 11 Cidades e Comunidades Sustentáveis	11.1	11.2	11.3	11.4	11.5	11.6	11.7	11.a	11.b	11.c									
ODS 12 Consumo e Produção Responsáveis	12.1	12.2*	12.3.1 br	12.3.2 br	12.4*	12.5	12.6	12.7	12.8	12.a*	12.b	12.c*							
ODS 13 Ação Contra a Mudança Global do Clima	13.1	13.2	13.3	13.a	13.b														
ODS 14 Vida na Água	14.1*	14.2*	14.3*	14.4*	14.5	14.6	14.7	14.a*	14.b*	14.c*									
ODS 15 Vida Terrestres	15.1.1 br	15.1.2 br	15.2	15.3*	15.4*	15.5.1	15.5.2	15.5.3	15.6.1	15.6.2	15.7	15.8*	15.9	15.a	15.b	15.c			
ODS 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes	16.1	16.2	16.3	16.4*	16.5	16.6	16.7*	16.8	16.9	16.10*	16.a	16.b							
ODS 17 Parcerias e Meios de Implementação	17.1*	17.2*	17.3	17.4*	17.5	17.6*	17.7*	17.8	17.9*	17.10*	17.11	17.12	17.13*	17.14*	17.15*	17.16*	17.17	17.18	17.19

Metas explícitas de igualdade de gênero ou de direitos das mulheres
Metas implícitas de igualdade de gênero ou de direitos das mulheres
Metas que criam condições para a igualdade de gênero ou para os direitos das mulheres
Metas vinculadas de forma indireta à igualdade de gênero ou ao direito das mulheres
Metas não aplicáveis ao Brasil
* Metas mantidas sem alteração
br Metas nacionais que foram adicionadas

Fonte: Adaptado de CEPAL (2016)

Observando a Figura 8, é possível perceber que há uma maior concentração de metas explícitas sobre igualdade de gênero e direito das mulheres nos primeiros objetivos, classificados como objetivos cujo conteúdo correspondem à esfera social. Considerando a classificação do The World in 2050 (TWI2050) (Anexo A), que considera as sinergias entre os ODS agrupando-os em objetivos de atenção à biosfera (ODS 13, OSD 14 e ODS 15), objetivos de atenção ao uso sustentável dos recursos (ODS 6, ODS 7 e ODS 12), objetivos de atenção à valores universais (ODS 4, ODS 5 e ODS 10), objetivos de atenção às necessidades humanas básicas (ODS 1, ODS 2 e ODS 3), objetivos de atenção ao desenvolvimento socioeconômico (ODS 8, ODS 9 e ODS 11), objetivo de atenção à governança (ODS 16) e objetivo de atenção ao fortalecimento de parcerias (ODS 17) (IIASA, 2017), podemos observar que a maioria das metas explícitas sobre gênero estão nos objetivos de atenção a valores universais e de atenção às necessidades humanas básicas.

Os ODS trazem uma discussão transversal sobre gênero e é possível identificar em suas metas e indicadores a influência das estratégias sobre gênero e desenvolvimento. As principais influências estão pontuadas a seguir:

- O texto do preâmbulo é permeado pelas proposições da estratégia GeD, pois assume a categoria gênero e o empoderamento das mulheres como elementos importante para implementação da agenda e alcance de resultados e reconhece as desigualdades entre mulheres e homens como um importante problema a ser enfrentado;
- Porém, nenhuma meta ou indicador faz menção a questionar as assimetrias nas relações de poder. As assimetrias entre os gêneros são tratadas a partir das desigualdades de oportunidades e de tratamento, semelhante ao que ocorre na estratégia MemD. O que pode levar a resultados que possibilitem apenas um maior acesso a recursos, mas não ao fortalecimento dos direitos das mulheres;

- A capacidade de agente das mulheres, elemento de destaque para as estratégias MeD e MCD, também está presente no preâmbulo. No entanto, ao analisarmos a transversalidade dessa discussão entre os objetivos, não é possível identificar uma transversalidade efetiva em metas e indicadores que implicam na capacidade de decidir sobre os ODS;
- Está presente no documento caminhos para uma maior participação das mulheres nos espaços públicos, reivindicação presente nas estratégias MemD, MeD e MMADS. Quanto às configurações das relações no espaço privado, há apenas um indicador que trata sobre essa questão. O trabalho não remunerado, e invisibilizado, realizado pelas mulheres no espaço doméstico quando não questionado e modificado gera sobrecarga para as mulheres e amplia as desigualdades;
- Retirando o objetivo 5, dos 16 objetivos restantes, 12 possuem ao menos uma meta explícita à igualdade de gênero e/ou ao direito das mulheres. Essas metas encontram-se concentradas nos 4 primeiros objetivos: erradicação da pobreza, fome zero e agricultura sustentável, saúde e bem estar e educação de qualidade. Os objetivos consumo e produção sustentável, parcerias e meios de implementação, redução das desigualdades e ação contra a mudança global do clima apresentam apenas uma ou nenhuma meta explícita voltada à igualdade de gênero e/ou o direito das mulheres. Ou seja, essas metas e indicadores estão prioritariamente vinculados às dimensões social e econômica, e há uma ausência dessas metas e indicadores nos objetivos referentes às dimensões ambientais e de participação política. O que revela uma maior aproximação com as abordagens da estratégia MemD, e até mesmo com a estratégia do bem-estar, do que com as estratégias GeD e MMADS.

Mesmo com a presença no preâmbulo dos ODS de preocupações nitidamente oriundas da estratégia GeD, ao partir para os planos de ações, estratégias e metas a abordagem segue para a implementação de medidas

afirmativas e políticas sociais voltadas à erradicação da pobreza, saúde, educação e trabalho, típicas da estratégia MemD.

O que se nota é que, apesar de termos a proposta de um novo modelo de desenvolvimento, dentro das agendas para o Desenvolvimento Sustentável, quando se trata das questões de gênero há uma repetição de estratégias já utilizadas e com inúmeros gargalos. Como é possível construir um outro desenvolvimento, sustentável e inclusivo, com os mesmos fundamentos de modelos de desenvolvimento (fracassados) anteriores? Para que se construam novas estratégias, pautadas em novos valores, é necessário que as mulheres sejam as protagonistas dessas elaborações. Por essa razão, no capítulo a seguir, é feita uma revisão sobre as lutas e reivindicações das mulheres trabalhadoras rurais.

4 MULHERES TRABALHADORAS RURAIS: GÊNERO, PODER E CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIAS

O objetivo deste capítulo é resgatar algumas discussões e ações das mulheres trabalhadoras rurais, de modo a evidenciar suas demandas para a construção de outros modos de vida e outras formas de existir em sociedade, como grupo que possui peculiaridades em razão de suas relações familiares, sociais e com a natureza. A categoria aqui utilizada para se compreender a relevância dessas ações é a de poder, e sua relação com as questões de gênero. No entanto, não se pretende utilizar o termo empoderamento para nomear a condição de maior equilíbrio de poder entre os gêneros. Tal escolha se deve em razão do esvaziamento de significado que esse termo vem tendo no contexto brasileiro. Também por ser um termo pouco, ou nunca, utilizado pelas trabalhadoras rurais, inclusive no estudo empírico feito para esse Tese ele não foi mencionado por nenhuma das entrevistadas. Por essa razão, a palavra aqui utilizada para indicar um caminho para a superação das desigualdades entre os gêneros é o de construção de autonomias.

O termo "agricultura familiar" surge no cenário brasileiro nos anos 1990. Os debates sobre o tema no Brasil iniciaram tardiamente quando comparados a países da Europa e foram influenciados por três acontecimentos principais. Um deles foi a adoção do termo por parte dos movimentos sociais que, em meio aos impactos da abertura comercial, da dificuldade de acesso ao crédito e da queda dos preços de exportação dos produtos agrícolas, encontrou na categoria de agricultor familiar uma maneira de agregar trabalhadores assentados, arrendatários, parceiros, integrados à agroindústria e outros, que já não mais se adequavam à concepção de pequenos produtores ou trabalhadores rurais (SCHNEIDER, 2003).

Outro importante acontecimento para a ampliação dos debates sobre a agricultura familiar no Brasil, segundo Schneider (2003), foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996. O PRONAF foi uma resposta do Estado brasileiro às pressões dos trabalhadores do movimento

sindical rural. Esses trabalhadores vinham sendo deixados de lado das políticas públicas desde a década de 1980 e enfrentavam grandes dificuldades para permanecerem com suas atividades produtivas. O PRONAF tem como objetivo fortalecer a produção da agricultura familiar por meio da concessão de crédito e apoio financeiro, ampliando assim a geração de emprego e renda nos espaços rurais e contribuindo para melhoria da qualidade de vida dos agricultores que acessam ao crédito e de suas famílias (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004). A partir da criação do PRONAF os sindicatos rurais, principalmente os das regiões Sul e Nordeste, fortaleceram as reivindicações entorno da formulação de mais políticas públicas específicas para essa nova categoria, a de agricultores familiares (SCHNEIDER, 2003).

O terceiro acontecimento foi a retomada do debate acadêmico sobre a ruralidade no final da década de 1990, que até então havia atraído a atenção de poucos pesquisadores. As discussões, antes focalizadas nas temáticas da reforma agrária, dos assentamentos, os progressos tecnológicos e as migrações, foram ampliadas para as novas temáticas que envolviam a agricultura familiar, o mercado de trabalho e a dinâmica ocupacional das populações que vivem no meio rural. Outros temas relacionados às questões ambientais e a sustentabilidade, também foram sendo fortalecidos nesse período (SCHNEIDER, 2003).

As atividades produtivas realizadas nos espaços rurais, em geral, estão organizadas a partir da própria família, suas necessidades, composição e força de trabalho. Por isto, é preciso compreender essa organização considerando a divisão das atividades entre os membros da família (MEDEIROS; RIBEIRO, 2003).

A sociedade atribui características e aptidões distintas para mulheres e homens, conseqüentemente, vinculadas a essas características e aptidões, haveriam tarefas, comportamentos e responsabilidades próprias para cada um dos sexos. Dessa forma, mulheres e homens assumem papéis e padrões de comportamento condicionados pela introjeção dessas percepções culturais (RUA; ABRAMOVAY, 2000). De acordo com a identificação cultural que condiciona os

papéis de cada um na vida familiar, às mulheres caberia a reprodução social da família e aos homens a provisão das necessidades (MEDEIROS; RIBEIRO, 2003).

As mulheres que vivem em áreas rurais em geral exercem atividades vinculadas à esfera reprodutiva (arena privada), enquanto os homens executam atividades vinculadas à esfera produtiva (arena pública), atividades essas com maior valor agregado e passíveis de remuneração. Apesar de o trabalho feminino estar atrelado principalmente à reprodução (cuidado com a casa e com os filhos), as mulheres executam também atividades produtivas, porém com baixa ou nenhuma remuneração (MOSER, 1989; FARIA, 2009). Nas áreas rurais o trabalho produtivo das mulheres no geral está atrelado à agricultura, muitas vezes sem remuneração, e nas áreas urbanas ocorrem principalmente no setor informal, com baixa remuneração (MOSER, 1989).

Estas divisões podem ser melhor compreendidas com a descrição feita por Ortner (1979), que afirma que na sociedade há um direcionamento a estabelecer uma polarização ambígua entre a natureza e a cultura, e a mulher, atrelada à natureza, ocuparia uma posição de mediadora de relações em grau inferior ao dos homens, atrelados à cultura. Essa concepção da simbologia das atitudes de mulheres e homens acarretaria um sistema de subordinação das mulheres nas mais diferentes sociedades.

Além dessas duas divisões, Moser (1989) acrescentar o envolvimento das mulheres em suas comunidades como um terceiro papel assumido por elas. São elas as mais afetadas quando da ausência de condições básicas de habitação, acesso à água, saúde, educação, alimentação, e assumem a responsabilidade pela alocação e gestão dos recursos limitados de forma a garantir a sobrevivência da família mesmo em condições adversas. Com isso elas se colocam na linha de frente para a mobilização comunitária e organização de grupos locais de protesto a fim de cobrarem do Estado ou de organizações não governamentais para a melhoria das condições de vida delas e de suas famílias (MOSER, 1989).

Também, não é possível desconsiderar a participação dos homens em atividades comunitárias. Porém, assim como naquelas, nessas os papéis ocorrem de forma distinta. Enquanto as mulheres se voltam para a busca de itens de uso coletivo, até mesmo como certa extensão da arena doméstica, os homens estão a ocupar os cargos de liderança e de representação política formal (MOSER, 1989).

O triplo papel das mulheres (reprodutivo, produtivo e comunitário) é agravado por duas principais razões. A primeira é alta carga das atividades no que diz respeito a tempo disponibilizado junto com a realização simultânea dessas atividades (MOSER, 1989). Por exemplo, muitas mulheres realizam atividades produtivas e comunitárias sem que tenham qualquer tipo de redução das atividades domésticas, o que as leva a realizar alguma atividade de geração de renda na própria casa para que possam realizar o trabalho doméstico. Ou ainda, precisam levar seus filhos para reuniões da comunidade.

A segunda diz respeito à invisibilização da maior parte do trabalho realizado pelas mulheres. O trabalho reprodutivo e de gestão comunitária são taxados como “naturais”, não produtivos, logo sem valor de troca. Em contrapartida, a maior parte do trabalho realizado pelos homens é reconhecido e valorizado, seja com um reconhecimento financeiro, é um trabalho remunerado, ou um reconhecimento de status, é um trabalho que lhe confere poder político (MOSER, 1989).

Na agricultura, mulheres e crianças geralmente ocupam posição de subordinação em relação ao trabalho que é realizado pelos homens. Mesmo quando as mulheres participam da produção agropecuária junto com os homens, seu trabalho é considerado apenas como auxiliar, pois elas não assumem responsabilidades econômicas, como venda de produtos e compra de insumos, por exemplo. As atividades típicas das mulheres e crianças no meio rural estão relacionadas com a limpeza da terra, colheita, separação, processamento e embalagem dos produtos agrícolas, cuidado com os animais e cuidado com horta

e pomar, principalmente quando estes produtos são consumidos pela própria família (BRUMER, 2004; RUA; ABRAMOVAY, 2000).

O alto número de mulheres que vivem em áreas rurais e não recebem nenhum tipo de remuneração revela a invisibilidade do trabalho realizado por elas. As atividades domésticas desenvolvidas pelas mulheres são qualificadas como próprias da identidade feminina, inerentes ao "ser mulher" (MELO; CONSIDERA; DI SABBATO, 2005; FARIA, 2009). As atividades produtivas, por sua vez, surgem em segundo plano, caracterizadas como um auxílio ao trabalho que é realizado pelo marido e filhos. Esse excesso de atribuições acarreta uma super jornada de trabalho para as mulheres (FARIA, 2009), porém não resulta em reconhecimento e remuneração.

Brumer (2004) aponta algumas evidências dessa posição subordinada do trabalho das mulheres no meio rural: (a) as mulheres não possuem uma atividade produtiva própria, sua força de trabalho compõe um esforço coletivo que está centralizado na figura masculina; (b) reclusão da mulher a atividades, mesmo as produtivas, no espaço privado; (c) dificuldades de acesso ao conhecimento tecnológico para a gestão dos estabelecimentos; e, (d) as mulheres estão excluídas das decisões administrativas e de investimento dos recursos auferidos com a atividade produtiva. A reclusão das mulheres ao espaço privado as afastou das decisões do âmbito público, se configurando este último como um espaço eminentemente ocupado pelos homens (CHACON, 2007).

Apesar desses impasses, já existem mudanças no espaço rural que permitem reconhecer a relevância da participação das mulheres na agricultura, fruto da participação de mulheres nos espaços públicos. Foi por meio do movimento de mulheres que iniciaram-se as discussões sobre políticas públicas voltadas para o feminino no meio rural. No Brasil, o movimento social de mulheres se formalizou na década de 1980, em decorrência da atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), durante a década de 1970. Estas entidades foram fundamentais para a articulação de espaços onde

as mulheres refletiam sobre suas condições sociais e se organizavam como movimento social (DEERE, 2004).

Após essa organização foram criados no Movimento dos Sem Terra (MST) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) departamentos voltados para reivindicações específicas das mulheres, e que eram ocupados por mulheres (STEPHEN, 1996). Como desmembramento da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e da CUT, vários estados criaram o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) (DEERE, 2004). Neste período as principais reivindicações do movimento social de mulheres eram direcionadas para o questionamento da invisibilidade do trabalho que era realizado pelas mulheres. As mobilizações buscavam o reconhecimento da profissão de agricultora, direitos trabalhistas e de sindicalização e acesso à terra (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

Ao final da década de 1980, ocorreu o primeiro Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG. Esse foi o princípio de uma articulação nacional para a integração das mulheres trabalhadoras rurais ao movimento sindical, que eram constantemente incentivadas a participarem dos congressos e das discussões reivindicando seus direitos. (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

Mesmo diante de tantas mobilizações, diversos programas voltados para o desenvolvimento rural e da agricultura, quando da sua criação, não previam mulheres como beneficiárias, a exemplo do programa de Reforma Agrária e do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Mais um elemento se evidenciou como necessário no movimento social de mulheres, a necessidade de refletir sobre gênero nas políticas públicas. Em 2003, foi criado o Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE), onde um dos objetivos era formular políticas públicas destinadas a garantir o acesso à terra e apoiar a produção realizada pelas mulheres que vivem nos espaços rurais (BUTTO; HORA, 2008).

Apesar dos avanços alcançados, muitos ainda são os percalços enfrentados pelas mulheres agricultoras e por essa razão é necessário ampliar o reconhecimento dos seus espaços de atuação. Cabe destacar que, mesmo com todas as limitações, as mulheres quando ocupam espaços públicos buscam soluções para problemas específicos que as afetam, mas também debatem problemas coletivos, como condições precárias de vida e acesso a serviços públicos (KOVARICK, 1979). Touraine (2007) aponta em seus estudos, que as mulheres não pretendem construir uma “sociedade das mulheres”, mas sim criar um modelo de cultura onde elas não sejam apenas expectadoras e que possa ser vivido por todas as pessoas. É necessário, portanto, expandir as reflexões sobre o papel que as mulheres vêm ocupando no processo de construção de um desenvolvimento justo e incluyente, que garanta o desenvolvimento econômico e social e a preservação do meio ambiente.

4.1 Discussões e ações das mulheres camponesas

Apesar de reconhecer a necessidade de políticas próprias para a promoção da igualdade de gênero no espaço rural e a sua relação com o desenvolvimento sustentável, há que se destacar que estas não têm sido suficientes. No geral as políticas seguem proposições semelhantes aos documentos e acordos internacionais sobre desenvolvimento sustentável, proposições estas muitas vezes elaboradas e implementadas de cima para baixo, sem reconhecimento das ações que as mulheres já realizam em seus territórios e que têm condição de contribuir para a sustentabilidade dos sistemas humanos e ecológicos. Por essa razão, a seguir são apresentados estudos que trazem experiências de mulheres no espaço rural e suas relações com o desenvolvimento sustentável de suas localidades, bem como os impasses que elas enfrentam, em diferentes países.

Merino Chacon (2002), em um estudo sobre o espaço rural da

Espanha, apresenta como significativas as contribuições para o desenvolvimento de suas comunidades, mesmo as mulheres tendo baixa presença nos planejamentos e decisões em escala regional ou nacional. A autora indica que o trabalho das mulheres agricultoras na Espanha tem sido fundamental para a consolidação do tecido social e da renda, mesmo que o trabalho produtivo realizado pelas mulheres ainda possua caráter complementar e familiar. Dieguez-Castrillon et al. (2012) apontam que tem havido aumento no número de associações de mulheres rurais, o que reverbera na conquista de interesses do coletivo rural, em uma perspectiva de desenvolvimento endógeno. No contexto da União Europeia (UE) como um todo as cooperativas organizadas por mulheres têm gerado empregos alternativos complementares às atividades agrárias realizadas por homens e mulheres, a exemplo da disseminação do turismo rural (DIEGUEZ-CASTRILLON ET AL., 2012). Desta forma, agrupamentos em associações e cooperativas vêm favorecendo o surgimento de protagonistas locais voltadas para o desenvolvimento (MERINO CHACON, 2002).

Em estudos realizados sobre as ações das mulheres agricultoras na América Latina, Basco e Laxalde (2003, 2013) fazem uma análise da federação de cooperativas de trabalho têxtil na Argentina, criada e composta por 59 mulheres que participam de cooperativas de base comunitária. A federação tem como objetivo integrar horizontal e verticalmente todo o processo produtivo e apoiar as atividades de agricultura, beneficiamento e manufatura realizada pelas mulheres em suas comunidades de forma independente do governo. Gutiérrez (2003) e Gutiérrez e Peña (2004), em um estudo em uma área rural da Colômbia, apontam que o desemprego dos homens e o conseqüente êxodo deles, atrelado ao grande número de desaparecidos ou mortos nas últimas décadas, fizeram com que as mulheres assumissem as unidades de produção, tornando as mulheres as principais responsáveis pela continuidade da vida no campo. No entanto, no caso colombiano, as mulheres ainda possuem menor reconhecimento que os homens como participantes da gestão de ações voltadas para o desenvolvimento (BECERRA ET AL, 2017).

Costa Leonardo (2001), em sua pesquisa, encontrou em várias regiões do México o que ela intitulou de "feminização da agricultura", o que tem acarretado o aumento do número de mulheres com propriedade da terra. A autora reconhece que este fenômeno é decorrente da migração dos homens em busca de emprego. Neste cenário, as mulheres se tornam condutoras da produção agropecuária, da segurança alimentar, da reprodução da economia camponesa e das mudanças nas condições de vida no espaço rural.

Para além das transformações econômicas, Costa Leonardo (2001) aponta que as lutas das trabalhadoras rurais sobre questões de classe, gênero e etnia é de suma importância para a conquista e consolidação da democracia, pois inclui a perspectiva de cidadania para todos os que vivem no campo e exige liberdade para as mulheres, valorizando sua posição como agente social na condição de sujeito.

Segundo Buarque (2003), foi a necessidade de sobrevivência e um maior distanciamento das mulheres da agricultora patronal que fizeram da agricultura familiar no Brasil uma estratégia para o desenvolvimento das localidades rurais, já que alcança principalmente os grupos de mulheres e crianças. São as agricultoras as principais responsáveis pelos múltiplos cultivos e criação de diversas espécies de animais de pequeno porte e de vacas leiteiras na agricultura familiar. São também as mulheres que se ocupam em muitas das atividades não-agrícolas nos espaços rurais, como artesanatos e beneficiamento dos produtos do roçado e dos quintais no entorno das residências. São as mulheres que mais realizam ações para a preservação da biodiversidade nas pequenas propriedades, selecionando espécies de sementes, preservando os cultivos de quintais e criando pequenos animais. O problema está na proporção que estas atividades representam para o meio rural em relação à produção patronal de mercado, o que faz com que os impactos das ações das mulheres para a sustentabilidade do espaço rural sejam localizados e minimizados quando observados contextos mais amplos (BUARQUE; DORDELLY; GARCIA, 2002).

Mesmo ainda enfrentando grandes empecilhos na participação política, as mulheres que vivem no espaço rural brasileiro têm se articulado para além do âmbito comunitário. Um exemplo dessa mobilização é a Marcha das Margaridas que tem como principais objetivos: 1) afirmar a identidade das mulheres como trabalhadoras rurais, cidadãs e sujeitos políticos; 2) fortalecer as mulheres trabalhadoras rurais e suas organizações; e 3) elaborar, apresentar e negociar propostas com perspectiva de igualdade de gênero nos espaços de decisão, formulação e implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável. Além de seus objetivos de promoção de inclusão das mulheres trabalhadoras rurais, a marcha também tem como uma de suas pautas denunciar os impactos de grandes projetos privados e estatais na vida da população e nos ecossistemas, combate à privatização das águas, combate à produção de transgênicos e estímulo à produção agroecológica e preservação dos ecossistemas e biomas brasileiros (IPEA, 2013).

Diante de todos os problemas que essas concepções de desenvolvimento trazem, podemos destacar a pouca atenção que é dada à voz, às reivindicações e às transformações que as mulheres camponesas já vêm realizando nos espaços rurais. Segato (2003), em texto elaborado para apresentar a experiência de uma oficina com mulheres indígenas, ao tratar sobre o objetivo da oficina, destacou que a relevância desta estava em proporcionar uma capacitação para que as próprias mulheres indígenas elaborassem suas demandas, resultando em um documento com diretrizes, políticas públicas e ações. A autora acrescenta que o intuito era reunir ideias, opiniões e experiências das mulheres indígenas. Segato (2003, p. 5) coloca que da “pluralidade de vozes que se fizeram ouvir dependeria a abrangência e representatividade que o documento final iria alcançar”.

Partindo para a consolidação dos resultados da oficina, Segato (2003) declara que as demandas levantadas pelas mulheres indígenas lançam por terra a ideia de que estas, por historicamente terem estado no espaço interno da aldeia, com pouco contato com o ambiente externo, teriam menor condição de

elaborar ideias sobre a realidade política e tratar de questões coletivas. A autora conclui que na verdade o que faltou foi escutar as mulheres sobre o que elas têm a falar sobre os interesses do grupo como um todo.

A reivindicação da autora para a escuta das demandas e elaborações das mulheres indígenas também pode ser aplicada para outros grupos, outras vozes que são desconsideradas nos projetos de desenvolvimento, no caso aqui em destaque as mulheres camponesas. Cabe destacar que as reivindicações e atuações das mulheres camponesas são variadas e de forma alguma pretendo considerá-las de forma homogênea. A organização feita é apenas uma maneira de estimular o debate.

As mulheres camponesas no Brasil já se organizam em associações autônomas desde a década de 1960 que passaram a integrar os movimentos sindicalistas na década de 1980 em diferentes estados do país (DEERE, 2004). Na década de 1990 possuem como pautas de debate a violência e a dominação sobre as mulheres. Não podemos de forma alguma falarmos em características universais das mulheres camponesas ou problemas que são compartilhados por todas, mas um tema que tem sido abordado com frequência por essas mulheres é a questão da violência, em certa medida unificando as agendas dos mais diferentes grupos.

Podemos discorrer sobre os principais temas que vêm sendo tratados pelas mulheres camponesas a partir de quatro caminhos que se interseccionam. Um deles é a questão produtiva. As mulheres camponesas têm reivindicado maior justiça na distribuição de terras, assim como demandam a implementação de uma agricultura sustentável e agroecológica. São combativas ao agronegócio baseado no sistema capitalista, aos transgênicos, aos agrotóxicos e o estímulo aos monocultivos. A reivindicação das mulheres está em alcançar uma produção diversificada e saudável para o autoconsumo e para a geração de renda (SAMPER-ERICE; CHARÃO-MARQUES, 2017).

Um outro caminho é a eliminação das diferentes formas de violência

doméstica e a promoção da autoestima. As mulheres camponesas têm discutido as múltiplas faces da violência contra a mulher e travam uma luta para que as mulheres sejam reconhecidas como seres humanos capazes de decidir sobre a própria vida e de conquistar aquilo que almejam para o futuro.

O terceiro caminho discute a distribuição das tarefas domésticas e das tarefas produtivas, assim como o uso do tempo, entre mulheres e homens. Apesar de ainda serem as principais responsáveis pela limpeza da casa e seu entorno, preparação das refeições e o cuidado com as crianças e os mais idosos, as mulheres camponesas já levantam debates sobre a necessidade de repensar essas distribuições e de serem reconhecidas também nas atividades produtivas não apenas como meras ajudadoras (LISBOA; LUSA, 2010).

Por fim, o quarto caminho se vincula à participação política das mulheres. As mulheres camponesas lutam e valorizam a participação em instituições formais e não formais. Pois, segundo Gibson-Graham (2004) há uma proposta política voltada para o local e o que importa é a relevância dessa participação e não seu reconhecimento formal-institucional. As mulheres camponesas se colocam como capazes de ocuparem os espaços de decisão (sejam eles dentro ou fora do espaço doméstico), tendo a liberdade para planejar e defender os interesses pessoais e coletivos.

O que se identifica também é que as mulheres camponesas utilizam os diferentes espaços que ocupam de diversas formas. Um exemplo são os espaços de beneficiamento da produção e de comercialização, que também são utilizados pelas mulheres para discussões políticas. Outro ponto que se destaca é a inter-relação estabelecida pelas mulheres camponesas entre os interesses individuais e os projetos de interesse coletivo. As mulheres camponesas vislumbram mudanças nas condições de vida delas e no atendimento dos direitos das populações rurais. Assim podemos inferir que as mulheres vislumbram transformações e estabelecem ações bem mais contundentes do que as dos projetos de desenvolvimento. Elas estabelecem discussões que ainda se encontram incipientes em muitos

documentos institucionais para o desenvolvimento. Também se distanciam da racionalidade de um desenvolvimento linear e universal, voltado para o crescimento econômico individualista.

Oyarzún (2010) faz uma crítica ao que Julieta Kirkwood disse sobre um grande período de silêncio feminista por volta dos anos 1960, quando se acreditou que a igualdade nacional abarcaria a todas e todos. A crítica de Oyarzún está na contestação deste suposto "silêncio", que segundo ela vem carregado de palavras. A autora conclui a sua crítica dizendo que não é a ausência de voz, mas sim a ausência de escuta. Nós é que não escutamos estas vozes que surgem em outros cenários que não estamos habituadas, cenários mais clandestinos ou mesmo anônimos.

Ao resgatar os escritos das cartas das militantes do Movimento de Emancipação das Mulheres Chilenas (MEMCH) à Elena Caffarena, nos anos 1920, Oyarzún (2010) destaca a reivindicação das militantes para que as acadêmicas se fizessem presentes, próximas dos debates com mulheres indígenas, trabalhadoras das fábricas, campesinas, professoras rurais. Elas alertam para a necessidade de as acadêmicas aprenderem com as mulheres populares.

Essas duas ponderações feitas por Kemy Oyarzún são úteis para destacar a necessidade de reconhecimento da maneira danosa e pouco eficiente com que os principais projetos de desenvolvimento vêm sendo implantados, e como muitas vezes têm reforçado a exclusão das mulheres. Seja porque desconsideram alguns cenários de fala, seja porque não se fazem próximos o suficiente para aprender. No caso específico das mulheres camponesas, consideradas como pessoas menos capazes de verbalizar suas demandas, os documentos trazem de forma hierarquizada e impositiva suas proposições, sem considerar que aquilo que vem sendo discutido por estas mulheres já está à frente do que se elabora em seus textos. Fora que apresentam o desenvolvimento como um "vir a ser", que ocorrerá quando as mulheres forem alcançadas por essas intervenções, pouco dando atenção às alternativas já empreendidas pelas

mulheres. Também fica explícita a necessidade de elaborar múltiplas formas de desenvolvimento, pois este não é igualmente entendido e desejado por todas e todos. No caso das mulheres camponesas, elas se deparam com projetos de desenvolvimento liberais e individualistas, ao passo que suas atuações e anseios se voltam mais para atividades colaborativas, cooperativas e solidárias.

Apesar uma visão hegemônica presente nas discussões sobre desenvolvimento, o que impacta na forma como as mulheres, no caso em questão as mulheres camponesas, são percebidas nas agendas internacionais, existem estudos que seguem na contramão, partindo de estudos decolônias. Tais propostas partem de alternativas construídas a partir de baixo, já que há problemas que o paradigma da modernidade ocidental buscou resolver, porém esses permanecem sem solução e tornaram-se mais urgentes. Uma tentativa para sairmos dessa situação seria o processo de tradução, ou seja, reunir saberes e práticas fortes que consigam ofertar alternativas, que hoje sejam possíveis e estejam disponíveis, para a elaboração de um futuro melhor (SOUSA SANTOS, 2002).

4.2 Gênero e Poder

A dinâmica das relações sociais apresentadas acima podem ser melhor compreendidas quando entende-se que estas emergem do interior de relações de poder. Weber (2009) vai definir poder como a instituição, dentro de uma relação social, da própria vontade, mesmo que a este haja resistência. A autoridade, por sua vez, segundo o autor, é o poder legitimado, ou dominação legítima. A dominação pode estar sustentada em diversos motivos de submissão, sejam eles racionais e identificáveis ou hábitos inconscientes (WEBER, 2009). Em um sistema de organização coletiva, o poder se configuraria como a capacidade de assegurar que as unidades cumpram com obrigações que têm como referência seu impacto sobre as metas coletivas (PARSONS, 1986). Tais definições trazem consigo uma

compreensão de que o poder é uma força que se apresenta de forma polarizada entre quem o possui e quem a ele se subordina.

Dahl (1986) aponta que não há quem detenha poder de forma ilimitada. O poder não é portanto um atributo, mas existe a partir de uma relação (ARENDR, 1986). Para Foucault (1994), o poder não deve ser compreendido como um modo de sujeição ou dominação, mas como a multiplicidade das relações que o constituem e os mecanismos que transformam, reforçam e invertem essas relações de força. Logo, a análise das relações de poder deve ocorrer de forma contínua e em todos os aspectos da existência social (FOUCAULT, 1983).

O poder está e vem de toda parte, não pode ser restrito a uma instituição ou estrutura, mas é exercido a partir de pontos diversos e de relações móveis. Portanto as relações de poder não ocorrem de forma estática, nem tampouco existem sem a presença de resistências (FOUCAULT, 1992). Ele encontra-se entre duas noções amplas, a de capacidade de dominação e a de capacidade de transformação (GIDDENS, 2000).

Para Kergoat (1984), as relações sociais de sexo, de forma ampla, e a divisão sexual do trabalho, de forma específica, evidentemente se trata de uma relação de poder. Scott (1990) então afirma que o gênero seria um campo primário que dá significado às relações de poder. Pois é o gênero elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças entre os sexos.

Diversas autoras (MOLYNEUX, 1984; SCOTT, 1990; SOUZA-LOBO, 1991; SEGATO, 1998; SAFFIOTI, 1990) discutem a questão de gênero e poder a partir de diferentes perspectivas.

Para Molyneux (1984), o poder é categoria presente em toda a discussão sobre gênero e perpassa por interesses políticos e ideológicos nas relações políticas estabelecidas entre as mulheres e o Estado. A autora afirma que as mulheres, quando em posição de subordinação, reconhecem necessidades estratégicas, que podem estar atreladas à divisão do trabalho, do poder e do controle, e ao serem atendidas ou superadas, fazem surgir situações de maior

igualdade entre os gêneros. Já Scott (1990), indica que as concepções do que é ser mulher e do que é ser homem em nossa sociedade, faz emergir hierarquias de poder. Também fundamentada na ideia de relações de gênero como relações de poder, Souza-Lobo (1991) vai apontar que estas relações se consubstanciam em hierarquias que se modificam ao longo do tempo. Falar em gênero, portanto, envolve a construção histórica e social dessa categoria, assim como a hierarquia simbólica e as estruturas de subordinação (SEGATO, 1998).

Saffioti (1990) afirma que o poder encontra-se distribuído, portanto não pertence ou concentra-se em um único polo. Tanto mulheres quanto homens, portanto, detêm o poder em certa medida, sendo necessário observar as relações que se estabelecem nesse campo.

Assim, pode-se apontar que a questão sobre gênero e poder por vezes é utilizada para evidenciar os processos da construção da subordinação existente nas relações sociais de poder entre mulheres e homens, para evidenciar diferenças ou para discutir sistemas múltiplos de desigualdades e dominação. Portanto uma visão simplificada dessa questão não consegue abarcar a sua complexidade (CASTRO, 2001).

Em uma análise de entrevistas realizadas por Abramovay e Castro (1998) com mulheres líderes em organizações de base comunitária, Castro (2001) destaca que as mulheres entrevistadas enxergam a relação mulher, gênero e poder para além da inclusão no sistema de decisão ou de representação formal ou a instituição de políticas. O ponto crucial está em entender que poder não é uma concessão, algo que pode ser retido ou dado, mas se constitui em processo de conquista e alcance (CASTRO, 2001).

Ao considerar o poder como estratégia para a transformação de situações de subordinação, uma posição individual em um sistema de poder oficial, pode ser considerado um elemento de conquista de poder, mas não o único. Há a necessidade de haver ações em diferentes níveis interdependentes (CASTRO, 2001). Abramovay e Castro (1998) identificam pelo menos três níveis: o

das organizações de bases comunitárias (fortalecimento do capital simbólico e socialização de informação e conhecimento); o da formação do sujeito (fortalecimento da autoestima orientada para a mobilização social); e, o das restrições materiais específicas (poder é acesso a direitos e ao pleno exercício da cidadania) (CASTRO, 2001).

Assim, o exercício do poder pelas mulheres precisa estar vinculado a uma concepção de autonomia plena, que alcance os mais diferentes aspectos da vida dessas mulheres.

A autonomia econômica está atrelada à independência financeira decorrente do acesso ao trabalho digno remunerado e da capacidade de decidir sobre a própria renda (SILVEIRA, 2004; SEN, 2010; GONZALEZ, 2013). A autonomia pessoal se refere à percepção que as mulheres têm sobre si e sobre suas capacidades, bem como o seu reconhecimento como agente de transformação de sua própria realidade e da comunidade (SEN, 2010).

A autonomia nas relações familiares está atrelada à distribuição das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos entre mulheres e homens, assim como a garantia da participação das mulheres nas decisões familiares (SILVEIRA, 2004). A autonomia social e política se volta para a participação das mulheres em instituições formais de decisão, mas também em agrupamentos coletivos informais. A autonomia social e política pressupõe a liberdade das mulheres em defenderem interesses pessoais e coletivos (SEN, 2010; SILVEIRA, 2004; SOARES, 2004).

O Desenvolvimento Sustentável é multidimensional e relacional, ou seja, a sustentabilidade, para ocorrer, deve contemplar as diferentes dimensões (social, econômica e ambiental) a partir do estabelecimento de relações também mais sustentáveis, entre pessoas e entre pessoas e natureza. No Desenvolvimento Sustentável as relações precisam estar pautadas em alguns princípios – afeto, equilíbrio de poder e reciprocidade, e pensadas em diferentes níveis – pessoal, familiar, comunitária e política-social. A construção de autonomias seria, portanto,

uma proposta para o estabelecimento de novas formas de relação para o Desenvolvimento Sustentável.

No capítulo a seguir há um resgate da história de vida de mulheres trabalhadoras rurais da região do Cariri Oeste, buscando-se identificar as interferências das discussões sobre gênero e desenvolvimento presentes nos capítulos anteriores e as inconsistências na construção de autonomias.

5 MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DA REGIÃO DO CARIRI OESTE

O intuito deste capítulo é analisar os relatos das mulheres trabalhadoras rurais sobre suas origens, dinâmica familiar, atividades produtivas e dinâmica comunitária, a partir de suas histórias de vida. O mesmo está organizado em seis seções, conforme as categorias que emergiram a partir da análise das entrevistas feitas.

5.1 Barreiras de gênero na memória

No processo de resgatar na memória acontecimentos de sua vida na infância, a Entrevistada 22 relata as atividades realizadas pelos membros de sua família, sendo possível distinguir as ocupações estabelecidas por gênero

Os filhos, mesmo casando cedo, mas sempre estavam ali ao redor dele [seu avô]. Porque as casas eram próximas. [...] Cada um podia plantar o que quisesse, desde que não ficasse sem produzir nada, e sem produzir o feijão, o arroz e o milho. Então ele ensinava que no dia que a plantação de um estivesse pronta, todos deviam ir ajudar. Então ele dizia, os filhos todos, e os filhos dos filhos, todo mundo vai pra roça, inclusive as mulheres, muitas vezes. Estou falando das mulheres filhas, as filhas deles muitas vezes foram pra roça pra catar feijão, pra catar algodão. Eu, como neta dele, eu catava algodão. As mulheres que eram casadas com os filhos também iam, mas geralmente ficavam em casa fazendo almoço para quem estava na roça. E nós íamos para roça. Todo mundo ia pra roça e mãe ficava em casa fazendo almoço (Entrevistada 22, 44 anos).

Todos nós trabalhávamos na roça. A gente plantava muito algodão, milho e arroz. De madrugada todos - meu pai, meus irmãos, eu, minha irmã e minha mãe - se levantavam para pilar arroz. Quando amanhecia o dia, eles [os homens] iam para a roça e nós [mulheres] íamos fazer a comida para levar mais tarde para a roça (Entrevistada 04, 63 anos).

As mulheres, ainda solteiras, recebiam atribuições semelhantes às daquelas dos homens, fossem eles casados ou solteiros. Os demais relatos complementam essa informação, apresentando que ter as atividades exclusivas vinculadas à casa era apenas para as mulheres grávidas ou que estivessem em período de resguardo. As demais, mesmo casadas e com crianças pequenas, realizavam as atividades domésticas, cuidavam dos cultivos e da criação de pequenos animais no entorno da casa e iam para a roça. Assim, ao homem casado pertencia o domínio

do roçado e da criação de animais e os homens solteiros auxiliavam nos cultivos. Às mulheres casadas pertencia o domínio da casa, da produção (no monturo²⁴) e gestão da alimentação doméstica, sem que isso as afastasse das atribuições referentes ao roçado. Logo, ao concluir suas atividades na casa, a mulher ia para a roça trabalhar com o marido, atuando assim em várias jornadas de trabalho, dentro e fora de casa. O relato a seguir revela esse excesso de trabalho realizado pelas mulheres:

As mulheres casadas não iam pra roça porque elas tinham essas atividades em casa de moer o milho, pilar o arroz, pegar água. Tinha dia que a gente pegava 10 latas d'água na cabeça. [...] Tinha a história de lavar roupa, que sempre que a gente ia lavar roupa era muita roupa porque sujava muito por causa da roça e era muita gente na roça às vezes, de nossos irmãos, por exemplo. Então, nós mulheres, a gente tinha uma atividade muito pesada, apesar de achar que isso não era trabalho. Trabalho era quando eu ia pra roça ajudar a limpar a terra, trazer a colheita (Entrevistada 06, 53 anos).

As mulheres solteiras eram vistas como auxiliares tanto no espaço doméstico quanto no roçado. Às solteiras cabia ajudar as casadas com a arrumação da casa, preparação das refeições e cuidado com as crianças mais novas ou idosos. Era também função delas levar a refeição para o roçado e ajudar a servir, nesse momento já ficavam para auxiliarem pais e irmãos com as atividades de cultivo. A Entrevistada 29 relata as atividades que tinha que realizar ao longo do dia:

Então muitas vezes eu chegava da escola, começava a estudar e minha mãe dizia 'pode deixar esses livros aí que de madrugada você estuda. Venha agora me ajudar a terminar o almoço. Vá agora deixar almoço na roça e lá vai ficar pra plantar, limpar'. Mas eu preferia ir pra roça às vezes do que ficar fazendo as coisas de casa. Eu já ia com as panelas deixar arroz, eu e meu irmão mais novo, que eu tinha que cuidar dele também. Chegava lá eu trabalhava até 6 horas da noite, 5 horas. Então eu voltava pra casa e ia começar tudo de novo. Então quando era quatro horas da manhã eu acordava, ia estudar com uma vela acesa, ou candeeiro, eu tinha na época 8, 9 anos (Entrevistada 29. 45 anos).

24 Termo utilizado pelos moradores da comunidade para identificar a plantação que é feita próximo à casa, geralmente sob os cuidados das mulheres e que misturam vários gêneros alimentícios. Geralmente, aquilo que é plantado no monturo é utilizado para a alimentação da própria família ou para ser doado aos vizinhos.

Tais relatos corroboram com as afirmações de Medeiros e Ribeiro (2003) que apontam para a organização da agricultura familiar a partir das atribuições de gênero no interior das famílias. Conforme Woortman e Woortman (1997, p.23), "nas culturas camponesas não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família". É o próprio grupo doméstico que orienta os princípios de hierarquia e de gênero, e desenham o processo de trabalho estabelecido na unidade de produção e de consumo. Assim como as atribuições de cada um dos membros da família (MAIA, 2004).

Nas falas, as mulheres aparecem ocupando atividades produtivas e reprodutivas de forma concomitante e observa-se situação semelhante ao identificado por Faria (2009): mesmo quando as mulheres realizam atividades produtivas, sua responsabilidade com as atividades reprodutivas não diminui, o que ocorre é um aumento da carga de trabalho exercido por elas, isso se deve à construção de uma identidade feminina atrelada principalmente às funções maternas e aos cuidados domésticos.

Essas divisões de atividades por gênero também são percebidas nos adjuntos, ou mutirões²⁵, para colheita, realizados em algumas comunidades da região pesquisada. Assim como foi possível identificar que a distribuição de funções foi alterada com o passar do tempo.

Primeiro ponto que se destaca é o fato de as mulheres, a princípio, não entenderem o adjunto de colheita como uma atribuição delas. Quando questionadas sobre quem participa dos adjuntos, as respostas quase sempre se assemelhavam com a da Entrevistada 29 (45 anos): "Os homens casados e os

25 Conforme as diferentes regiões, essa prática pode receber numerosas denominações ou sofrer variações de formato e utilização (CALDEIRA, 1956; GALVÃO, 1959; MARCONDES, 1948). Para se referir a essa ação de auxílio mútuo são utilizadas principalmente as designações: mutirão, muxirão, adjutório, ajudatório, adjunto. Mesmo distintos, esses termos se referem às atividades coletivas, desenvolvidas de forma solidária e baseadas na união, associação e reciprocidade nas relações intrafamiliares e interfamiliares (CALDEIRA, 1956). Os fundamentos teóricos que auxiliam na compreensão dessa prática podem ser encontrados nos estudos de Mannheim (1962), que tratam de cooperação e auxílio mútuo, e de Mauss (1974), onde o autor aborda o sistema de dádivas em que se configuram as obrigações de dar, receber e retribuir.

filhos homens. É isso, os homens é que fazem o adjunto”. A isso podemos chamar de uma barreira de gênero na memória. Como a imagem da mulher esteve ligada à produção de alimentos dentro do âmbito doméstico, é difícil resgatar as atividades desenvolvidas por elas em um espaço que era considerado de domínio dos homens.

Quando era solicitado que descrevessem as atividades realizadas nos adjuntos de colheita é que o trabalho realizado pelas mulheres começava a emergir. Ainda assim, o trabalho das mulheres foi por vezes relatado como uma ajuda ao trabalho realizado pelos homens:

Só quem participava dos adjuntos eram os homens, e a mulher não, mas isso não foi sempre assim não. Minha tia conta que [...] os homens cortavam e as mulheres ficavam com as peneiras, segurando, e era uma parte muito pesada. As mulheres dentro d'água com uma peneira, segurando os cachos de arroz que eles jogavam para elas segurarem. Enquanto eles cortavam dentro d'água, eles jogavam dentro das peneiras para elas saírem com esse arroz. Depois elas colocavam pra secar, depois sacudiam, era todo um processo (Entrevistada 06, 53 anos).

Mas as mulheres estiveram presente em tudo, assim, em termo de ajuda. Para elas isso não era trabalho, isso era tipo uma obrigação. De deixar almoço na roça, panela na cabeça, com bacia, prato, era uma função normal. E antigamente, quando era a época do algodão, que tinha muito antigamente. Elas iam deixar a comida na roça e quando voltavam, cada uma voltava com um saco de algodão nas costas pra ajudar (Entrevistada 02, 48 anos).

Conforme as descrições feitas pelas entrevistadas, a distribuição de tarefas nos períodos de colheita, foram sendo alteradas com o passar dos anos. Em seus relatos que remetem a períodos por volta da década de 1950, nos adjuntos as mulheres ficavam responsáveis por fazer toda a preparação das refeições que seriam consumidas. A preparação iniciava com, pelo menos, um dia de antecedência, quando os animais eram mortos e preparados. No dia do adjunto, as mulheres casadas iam para o roçado logo cedo, com os homens, para realizarem as atividades de colheita. As jovens solteiras ficavam responsáveis por concluir a preparação das refeições e levarem até o roçado. No momento do almoço, a família estava reunida e, a partir desse momento, homens, mulheres, jovens e crianças passavam a trabalhar juntos. Os homens colhendo e as

mulheres iniciando o processo de beneficiamento. Ainda assim a colheita é apresentada como trabalho do homem e ajuda da mulher.

Nos relatos sobre os períodos de colheita e os adjuntos ocorridos por volta da década de 1980, foi possível identificar mudanças nas atividades que eram realizadas pelas mulheres. Três foram os fatores identificados pelas entrevistadas que modificaram as atribuições das mulheres nesse período. O primeiro deles foi a questão climática, com a redução das chuvas, as áreas de plantio de arroz se tornaram menos alagadas o que facilitava o trabalho dos homens de colheita e organização dos cachos de arroz, assim como houve redução da safra a ser colhida. O segundo foi a construção artesanal de equipamentos para auxiliarem na colheita e transporte. A terceira foi a utilização de áreas próximas às casas para a plantação.

Mesmo reduzindo a ida até o roçado, às mulheres cabia o importante papel de secagem, armazenamento e conservação do que foi colhido. Esse é um processo fundamental, pois é o que garante a alimentação e o sustento da família pelos períodos em que não há colheita e, principalmente, naqueles em que o sertanejo sofre com a estiagem. Segundo relatos das entrevistadas já houve períodos de secas consecutivas em que o consumo dos grãos estocados nos celeiros perdurou por 4 anos.

Apesar de alegarem que após ensacar a colheita o trabalho chegava ao fim, a partir dos relatos foi possível identificar que as atribuições dos homens no adjunto se encerravam, porém as mulheres iniciavam novo processo:

Depois que chegava ensacado em casa, tinha o processo de colocar no sol. Então eles colocavam uma lona no terreiro e colocam o lá para secar, mas tinha que ficar olhando para os bichos não comerem. Quem que ficava olhando? Eram os filhos mais novos. E tinha o processo de sacudir, peneirar. E quem sacudia? Geralmente eram as mulheres. Também com eles [homens], mas geralmente eram as mulheres que sacudiam e colocavam nos sacos, costuravam e guardavam. Ela sacudia melhor do que o homem. E ela sacudia com uma arupemba de palha. Que o homem muitas vezes não tinha paciência de ficar ali sacudindo aquilo daquele jeito né? (Entrevistada 08, 46 anos).

Os homens ensacavam, mas depois tinha que pilar. Porque não existia máquina. Então as mulheres pilavam pra ter o que comer nos outros dias (Entrevistada 02, 48 anos).

A partir da década de 1990 algumas comunidades criaram suas associações, o que foi um marco para elas. Os recursos angariados por intermédio dos projetos da associação foram utilizados para comprar equipamentos agrícolas de auxílio à produção: trator, batedeira de cereais, forrageira, ensiladeira e reboque para trator.

Quando a associação foi formalizada eles adquiriram um trator para arar as terras, porque dava muito trabalho e precisava de muitos dias, também compraram a máquina de pilar. E as mulheres deixaram de ter também essa atividade, no bom sentido, né? Porque elas não deixaram de fazer o que tinha que ser feito, que era a comida e tudo (Entrevistada 17, 47 anos).

A fala da Entrevistada 17 chama atenção por ela associar a aquisição de máquinas de auxílio à produção e beneficiamento com a perda de espaço das mulheres na produção agrícola, mas não como algo negativo, já que continuaram com suas atribuições domésticas. Outras falas vieram complementar esse ponto suscitado pela Entrevistada 17.

A partir dos relatos expostos, percebemos um fenômeno, um processo de “conformação” com a invisibilidade, aqui nomeado de barreiras de gênero na memória. As mulheres aceitaram a invisibilidade como algo natural e, apesar de reconhecerem seus valores pessoais, ainda têm dificuldades para perceber sua importante colaboração para o coletivo. Uma consequência disso é a aceitação da não participação nas tomadas de decisões e da não participação política, que serão apresentados nas seções seguintes. Esse distanciamento das mulheres da participação política e das decisões, que não ocorre por acaso, mas é fruto de uma sociedade que segue a valorizar ou desvalorizar certas atividades conforme a distribuição destas entre os gêneros, tornou-se uma das principais razões para que nós, como sociedade, continuemos a repetir os mesmos erros em relação às mulheres, em especial em territórios como o do Semiárido.

5.2 Uso do espaço e de bens naturais

Alguns dos momentos mais marcantes da pesquisa de campo foram as caminhadas no entorno das casas para conhecer as plantações sob cuidado das entrevistadas. Tais caminhadas, guiadas pelas próprias mulheres foram enriquecedoras, pois complementaram os relatos das entrevistas e permitiram perceber o orgulho que cada uma tinha da produção.

As comunidades da região pesquisada já possuíam como principais atividades agrícolas a produção de milho, arroz, sorgo, mandioca e algodão. Com o distanciamento das mulheres das atividades de monocultivo, os recursos advindos de projetos por intermédio das associações e um maior acesso à água nas proximidades das residências, muitas começaram a investir seu tempo e força de trabalho em sistemas diversificados de produção no entorno da propriedade. Um espaço que já era de seu domínio, porém agora utilizado também para a geração de renda.

A plantação de árvores frutíferas e verduras no entorno das residências rurais do Semiárido historicamente são realizadas pelas mulheres, justamente pela proximidade com a casa. Assim como a criação de animais de pequeno porte, como galinhas, bodes e porcos. Animais que podem ser alimentados até mesmo com as sobras de alimentos do consumo doméstico e consomem pouca água.

Segundo as entrevistadas, anos atrás essa produção era utilizada quase que exclusivamente para consumo doméstico, enquanto que o milho e o arroz, após suprir a demanda da família, era comercializado. Porém, a partir dos anos 2000, a produção de hortifrutigranjeiros foi, aos poucos, sendo ampliada:

Antes era só aqui no quintal que eu plantava uns pés de alface e criava umas galinhas para pegar os ovos. Depois eu fui aumentando, porque já tinha cisterna perto de casa para pegar água. Hoje nós já temos uma produção maior (Entrevistada 29, 45 anos).

Como resultado das atividades da associação, um hectare e meio de terra passou a receber irrigação. Nessa área a gente deu preferência a plantar coisas variadas, um pouco de feijão, tomate, alface, couve (Entrevistada 27, 46 anos).

Os dois recortes das entrevistas transcritos acima destacam um elemento importante para as comunidades e em especial para a vida das mulheres, o acesso à água. Conforme relatado pelas entrevistadas, as mulheres eram as principais responsáveis por buscar água para suprir as necessidades domésticas. Porém, muitas das vezes, essa água só era encontrada a uma grande distância de caminhada. Esses percursos eram percorridos pelas mulheres, acompanhadas pelas crianças, que traziam a água em latas na cabeça ou com auxílio de algum animal, como o jumento.

Ter água próximo às casas, permitiu com que elas reduzissem o tempo gasto e o esforço físico para acessar esse bem, assim como permitiu com que elas dinamizassem suas produções. O que fez com que por volta dos anos 2010, a plantação de árvores frutíferas e de hortaliças e a criação de galinhas tornassem-se importantes atividades produtivas nas comunidades da região. Os principais meios de acesso à água, segundo as entrevistadas, se deu pela colocação de bombas para retirada de água de rio ou açude, instalação de cisternas ou escavação de poços.

Aqui é importante destacar a forte relação que as mulheres têm com a água no Semiárido. Por ser uma região com concentração de chuvas em alguns períodos do ano e sofrer com períodos consecutivos de estiagem, a mulher assume um papel importante de atriz social responsável pelo provimento da água para beber e cozinhar. Ainda, as mulheres que trabalham com a agropecuária também se responsabilizam pela água para uso na agricultura e para a criação de animais de pequeno porte. O papel da mulher no Semiárido também está atrelado ao uso racional dessa água, já que não é encontrada de forma abundante e com a qualidade necessária. Ou seja, essas mulheres possuem papel ativo na busca e no uso da água, porém ainda são colocadas como passivas na elaboração de políticas e programas relacionados ao acesso à água e no planejamento do uso desse bem natural escasso.

A preocupação das mulheres entrevistadas não se limitou apenas ao acesso e uso adequado da água, mas também à valorização e cuidado com o ambiente, com a terra, e à preservação dos bens naturais para os seus descendentes. O que se destacou na fala das entrevistadas foi o sentido de envolvimento com a natureza, o que chamaremos aqui de relações de afeto com a natureza, em oposição a uma visão utilitarista e predatória, onde os bens naturais são vistos como recursos. Isso pode ser percebido no relato da Entrevistada 15:

[...] a natureza, a água, a terra, os animais, são muito importantes para nós, para a nossa vida. Muitas vezes escuto as pessoas falando sobre a natureza como se não fosse parte dela. Mas nós não apenas vivemos e dependemos da natureza, nós somos parte dela, nós também somos da natureza. [...] Eu falo muito para o pessoal aqui de casa, nós precisamos amar a terra, e o que tem nela, porque nós estamos nela e somos dela (Entrevistada 15, 52 anos).

Para as entrevistadas, a natureza faz parte de suas memórias e suas aspirações:

Quando a gente era criança, eu e meus irmãos, meus primos, a gente saía brincando por essas terras todas para comer as frutas, tomar banho de rio brincando [...] a água é fonte de vida (Entrevistada 04, 63 anos).

Eu lembro que quando eu ia para a cidade eu ficava com vontade de voltar, porque era como se lá não fosse o meu lugar. Eu sentia falta dos passarinhos cantando, que era o que me deixava mais feliz. Eu ficava sentido falta da natureza, até do ar que eu respirava aqui eu sentia falta. [...] Eu só fico com vontade de ir para a cidade quando as coisas por aqui estão muito difíceis, quando falta a água, quando falta as coisas ou quando é difícil trazer algo para cá, mas não sendo isso eu gosto mesmo é de ficar aqui perto da natureza (Entrevistada 26, 49 anos).

E por essa razão precisa ser cuidada “como se fosse um membro de nossa família” (Entrevistada 31, 50 anos), “como parte de quem nós somos” (Entrevistada 14, 49 anos). Esse cuidado se reflete nas suas práticas de trabalho e no uso do espaço.

A terra ela é sensível, nem sempre ela produz bem, não que ela [a terra] não consiga, mas é porque falta cuidado nosso. Eu mesma via meu pai, vejo meu marido também, às vezes, arrancando as plantas, queimando, eu digo para não fazer, pois no que é meu mesmo eu não faço. Na parte da horta, que eu cuido, é tudo limpinho, mas sem arrancar ou queimar nada. [...] A gente precisa cuidar da terra porque ela sente e responde (Entrevistada 14, 49 anos).

Eu não gosto de cortar as árvores nativas para plantar outras coisas, acho melhor ir plantando nos cantinhos, onde dá, isso é importante para preservar as árvores e as nascentes. [...] Para mim a horta e o quintal são os lugares mais importantes, porque eu gosto de plantar os alimentos e colher sem agredir e prejudicar o restante. Porque se não for assim, como que os meus filhos e os meus netos, e as outras pessoas vão poder conhecer as plantas, os rios e os animais como eu conheci? Como que as pessoas vão conseguir plantar como eu estou plantando hoje? Porque se a gente não cuidar, alguma hora isso tudo vai se acabar, como a gente já vê acontecendo (Entrevistada 22, 56 anos).

Um acontecimento precisa ser destacado ao observarmos os relatos aqui expostos. O período de realização desta pesquisa coincidiu com uma época de estiagem prolongada na região. Ocorreram secas consecutivas entre os anos de 2012 e 2021. Segundo as entrevistadas, nesse período, várias famílias tiveram que se desfazer dos animais de grande porte, como vacas e bois, pois a água tornou-se escassa, assim como não havia mais pasto para os animais. Também tornou-se difícil a manutenção dos monocultivos.

As atividades desenvolvidas pelas mulheres estavam mais adaptadas às características do clima, além de consumirem menos recursos para sua manutenção, o que tornou-se possível às famílias permanecerem em suas comunidades. Esse é um fenômeno importante no contexto do Semiárido, tendo em vista que até então os períodos de secas prolongadas levavam a um esvaziamento do território, principalmente dos homens. As alternativas agrícolas mais adaptadas e menos agressivas lideradas pelas mulheres permitiram não apenas a permanência delas, mas de suas famílias. Aliado a isso, encontramos também a presença de políticas públicas de transferência de renda como elementos que contribuíram para essa mudança.

Nesse período, as atividades agropecuárias comandadas pelas mulheres

passaram a se configurar como a principal atividade produtiva de muitas famílias. Tais fatos corroboram para o que é apontado por Herrera (2016), que as mulheres que realizam atividades agrícolas são atrizes fundamentais para a subsistência socioeconômica das famílias, mas, principalmente para o bem-estar coletivo e para a preservação do meio ambiente. Esse tipo de produção permitiu uma maior qualidade da alimentação das famílias em um período adverso, porém também se tornou uma importante fonte geradora de renda.

5.3 Produção e comercialização

O relato das entrevistadas demonstra a participação ativa das mulheres nos processos de colheita e beneficiamento do milho, arroz, sorgo, macaxeira, e outros. No entanto, essa mesma participação não ocorre no processo de comercialização. As dificuldades existentes da “porteira para fora”, que envolvem comercialização e escoamento da produção, não é novidade dentro dos estudos rurais. Mas, para as mulheres, essas barreiras tornam-se ainda maiores. Isso se deve ao fato de que o cultivo desses alimentos é de domínio principal dos homens, como já foi apresentado nas seções anteriores. Ocorre que, se durante a produção a participação das mulheres é aceita, mesmo que reconhecida como uma ajuda ou atividade secundária, durante a comercialização essa é uma tarefa quase que exclusiva dos homens, já que, na maioria das vezes, envolve o deslocamento para a área urbana.

Ao observarmos os relatos sobre a produção de hortifrutigranjeiros percebemos que estes eram, a princípio, de responsabilidade das mulheres, destinados principalmente para alimentação da família, ou seja, não eram destinados à comercialização. Porém este foi um espaço em que as mulheres encontram meios de acessarem políticas públicas e recursos. As políticas públicas destinadas a atividades agropecuárias tradicionais, monocultivos e criação de animais de grande porte, eram acessadas principalmente pelos homens, chefes de

família, detentores da titularidade da terra. Já os incentivos às atividades alternativas, como quintais produtivos, agroflorestas, sistema de mandalas e produção orgânica, tornaram-se um caminho para que as mulheres reconfigurassem sua participação na produção agropecuária da região pesquisada.

O que eu queria mesmo era produzir na agricultura, trabalhar com hortifruti, por isso eu fui me interessando por projetos de agricultura familiar, de agroecologia (Entrevistada 13, 52 anos).

Com os resultados satisfatórios das atividades, as mulheres passaram a comercializar parte da produção dos pomares, hortas e granja. Muitas vezes dentro da própria comunidade ou em feiras, permitindo ampliar a renda da família e as redes de contato das mulheres. Políticas públicas para aquisição dessa produção tornaram-se fundamentais para ampliar os canais de comercialização e consolidar as atividades desenvolvidas pelas mulheres, como foi o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A produção que eu tenho aqui é para consumo próprio, mas o excedente nós vendemos. Nós fornecemos para o PAA e PNAE. As pessoas que sabem também que os produtos não tem agrotóxicos, mandam comprar aqui na comunidade. Esse é um ponto forte para a comercialização. Aqui a gente tem mamão, banana, macaxeira, cebolinha, cheiro verde, berinjela, pimentão (Entrevistada 07, 54 anos).

A partir dessas conquistas, atividades consideradas como próprias do ambiente doméstico, invisibilizadas, passaram a agregar outros membros da família, como filhos e cônjuge.

Quem cuida aqui da produção sou eu e meu filho. A gente limpa, planta e colhe. Já são 12 anos que a gente produz sem agrotóxico, nós utilizamos biofertilizante e uma mistura de mato e esterco de gado (Entrevistada 21, 53 anos).

Segundo os relatos, essa reorganização da família em torno dessas “novas” atividades produtivas, veio, primeiro, a partir do êxito na comercialização, porém ganhou ainda mais força com as perdas agrícolas recorrentes devido ao período de estiagem prolongada iniciado em 2012.

Quanto à comercialização dessa produção, as entrevistadas demonstraram ter maior participação do que na comercialização da produção tradicional. Inclusive com maior autonomia de negociação. No entanto, as entregas e a participação em feiras mais distantes da comunidade ficam geralmente a cargo de seus maridos e/ou filhos.

As atividades que as mulheres têm maior controle e autonomia na comercialização e na renda gerada são as que envolvem algum tipo de transformação e beneficiamento dos produtos agrícolas, como produção de doces, poupas de fruta e queijo, ou as atividades não-agrícolas, como a produção artesanal. Nesses casos, são elas as principais responsáveis pela comercialização.

Existem dois pontos que precisam ser destacados a partir dessas constatações. O primeiro deles diz respeito ao controle sobre a produção, comercialização e renda. Por vezes, os planos de desenvolvimento adotam o enfoque da estratégia MemD e buscam prioritariamente promover a geração de renda própria entre as mulheres. Ocorre que muitas das vezes, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres estão no controle sobre a renda ou sobre a produção e comercialização.

Ter a própria renda nem sempre é condição suficiente para que a mulher tenha controle sobre ela ou sobre outros recursos. Considerando a distância que pode haver entre acesso e controle, podemos considerar que as mudanças ocorridas na participação das mulheres na atividade produtiva se deram pelas modificações nas condições de acesso (informações, recursos, capacitações), mas, primordialmente pela ampliação da capacidade de controle, seja esse controle individual ou compartilhado com outros membros da família.

Eu fui fazer um curso e escutei o coordenador do curso falar que tinha um projeto de artesanato, eu corri atrás para fazer e trazer para a comunidade. Porque as mulheres daqui só cuidavam da casa, não tinha espaço para produzir. E aqui tinha muita mulher. [...] No mesmo dia eu saí de casa em casa, reuni as meninas, e montamos um grupo com mais de 20 mulheres para fazer esse curso. [...] Ficou todo mundo surpreso com a quantidade de mulher que queria fazer o curso. [...] E por causa do artesanato a gente começou a ir para as feiras vender, a gente já foi até para fora do estado. Quando eu viajava, participava de oficinas , eu

via outros projetos e percebia como o associativismo era algo importante (Entrevistada 13, 52 anos).

O segundo ponto consiste na importância das atividades de comercialização e da participação em feiras e eventos para a construção de autonomia das mulheres. Ao ficarem distantes das atividades de comercialização da produção agropecuária tradicional as mulheres possuíam menores condições de desenvolverem redes de contatos e acessarem capacitações. Os relatos das mulheres entrevistadas demonstram o quanto a possibilidade de comercializarem em feiras e participarem de eventos lhes permitiram desenvolver habilidades, ampliar capacidades e buscar melhorias para si, para outras mulheres e para a comunidade.

No entanto, ficar distante da casa e da família ainda se apresenta como uma barreira, principalmente quando há na casa crianças pequenas, idosos ou doentes que demandam cuidados específicos.

O que muitas vezes é complicado é que pra vender tem que levar para fora. Eu faço bolsa, baú, cesto, luminária, mas para vender tem que ir para as feiras. E para algumas é complicado, deixar o marido, deixar os filhos (Entrevistada 13, 52 anos).

E, aquelas que conseguem ir para as feiras e eventos, muitas vezes se vêm sobrecarregadas, pois as atividades domésticas continuam sobre sua responsabilidade. Houve relatos em que as entrevistadas disseram que os maridos realizam tarefas domésticas, como cozinhar ou limpar a casa, ainda assim a perspectiva assumida é de que essas atividades são de domínio das mulheres, responsáveis por sua execução ou organização/gerenciamento/distribuição das tarefas. As atividades realizadas pelos homens nesse espaço são categorizadas como ajuda e estes são considerados como menos habilidosos para a execução de tais atividades.

Esses impedimentos à participação das mulheres fora do ambiente doméstico refletem não apenas nas atividades de produção, comercialização e geração de renda, mas também nas atividades sociais e políticas. A exemplo da

menor participação de mulheres no Fórum de Comunidades Rurais do Cariri Oeste em relação ao quantitativo de homens. Mesmo a criação do Fórum sendo o resultado de uma mobilização com importante participação de mulheres.

5.4 Organização comunitária

Durante as entrevistas, falar sobre a história das comunidades foi uma oportunidade para o regaste de memórias sobre o sertão. Dentre essas memórias, o importante papel das mulheres na educação, na saúde e no ensino religioso nessas comunidades.

Tinha pouca gente aqui, era distante de tudo. [...] Não tinha estrada. [...] as casas distantes umas das outras [...]. Era muito difícil aqui naquela época, a gente só ia para a cidade a cavalo ou a pé. Eu tive todos os meus filhos aqui na comunidade. Todos com a ajuda de parteira [...] Quando as crianças adoeciam, mas só em situação grave mesmo, a gente colocava em um lençol e amarrava. Levava a criança de lado e caminhava umas quatro horas, a gente parava só para dar de mamar, dar água e trocar a fralda. As outras doenças a gente cuidava em casa mesmo, com chá, lambedor. Quando tinha febre, dor de barriga, dor de garganta a gente sabia o que tinha que dar (Entrevistada 04, 63 anos).

Morria muita criança aqui de desnutrição. Lembro que eu e outras mulheres de outras comunidades fomos capacitadas para aprender a fazer soro caseiro e a ensinar as mães a alimentar as crianças. A gente aprendia e passava para elas. Depois tiveram as agentes de saúde, que iam nas casas. Eu mesma já fui agente de saúde. Além das visitas a gente organizava tudo quando os médicos vinham [...]. Aí muitas das doenças que tinham, principalmente nas crianças, se acabaram. Hoje também, quem tem pressão alta, diabetes, tem as consultas e os remédios (Entrevistada 15, 52 anos).

Aqui não tinha muita família, mas tinha muita criança [...]. Eu era solteira e tinha estudado na cidade, mas eu só sabia ler, escrever, conhecia a cartilha. Vim então alfabetizar as crianças. Não tinha escola, quadro, mesa, essas coisas. Eu dava aula na frente da casa do meu pai mesmo. E tinha alunos que vinham de longe, de outras comunidades, para eu ensinar a ler. Eu usava meus livros, de quando estudava, e cada aluno tinha sua cartilha, que os pais compravam (Entrevistada 11, 59 anos).

As crianças, quando nasciam, eram levadas para batizar, mas era só isso. Aqui não tinha igreja, não tinha missa [...] Comecei a ensinar o catecismo, as orações que tinham nos livrinhos, a ler os evangelhos sobre a vida de Jesus [...] (Entrevistada 08, 48 anos).

Tais relatos corroboram com a concepção de que as mulheres têm sido as sustentadoras desse espaço, atuando em diferentes frentes, permitindo não apenas que a vida no Semiárido persista, mas que ela avance. Ao não migrarem desses espaços, muitas políticas públicas acabaram sendo operacionalizadas por elas, como demonstraram os relatos anteriormente apresentados. Várias dessas políticas são fruto de acordos internacionais para o desenvolvimento, porém as agendas globais e os programas locais não foram pensados e planejados com essas mulheres. Até mesmo os recursos repassados eram apenas seus poucos salários, ficando a cargo dessas mulheres buscarem por materiais didáticos, medicamentos, ou mesmo auxílio médico para as comunidades.

Mesmo diante de tantas dificuldades, muitas foram as transformações ocorridas nas comunidades. Segundo as entrevistadas, as principais foram o acesso à água encanada e à energia elétrica. Mas também destacaram o transporte escolar, que permite com que as crianças e os adolescentes estudem em comunidades vizinhas ou na sede do município, e a construção de estradas, que ainda são motivo de insatisfação, principalmente em períodos de chuva, porém permitem um melhor deslocamento entre as comunidades.

Algumas das entrevistadas relataram que durante parte de suas vidas moraram fora da comunidade, em áreas urbanas, e perceberam as mudanças quando retornaram.

Eu fui embora porque eu só conhecia esse mundinho aqui. Fui embora por curiosidade mesmo. Fui para o Norte, porque duas irmãs minhas já moravam lá. Trabalhei como empregada doméstica por cinco anos sem carteira assinada. Depois eu decidi volta. [...] Aqui na comunidade já tinha energia elétrica, água encanada, açude (Entrevistada 01, 55 anos).

Eu nasci e morei na comunidade até os 14 anos. Sempre trabalhei na roça. [...] Eu tinha vontade de ir embora porque a comunidade era muito isolada e eu me sentia muito sozinha aqui. [...] Depois fui morar em outro estado, com uma tia. Lá eu trabalhei em um escritório e concluí meus estudos até o ensino médio. Mas depois de 7 anos eu fiquei desempregada e resolvi voltar. [...] Quando voltei a comunidade já estava bem diferente, já estavam trazendo energia elétrica, escola. Depois eu até fiz um curso superior. [...] Quando retornei para cá eu trabalhei como professora, tanto aqui como em outras comunidades. Trabalhei com Educação de Jovens e Adultos. Porque os índices de analfabetismo aqui eram muito altos (Entrevistada 26, 46 anos).

A falta de oportunidades de estudo e emprego, assim como o sentimento de exclusão e solidão estão presentes nas falas das Entrevistadas 01 e 26, quando estas relatam os motivos para terem saído de suas comunidades. Porém, também aparecem em outras entrevistas quando as mulheres apontam que os jovens já não desejam permanecer no campo. Se o acesso ao ensino básico (fundamental e médio) melhorou, algo semelhante não ocorreu com o acesso ao ensino superior. Mesmo com a expansão e interiorização do ensino superior no Brasil, os jovens de áreas rurais precisam migrar para áreas urbanas para que consigam cursar uma faculdade. Outra questão levantada foi a falta de emprego para os jovens e o preconceito que ainda perdura com aqueles que residem na área rural.

Tem gente que acha que a gente aqui vive mal. Às vezes as pessoas dizem que nós vivemos em um lugar muito atrasado (Entrevistada 29, 45 anos).

Tem muito jovem que tem vergonha de morar no sítio, de trabalhar na agricultura. Meu filho, por exemplo, mora na cidade, trabalha de servente, que é um trabalho pesado, ganha pouco, só dá para pagar o aluguel. Mas prefere viver lá, do que ficar aqui. Porque se trabalhasse na roça, com a gente, ganharia mais, gastaria menos, viveria melhor aqui do que lá (Entrevistada 12, 56 anos).

Apesar de constatarem as dificuldades ainda presentes nas comunidades e a migração cada vez maior dos jovens para a cidade, as entrevistadas disseram possuir boas condições de vida. O destaque dado por elas ao tratarem sobre essa questão esteve relacionado à coesão social, convivência com os vizinhos, na maioria das vezes pessoas da própria família, e realização de atividades comunitárias. É interessante notar que estes fatores não estão presentes nas discussões sobre gênero e desenvolvimento e no texto das agendas internacionais.

Na região investigada muitas das atividades comunitárias estão atreladas ao calendário dos cultivos e os festejos religiosos, principalmente de tradição católica romana. No período de plantio, por exemplo, são realizadas

novenas²⁶, que culminam com a realização da procissão de São José²⁷, do dia 19 de março. Esses são dias de prece, onde a comunidade roga por chuva, para que aquilo que foi plantado possa vingar e, assim, tenham uma colheita farta. Segundo as entrevistadas, as mulheres são as principais responsáveis por organizarem as novenas e são a maioria dentre os participantes.

Já no mês de junho, caso a produção tenha sido satisfatória, os moradores celebram a festa da colheita. Esses são dias de celebração. Mais uma vez os moradores se reúnem para rezar, mas em forma de agradecimento. Se as novenas de março são realizadas a partir dos núcleos familiares, a festa da colheita é realizada com a presença de toda a comunidade, inclusive diferentes comunidades se reúnem para fazer uma festa conjunta. Conforme relatado por algumas entrevistadas, é realizada uma missa comunitária onde, de forma simbólica, são oferecidos os frutos da terra e/ou os instrumentos de trabalho. Em seguida, as famílias celebram com danças e comidas que foram levadas por todos os moradores a partir daquilo que foi colhido. Em ambos os períodos, de prece e de celebração, as mulheres possuem um papel fundamental, pois são elas as responsáveis pela organização dos encontros e por prepararem as refeições que serão servidas durante os festejos.

No que tange à participação das mulheres nas associações de moradores ou associações de trabalhadores rurais, as entrevistadas indicaram que ao longo dos anos o número de mulheres tem aumentado, mas ainda é aquém do número de homens associados. Conforme as falas, um elemento que se destaca é que, no passado, boa parte das associações possuíam apenas associados homens. Hoje, além de uma maior presença das mulheres como parte da assembleia, elas estão ocupando cargos na diretoria. Inclusive, algumas das entrevistadas eram a época, ou já tinham sido, presidentes de associações.

Mesmo com um número crescente de mulheres como associadas, a

26 As novenas são nove dias consecutivos em que os familiares e amigos mais próximos se reúnem para rezar e fazer orações.

27 Segundo a tradição popular, se chover no dia de São José, o inverno será bom e a colheita será farta. Caso não chova, será mais um ano de estiagem.

presença destas nas reuniões ainda não é tão expressiva. Por vezes é difícil encontrar um horário adequado em que seja possível conciliar as atividades domésticas, a produção agropecuária e as demais tarefas realizadas pelas mulheres na comunidade. Apesar disso, as entrevistadas consideram que as associações têm sido espaços importantes para as comunidades, em geral, e para as mulheres, em específico. Principalmente porque ela tem sido um meio de conseguir recursos para dinamizar as atividades produtivas, assim como uma ferramenta para lutar por melhorias das condições de vida nas comunidades.

O que podemos concluir disso é que mesmo com toda a participação e influência que as mulheres apresentam ter em suas comunidades, sua participação política ainda é insatisfatória. Esse é um aspecto que impacta todos os eixos de construção de autonomias das mulheres, já que, fora do debate e das decisões políticas, as demandas das mulheres dificilmente serão ouvidas e consideradas. Também é notável que não há falta de interesse, mas uma situação de conformação com a não participação, uma naturalização pelo fato de serem mulheres e possuírem mais atribuições no espaço doméstico. Esse talvez seja um dos maiores desafios a serem superados quando tratamos sobre a inclusão da discussão de gênero no Desenvolvimento Sustentável.

Por fim, é necessário destacar um fato relatado por algumas entrevistadas, o encerramento das atividades de algumas associações na região. Para as entrevistadas, isso tem ocorrido em razão de algumas associações, criadas ou reativadas a pouco tempo, terem sido fundadas apenas para atender a exigências de alguma política pública. Segundo elas, após receber e prestar contas dos recursos, a comunidade perde o interesse de continuar participando. Ainda assim, as entrevistadas relataram que houve associações organizadas durante um projeto específico que têm conseguido manter suas atividades e buscar melhorias para as comunidades da região.

5.5 Dinâmica familiar e tomada de decisão

O cotidiano descrito pelas mulheres entrevistadas se configura como uma rotina repleta de atividades domésticas e de produção e com pouco tempo para descanso e lazer. Conforme os relatos, na rotina das mulheres é mais difícil separar os horários de realização de atividades domésticas e de atividades produtivas, já que a maioria das atividades realizadas por elas ocorrem dentro ou muito próximas à casa. Além das mulheres intercalarem com frequência a execução de duas ou três atividades. Na descrição da rotina dos homens, essa separação é mais evidente, com horários para “ir trabalhar” e para “ficar em casa”. Assim como pausas ao longo do dia, entre uma atividade e outra, seja um “cochilo após o almoço” ou uma “pinga com os amigos” no final do dia.

As atividades domésticas ocupam grande parte da rotina das mulheres entrevistadas, mesmo daquelas com mais idade. Cozinhar, lavar a louça, limpar a casa, lavar e passar roupas, aparecem como atividades corriqueiras, que são feitas diariamente, como cozinhar e limpar a casa, ou com regular frequência, como cuidar das roupas. Apesar de relatarem que são atividades cansativas, as entrevistadas disseram receber alguma ajuda dos filhos ou do cônjuge, porém a principal responsável por gerenciar e fazer essas atividades são elas. Interessante notar que quando questionadas sobre a participação dos esposos nessas atividades, elas falavam, algumas em tom de confiança, outras com certo orgulho, que eles as ajudavam. E algumas complementaram que eles não sabiam fazer como elas. Acerca da tomada de decisão referente à execução das atividades domésticas, como compra de roupas e alimentos, as entrevistadas disseram que elas tomam as decisões quase sempre sozinhas.

Aqui cabe destacar a introjeção de mais uma concepção pré-estabelecida, a de que as mulheres e meninas são naturalmente mais capazes para assumirem as atividades domésticas, ao passo que homens e meninos são menos habilidosos para tais tarefas. Em todas as entrevistas que foi relatado que os homens contribuíam com as atividades domésticas, essa contribuição foi

relacionada a uma ajuda e não a um compartilhamento de uma obrigação que pertence a ambos. Inclusive, algumas entrevistadas relataram que os esposos realizavam atividades domésticas até o momento em que os filhos alcançaram idade suficiente para colaborar com as atividades, principalmente no caso de filhas mulheres. Perpetuando assim esse modelo de distribuição de tarefas.

É crucial evidenciar que pouco tem sido discutido nas agendas internacionais a necessidade de que esses debates sejam feitos junto do contexto familiar. A maior parte das ações destinadas às mulheres são feitas com grupos formados apenas por mulheres, sem a participação das famílias. Deve-se considerar que a promoção da autonomia pessoal das mulheres não é suficiente para modificar as relações sociais de gênero. Sem a consolidação da autonomia nas relações familiares esse será um problema que se perpetuará por anos. A autonomia das mulheres não deve ser considerada um luta apenas delas, mas de toda a sociedade.

No que diz respeito às atividades produtivas, como dito anteriormente, elas aparecem intercaladas com as atividades domésticas na rotina das mulheres. Com a ampliação da produção de hortifrutigranjeiros realizada mais próximas das residências essa mescla de atividades ao longo do dia se intensificou. Segundo as entrevistadas, muitas vezes, antes mesmo de preparem o café, elas vão ao terreiro/quintal aguar algumas espécies de plantas e/ou alimentar e colocar água para os animais. Sobre a tomada de decisão acerca dessas atividades, as entrevistadas indicaram que estas ocorrem de forma compartilha com o cônjuge ou companheiro, tais como o uso de técnicas de preparação da terra, fornecedores de insumos, uso de fertilizantes, plantação e colheita. Elas apontam que participam mais das decisões referentes a essas atividades produtivas, do que das decisões referentes aos monocultivos e à criação de gado de grande porte. Quanto à comercialização da produção de hortifrutigranjeiro - negociação de preço, contato com compradores e locais de venda - as decisões são compartilhadas, negociação de preço, já da produção da agropecuária tradicional a maior parte das decisões são tomadas por seus cônjuges ou companheiros.

Sobre a aquisição de equipamentos, máquinas, terras e propriedades, as entrevistadas apontaram que são decisões compartilhadas com o cônjuge ou companheiro e com os filhos, quando estes já são adultos, moram na residência e/ou trabalham com os pais. Segundo elas, como estes são investimentos altos e que podem comprometer a renda da família, devem ser tratados com atenção. Quanto ao uso desses bens, as decisões, em sua maioria são tomadas pelos cônjuges ou companheiros.

As atividades produtivas que envolvem algum tipo de beneficiamento ou transformação da produção e as atividades produtivas não-agrícolas são aquelas que as mulheres tomam as decisões quase sempre sozinhas. Segundo as entrevistadas, são elas também que decidem sobre a comercialização e sobre a renda que auferem com as vendas. Em seus relatos, elas indicaram a importância de conseguirem contribuir com a renda da família com as atividades agropecuárias e de possuírem uma renda própria. Algumas relataram que, o fato de terem essa renda e poderem ser beneficiárias de políticas públicas de crédito, capacitação e incentivo à produção e comercialização, permitiram que elas alcançassem maior poder de decisão.

A possibilidade de acesso e controle e a capacidade de decidir também são formas de exercício de poder, então, se há uma distribuição também dos campos de decisão baseada por gênero, esta deve se configurar como uma preocupação quando tratamos sobre a superação das desigualdades nas relações de gênero para que se alcance o Desenvolvimento Sustentável. Infelizmente as agendas internacionais têm tido maior preocupação em evidenciar as dificuldades de acesso das mulheres (por exemplo à renda, à educação, à terra e a recursos), fomentando políticas com esta finalidade. Contudo pouco tem se dedicado a repensar ações que visam garantir o pleno direito das mulheres de poderem exercer controle e tomar decisão. Não em uma perspectiva de dominação, mas de compartilhamento, já que nessas relações, tanto mulheres, quanto homens têm direitos a serem garantidos.

5.6 Ser mulher no Semiárido e a construção de autonomias

A partir dos relatos coletados, e confrontando-os com os quatro campos de autonomia apresentados neste capítulo, observa-se:

Quanto à autonomia econômica, as entrevistadas demonstraram que têm conquistado acesso à renda, condições dignas de trabalho e a capacidade de decidir sobre a renda pessoal e familiar. Neste último ponto, porém, é possível identificar que esta autonomia é incompleta, considerando que ainda há situações de decisão que são importantes para o núcleo familiar, mas que as mulheres têm menor controle, como é o caso das decisões sobre as atividades agropecuárias tradicionais.

No que diz respeito à autonomia pessoal, nas falas coletadas as entrevistadas demonstraram reconhecer suas capacidades, em especial quando têm suas atividades produtivas reconhecidas e valorizadas. No entanto, quando se trata da realização de atividades domésticas ou de cuidado, a maioria reconhece como capacidades próprias do ser mulher, que necessariamente não precisam ser valorizadas e destacadas. Sobre o potencial das mulheres para contribuírem com a sustentabilidade, pode-se destacar as práticas de agricultura sustentável e a mobilização para as transformações nas comunidades.

Sobre a autonomia nas relações familiares, as histórias de vida apontam que este é um campo que ainda carece de atenção. Houve ampliação das atividades realizadas pelas mulheres fora do ambiente doméstico, houve mudanças na distribuição das tarefas domésticas e até mesmo mudanças nos discursos sobre os papéis de mulheres e homens nessas atividades. No entanto, ainda não é predominante o entendimento de que as atividades domésticas e de cuidado são de responsabilidade de todos os que residem na casa. Mudanças pontuais ocorreram, contudo ainda é necessária uma reconfiguração mais efetiva, de modo a retirar a sobrecarga de trabalho realizado por elas.

Quanto à autonomia social e política, as entrevistadas demonstraram em suas falas que conquistaram maior participação social e política com o engajamento em atividades comunitárias, vinculadas às atividades religiosas, das associações e de participação em eventos, sejam eles de comercialização da produção ou de mobilização (como o Fórum de Comunidades Rurais do Cariri Oeste). Porém as entrevistadas reconhecem que isso não é oportunizado a todas as mulheres da comunidade. Pois muitas não conseguem deixar as atividades domésticas e os filhos para participarem dessas atividades.

Diante do exposto é importante considerar que a autonomia nas relações familiares é condição urgente para que os outros campos de autonomia se consolidem. Assim como, é preciso ficar atento para que o reconhecimento das capacidades das mulheres não esteja vinculado apenas às atividades produtivas que estas realizam, pois, caso haja um retorno ao predomínio das atividades agropecuárias tradicionais, as mulheres podem ter suas atividades novamente desvalorizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo foi guiado por questão de pesquisa que consistia em saber Quais as demandas e contribuições das mulheres trabalhadoras rurais do Semiárido para a integração da perspectiva de gênero à sustentabilidade. Para se alcançar tal resposta, esta Tese tinha como meta principal Compreender as demandas das mulheres trabalhadoras rurais do Semiárido de modo a resgatar suas contribuições para a integração da perspectiva de gênero à sustentabilidade e valorizar o protagonismo dessas mulheres.

Para se alcançar tal meta percebeu-se a necessidade de estabelecer três objetivos específicos, que se tornaram os condutores para a realização do estudo e a escrita dos capítulos. A seguir, serão apresentadas e discutidas as conclusões para os objetivos elencados.

Mapeamento das discussões sobre gênero e desenvolvimento no contexto internacional

Esta primeira meta foi considerada importante para responder à pergunta de pesquisa, pois consideramos que o debate sobre Desenvolvimento Sustentável e as perspectivas de discussão sobre gênero e desenvolvimento parte de um diálogo que tem sido feito dentro de um processo de governança global. Por essa razão, compreender como esse debate tem ocorrido nas últimas décadas permitiu compreender melhor como este chega até a implementação de políticas públicas nacionais e impacta as mulheres que vivem no território do Semiárido. Além de permitir atentar para similaridades e discrepâncias das demandas e realidades das mulheres que participaram do estudo empírico.

Acerca da inclusão do debate de gênero nas discussões sobre desenvolvimento, foi possível verificar que até a década de 1970 não havia uma preocupação específica sobre as mulheres como um grupo que possui demandas

específicas nos processos de desenvolvimento. É a partir dessa década que os estudos acerca da integração das mulheres ao desenvolvimento emergem. Contudo, até 1980, a visão predominante é utilitária. As mulheres, pela sua posição social como principal responsável pelo ambiente familiar e doméstico, eram percebidas como um meio para se alcançar o desenvolvimento econômico. Porém, não há preocupação com as desigualdades de gênero no que diz respeito à garantia dos direitos das mulheres.

Na década de 1980 emergem discussões sobre a necessidade de não apenas integrar as mulheres ao modelo de desenvolvimento vigente, mas reconhecer suas necessidades e capacidade de agência. Ao debate sobre desenvolvimento são inseridas a perspectiva de gênero, e a necessidade de superação das desigualdades subsistentes na dinâmica social, além da preocupação em não tratar as mulheres como grupos homogêneos.

Assim, identificou-se a existência de ao menos cinco estratégias que integram as discussões sobre mulheres, gênero e desenvolvimento, quais sejam:

- Mulheres em Desenvolvimento (MemD): adota as abordagens da equidade, da antipobreza e da eficiência, como meio de inserir as mulheres ao desenvolvimento por meio do acesso a emprego e renda;
- Mulheres e Desenvolvimento (MeD): adota a abordagem da agência no intuito de evidenciar o importante papel das mulheres no planejamento e nas decisões sobre o desenvolvimento;
- Gênero e Desenvolvimento (GeD): adota a abordagem do empoderamento para questionar as assimetrias de poder entre os gêneros, incompatíveis com a proposta de um desenvolvimento justo e incluyente;
- Mulheres, Meio Ambiente e Desenvolvimento [Sustentável] (MMADS): adota a abordagem do meio ambiente, ressaltando a importância da inserção das mulheres nos projetos ambientais, já que as considera como "gestoras ambientais privilegiadas";

- Mulheres, Cultura e Desenvolvimento (MCD): adota a abordagem da identidade e da agência, mas também dialoga com a abordagem do meio ambiente. A cultura é o meio para reconhecer as diferenças e respeitar as distintas necessidades das mulheres em relação ao desenvolvimento. Para essa estratégia a valorização da cultura dos múltiplos grupos de mulheres permite que elas possam decidir e pensar o desenvolvimento conforme seus interesses e demandas.

Apesar dessa categorização, essas estratégias ocorrem de forma simultânea, muitas vezes se sobrepondo em uma mesma época, local e plano de desenvolvimento. Contudo nenhuma dessas estratégias está direcionada especificamente para a integração da dimensão gênero à perspectiva do Desenvolvimento Sustentável. Por essa razão, o objetivo seguinte tentou identificar como a discussão sobre gênero e desenvolvimento vem sendo utilizada nas agendas internacionais para o Desenvolvimento Sustentável. Também, porque são essas agendas, pautadas em uma governança global, que vêm impactando as políticas públicas nacionais, a partir de uma governança pública local. Ou seja, os pactos e ações estabelecidos a partir dessas agendas têm influenciado no cotidiano das mulheres trabalhadoras rurais do Semiárido.

Análise das discussões sobre gênero e desenvolvimento nas agendas para o Desenvolvimento Sustentável

As três principais agendas internacionais para o Desenvolvimento Sustentável foram a Agenda 21 (1992), os ODM (2000) e os ODS da Agenda 2030 (2015). A Agenda 21, não trouxe muitas discussões acerca do debate sobre gênero e desenvolvimento e nenhuma proposta com ações mais tangíveis. A Agenda 2030, por sua vez, trouxe um objetivo específico sobre gênero (ODM 3). No entanto, após o período de vigência da agenda, percebeu-se que havia um descompasso entre as metas e o conjunto de indicadores estabelecidos, e a realidade de desigualdades entre os gêneros. Mesmo com o alcance de boa parte

dos indicadores estabelecidos, as mudanças reais na vida das mulheres foram pequenas. A agenda mais recente, com vigência de 2015 a 2030, fez uma revisão dos ODM e propôs novas metas e indicadores. Nos ODS há também um objetivo dedicado às discussões de gênero (ODS 5), porém a proposta da agenda é que a questão de gênero seja tratada de forma transversal nos demais objetivos.

Foi possível identificar traços e influências das cinco estratégias, e suas respectivas abordagens, nas três principais agendas globais para o desenvolvimento sustentável. A Agenda 2030, assim como suas antecessoras, ainda são fortemente influenciadas pela estratégia MemD. A importância de reconhecer e valorizar a capacidade de agente das mulheres e buscar meios para superar as desigualdades entre os gêneros e garantir os direitos das mulheres aparecem no texto do documento. Porém, na estrutura do plano de ação, predominam medidas que vinculam as mulheres a ações para erradicação da pobreza, promoção da saúde e educação e acesso a emprego e renda (vinculadas às dimensões social e econômica do desenvolvimento sustentável). Quanto às dimensões ambiental e participação política, a vinculação de metas e indicadores com enfoque de gênero é muito baixa.

Diante disso, faz-se necessário refletir que é tempo de se estabelecer uma nova estratégia, que integre a dimensão gênero à sustentabilidade. Considerando os elementos das estratégias anteriores que dialogam com as propostas de um desenvolvimento que se pretende sustentável, deixando de lado elementos que reforçam as desigualdades entre os gêneros e inserindo novas abordagens que considerem a inserção do debate de gênero em todas as dimensões da sustentabilidade.

As mulheres trabalhadoras rurais da região do Cariri Oeste, Semiárido nordestino

Assumindo como inadequada as visões que tratam as mulheres como um grupo homogêneo, esta tese enfocou as mulheres trabalhadoras rurais da região do Cariri Oeste, interior do Ceará, Nordeste do Brasil, para um estudo

empírico. Essa região, entre os anos de 2017 e 2021, participou do Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire, do governo do estado do Ceará. O Projeto Paulo Freire é um programa pautado nos ODS e com foco em jovens e mulheres.

A abordagem utilizada foi a da construção de autonomias, uma proposta que assume a necessidade da superação das discrepâncias de poder entre os gêneros a partir de um processo de conquista e alcance de autonomia em diferentes aspectos da vida das mulheres: pessoal, relações familiares, econômica e social e política. Os relatos das entrevistadas sobre suas histórias de vida, evidenciaram a importância das mulheres para suas comunidades, seja como mobilizadoras sociais, ou na inserção de práticas agropecuárias alternativas e responsáveis, mais adaptadas com a região Semiárida e com menor impacto ambiental. Porém é persistente o processo de invisibilização dessas mulheres, evidenciado pelo fenômeno da barreira de gênero na memória.

A conquista de maior autonomia econômica e autonomia pessoal foram as que ficaram mais evidentes nas falas das entrevistas. Possivelmente por ser esse o enfoque mais antigo nas discussões sobre gênero e desenvolvimento e por fundamentar a proposta do Projeto Paulo Freire. Ainda assim, demonstraram incompletude, pois a autonomia pessoal apareceu vinculada a trabalhos produtivos, mas é pouco reconhecida na realização de trabalhos reprodutivos. Enquanto que a autonomia econômica ocorre com maior frequência no nível individual (acesso à renda própria) e menos no nível coletivo/familiar (decisões sobre gastos e investimentos familiar).

Tais situações se evidenciam na análise da autonomia familiar. As entrevistadas demonstraram que desenvolvem diversas atividades no espaço público, porém, apesar de apontarem alterações na distribuição das tarefas domésticas entre mulheres e homens, elas ainda se consideram as principais responsáveis pelo espaço doméstico e pelas atividades de cuidado. E mesmo com

o aumento da contribuição dessas mulheres para a renda familiar, o poder de decisão delas ainda é limitado.

Já a autonomia social e política aparece como uma conquista limitada, pertencente apenas a algumas mulheres que conseguem participar de associações e de eventos de produção, comercialização e mobilização. O não alcance da autonomia pessoal, familiar e econômica torna-se um entrave para que as mulheres consigam ter maior participação política.

Diante disso, conclui-se que há grandes discrepâncias entre as demandas apresentadas pelas mulheres participantes do estudo empírico e as propostas de ação para a integração da perspectiva de gênero ao Desenvolvimento Sustentável nas agendas internacionais. Isso gera preocupação em razão dessas agendas estarem pautando as políticas nacionais, como foi o caso do território investigado, que foi alvo de uma dessas políticas. As ações das agendas, por estarem pautadas em estratégias inadequadas sobre gênero e desenvolvimento, findam por não estarem em conformidade com aquilo que as mulheres demandam, estando aquém, inclusive, das ações que as mulheres entrevistadas estão realizando em suas comunidades e no território do Semiárido.

Sem dúvida, essas discrepâncias ocorrem, principalmente, pelo fato de ainda serem escassas as ações destinadas à concretização das necessidades de participação política e de reconfiguração das relações de gênero nas comunidades e nas famílias, elementos que foram percebidos a partir das narrativas do estudo empírico.

Por fim, o presente trabalho conclui que, sem uma revisão consistente das metas e indicadores que compõem as agendas para o desenvolvimento sustentável e as políticas, programas e projetos deles derivados, dificilmente será possível a superação das desigualdades de gênero. As estratégias de gênero e desenvolvimento até então utilizadas não comportam todas as nuances que emergiram com a proposta de desenvolvimento sustentável, sendo, portanto, necessário refletir sobre a constituição de uma nova estratégia.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. Uma conferência entre colchetes. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.3, n.1, pp. 212-218, jan. 1995.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Engendrando um novo feminismo**. Brasília: UNESCO, 1998.

AGARWAL, Bina. The Gender and Environment Debate: Lessons from India. **Feminist Studies**, v. 18, n. 1, 119–158, 1992.

Agenda 2030 (2015). Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>> Acesso em: 02 de mar. de 2021.

Agenda 21 global (1992). **Ministério do Meio Ambiente**. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>>. Acesso em: 02 de mar. 2021.

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ANTROBUS, Peggy. Critiquing the MDGs from a Caribbean Perspective. **Gender and Development**, v. 13, n. 1, pp. 94-104, 2005.

ARENDT, Hannah. Communicative Power. In: LUKES, Steven. **Power: a radical view**. Oxford: Blackwell Publishers, 1986.

BAPTISTA, Naidison de Quintella; CAMPOS, Carlos Humberto. Caracterização do Semiárido Brasileiro. In: CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Edni Oscar. **Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social**. Brasília: Editora IABS, 2013.

BARCELLOS, Gilsa Helena. Mulheres e lutas socioambientais: as intersecções entre o global e o local. **R. Katál.**, Florianópolis v. 16, n. 2, p. 214-222, jul/dez, 2013.

BASCO, Mercedes Caracciolo; LAXALDE, María del Pilar Foti. **Economía solidaria y capital social: contribuciones al desarrollo local**. Paidós, 2003.

_____. **Economía social y solidaria: aportes para una visión alternativa**. Programa de estudios avanzados en economía solidaria. IDAES – UNSAM, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BECERRA, Natalia Margarita Cediél et al. Empoderamiento de las mujeres rurales como gestoras de los Objetivos de Desarrollo Sostenible em el posconflicto. **Equidad y Desarrollo**. Bogotá, n.28, pp. 61-84, 2017.

BERNARD, Harvey Russell. **Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches**. Lanham, MD: AltaMira Press, 2005.

BOSERUP, Ester. **Women's Role in Economic Development**. United Kingdom: Eathscan, 1970.

BRAIDOTTI, Rosi et al. **Mulher, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: para uma síntese teórica**. São Paulo: Instituto Piaget, 1994.

BRASIL. **Decreto nº 591, de 6 de julho de 1992**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm >. Acesso em: 23 de out. de 2020

BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v.12, n. 1, pp. 205-227, 2004.

BUARQUE, Cristina. A dimensão de gênero no mundo rural brasileiro contemporâneo. In: MATOS, Aureliano da Costa; PORTILLA, Melania. **Gênero no desenvolvimento sustentável dos territórios rurais: Seminário internacional: Documento síntese**. Rio Grande do Norte: IICA, 2003.

_____ ; DORDELLY, Luisa Elena G.; GARCIA, Vileni. Comportamento de Gênero nos Assentamentos da reforma Agrária—os casos de Guarani—Bom Lugar/CE e Campo Bonito/PR. In: **Projeto Gênero e Reforma Agrária. Integração da Perspectiva de Gênero no Setor da Reforma Agrária**. Brasília: MDA/INCRA/FAO, 2002.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. 2a. Ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BURSZTYN, Marcel; BURSZTYN, Maria Augusta. **Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

BURSZTYN, Marcel; PERSEGONA, Marcelo. **A grande transformação ambiental: uma cronologia da dialética do homem-natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

BUTTO, Andrea; HORA, Karla Emmanuela R. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In: LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea. **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008.

BUVINIC, Mayra. Projects for Women in the Third World: explaining their misbehavior. **World Development**, v. 14, n.5, pp. 653-664, 1986.

CALDEIRA, Clóvis. **Mutirão**: formas de ajuda mútua no meio rural. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Brasileira, 1956.

CALKIN, Sydney. Feminism, interrupted? Gender and development in the era of "Smart Economics". **Progress in development studies**, v. 15, n. 4, pp. 295-307, 2015.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; BORGES, Ceyça Lia Palerosi; MIRANDA, Adílio Rene Almeida. Um exemplo do uso da história oral como técnica complementar de pesquisa em administração. In: EnEO, 6, Florianópolis: Anpad, **Anais...**Rio de Janeiro, RJ p. 1-13, 2010.

Carta da Terra (1992). **Ministério do Meio Ambiente**. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/carta_terra.pdf>. Acesso em: 03 de mar. de 2021.

CARVALHO, Paulo Gonzaga Mibielli de; BARCELLOS, Frederico Cavadas. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM: uma avaliação crítica. **Sustentabilidade em Debate**, v.5, n.3, pp. 222-244, set/dez 2014.

CASTRO, Mary Garcia. Gênero e poder: leituras transculturais – quando o sertão é mar, mas o olhar estranha, encalha em recifes. **Cadernos Pagu**, v. 16, 2001.

CEPAL. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (2016). **Autonomia de las Mujeres e Igualdad en la Agenda de Desarrollo Sostenible**. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40633/4/S1601248_es.pdf>. Acesso em: 07 de fev. de 2020.

CHACON, Suely Salgueiro. **O sertanejo e o caminho das águas**: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semiárido. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

CHUA, Peter; BHAVNANI, Kum-Kum; FORAN, John. Women, culture and development: a new paradigm for development studies? **Ethnic and Racial Studies**, v. 23, n. 5, pp. 820-841, set. 2000.

Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (1992). **Ministério do Meio Ambiente**. 3ª edição brasileira. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/estruturas/sedr_desertif/arquivos/unccd_portugues.pdf>. Acesso em: 01 de set. de 2020.

Convenção sobre Diversidade Biológica (1992). **Ministério do Meio Ambiente**. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_dpg/arquivos/cdbport.pdf>. Acesso em: 09 de ago. de 2020.

Convenção sobre Mudança do Clima (1992). **Ministério da Ciência e Tecnologia**. Disponível em: <<https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wp-content/uploads/sites/36/2014/08/convencaomudancadoclima.pdf>>. Acesso em: 06 de jun. de 2020.

COSTA LEONARDO, Nuria. **Mujeres en el Desarrollo Rural y su Programa para Grupos Organizados en México**. Inter-American Development Bank, 2001.

DAHL, Robert A. Power as the control of behavior. In: LUKES, Steven. **Power: a radical view**. Oxford: Blackwell Publishers, 1986.

DAWN, Alternativas de Desenvolvimento com Mulheres para uma Nova Era. **History**. Disponível em: <<https://dawnnet.org/about/history/>>. Acesso em: 23 de fev. de 2021.

Declaração de Princípios sobre Florestas (1992). Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/a21_florestas.pdf>. Acesso em: 15 de mai. de 2020.

Declaração do Rio de Janeiro. **Estud. av.**, São Paulo, v. 6, n.15, p. 153-159, Ago. 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141992000200013&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 12 de jul. de 2020.

DEERE, Carmem Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 175-204, 2004.

DIEGUEZ-CASTRILLON, Maria et al. Turismo rural, empreendedorismo e gênero: um estudo de caso na comunidade autônoma da Galiza. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 2, p. 371-381, 2012.

DOGRA, Nandita. The Mixed Metaphor of "Third World Woman": Gendered Representations by International Development NGOs . **Third World Quarterly** , v. 32, n. 2, pp. 333–348, 2011.

DROLET, Julie. Feminist Perspectives in Development: Implications for Women and Microcredit. **Journal of Women and Social Work**, v. 25, n. 3, pp. 212-223, 2010.

Estratégia ODS. Disponível em: <<https://www.estrategiaods.org.br/>>. Acesso em: 25 de mar. de 2022.

FARIA, Nalu. Economia Feminista e Agenda de Luta das Mulheres no Meio Rural. In: DI SABATTO Et al. **Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009.

FJP. Fundação João Pinheiro; CORECON-MG. Conselho Regional de Economia. **Pobreza, substantivo feminino**. Observatório das Desigualdades, boletim n. 8, abr. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Postfácio: The Subject and the Power**. DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics**. Chicago: University of Chicago Press, 1983.

_____. **Microfísica do Poder**. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 3ª Edição, 1992.

_____. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1994.

FUKUDA-PARR, Sakiko. Recapturing the Narrative of International Development. **United Nations Gender and Development Programme**, paper No 18, jun. 2012a.

_____. Should global goal setting continue, and how, in the post-2015 era? **United Nations Department of Economic and Social Affairs**, paper No 117 ST/ESA/2012/DWP/117, jul. 2012b.

GALVÃO, Hélio. **O Mutirão no Nordeste**: documentário da vida rural, nº 15, Rio de Janeiro, 1959.

GARCÍA, Ana Isabel. Mujeres. Participación política y ciudadanía: Un ejemplo de la aplicabilidad del sistema de cuotas: Costa Rica. In: **La situación de las mujeres en Centroamérica: una evaluación en el umbral del siglo XXI**. San José: Fundación Género y Sociedad, Diálogo Interamericano, 2013.

GIANNELLA, Valéria; CALLOU, Antônio Édio Pinheiro. A emergência do paradigma de desenvolvimento centrado no território na observação de duas políticas no Cariri cearense. **Cad. EBAPE**, v. 9, n. 3, p. 803-827, set., 2011.

- GIBSON-GRAHAM, Julie Katherine. Violence of development: two political imaginaries. **Development**, v. 47, n. 1, p. 27-34, 2004.
- GIDDENS, Anthony. **Dualidade da Estrutura: Agência e Estrutura**. Oeiras, Celta Editora, 2000.
- GOEBEL, Allison. Gender, environment and development in Southern Africa. **Canadian Journal of Development Studies / Revue Canadienne d'Études du Développement**, v. 23, n. 2, pp. 293-316, 2002.
- GOMES, Gustavo Maia. **Velhas Secas em Novos Sertões: Continuidade e Mudanças na Economia do Semi-Árido e dos Cerrados Nordestinos**. Brasília, IPEA, 2001.
- GONZALES, Débora. Os desafios da promoção da "autonomia econômica das mulheres" no Brasil: estratégias, discursos e práticas. In: FAZENDO GÊNERO 10, Florianópolis, 2013. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384954623_ARQUI_O_DeboraGonzalez.pdf; Acesso em: 20 de fev. de 2014.
- GONZÁLEZ, Purificación Heras González. ¿Tienen perspectiva de género los ODS? In: GARCIA, Maria José Alarcón (Coord.). **Necesidad de la igualdad de género para transformar nuestro mundo**. Diego Marín: Murcia-Espanha, 2019.
- GREEN, Cathy; JOEKES, Susan; LEACH, Melissa. Questionable links: approaches to gender in environmental research and policy. In: JACKSON, Cecile; PEARSON, Ruth. **Feminist visions of development: gender analysis and policy**. Routledge - Taylor & Francis Group: London and New York, 2005.
- GUTIÉRREZ, Myriam. La ley para las mujeres rurales en Colombia alcances y perspectivas. **Trabajo Social**, n. 5, 2003.
- _____; PEÑA, Marcela. **Una Mirada de Genero al Sector Rural Colombiano**. IICA, 2004.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, ano 9, n. 8, p. 1-28, 2006.
- HERRERA, Karolyna Marin. Da Invisibilidade ao Reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 208-233, 2016. Disponível em: . Acesso em: 10 mar. de 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Semiárido Brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15974-semiarido-brasileiro.html?=&t=acesso-ao-produto>>. Acesso em: 15 de out. de 2022.

IIASA. International Institute for Applied Systems Analysis. **The World in 2050 annual Report 2017**. Disponível em: <https://previous.iiasa.ac.at/web/home/research/twi/Annual_Report_TWI2050.pdf>. Acesso em: 23 de jul. de 2021.

IICA. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. **Gênero no desenvolvimento sustentável dos territórios rurais**. Seminário internacional. Documento síntese. Rio Grande do Norte: IICA, 2003.

IPEA. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. **Marcha das Margaridas: perfil socioeconômico e condições de vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta (2013)**. Disponível: <<http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/pesquisa-ipea-marcha-das-margaridas.pdf>>. Acesso em: 10 de jun. de 2017.

IPEA. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento / Coordenação: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos; supervisão: Grupo Técnico para o acompanhamento dos ODM**. Brasília: Ipea: MP, SPI, 2014.

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Perfil das Regiões de Planejamento: Cariri (2021)**. Disponível em: <<http://ipecedata.ipece.ce.gov.br/ipece-data-web/module/perfil-regional.xhtml>>. Acesso em: 23 de jan. de 2021.

_____. **Regiões de Planejamento do Estado do Ceará (2018)**. Disponível em: <https://www.cidades.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/12/2018/02/regioes_planejamento_mapa.pdf>. Acesso em: 29 de nov. de 2021.

JACKSON, Cecile. Doing what comes naturally? Women and environment in development. **World Development**, v. 21, n. 12, pp. 1947-1963, 1993.

KABEER, Naila. Resources, Agency, Achievements: Reflections on the Measurement of Women's Empowerment. **Development and Change**, v. 30, pp. 435-464, 1999.

KABEER, Naila; SUBRAHMANYAN, Ramya. **Institutions, relations and outcomes:** framework and tools for gender-aware planning. Brighton, UK: Institute of Development Studies, 1996.

KANEM, Veronika; NORRIS, Adele. An examination of the token and indigenous cultural identity: voices of papuan women. **Journal of Cultural Analysis and Social Change**, v. 3, n. 1, pp. 1-11, 2018.

KERGOAT, Danielle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais: da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KHOO, Su-ming. The Millennium Development Goals: a critical discussion. **Trocaire Development Review**, pp. 43-56, 2005.

KOVARICK, Lúcio. **A espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LANGFORD, Malcolm. A poverty of rights: six ways to fix the MDGs. **IDS Bulletin**, v. 41, n. 1, pp. 83-91, jan. 2010.

LARRACOECHEA, Edurne. **Ciudadanía cero? El hambre cero y el empoderamiento de las mujeres**. Matagalpa: Grupo Venancias, 2011.

LEACH, Melissa. **Earth mother myths and other ecofeminist fables:** how a strategic notion rose and fell. **Development and change**, n. 38, v.1, pp. 67-85, 2007.

LÉON, Magdalena. Mujer, género y desarrollo: concepciones, instituciones y debates en América Latina. In: STEIN, Laura Guzmán; OREAMUNO, Gilda Pacheco. **Estudios básicos de derechos humanos IV**. San José, Costa Rica: Instituto Interamericano de Derechos Humanos, 1996.

LINDOSO, Diego Pereira. **Vulnerabilidade e adaptação da vida às secas:** desafios à sustentabilidade rural familiar nos semiáridos nordestinos. Brasília: CDS/UNB, 2013. (Tese de Doutorado). 519p.

LISBOA, Teresa K.; LUSA, Miliz G. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, p. 871-887, 2010.

LOMBARDO, Emanuela; MEIER, Petra; VERLOO, Mieke. Policymaking from a Gender+ Equality Perspective. **Journal of Women, Politics & Policy**, v. 38, n. 1, pp. 1-19, 2017.

LUQUE, Belén Sanz. Evaluación de los ODS con perspectiva de género: Hacer las Promesas Realidad. **Seminario Internacional sobre Evaluación con Perspectiva de Género de Políticas Públicas**. ONU Mujeres, 2018.

MAIA, Cláudia J. Trabalho, família e gênero: estratégias de reprodução social camponesa no Médio Jequitinhonha. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, v. 4, p. 89-103, 2004.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia sistemática**: uma introdução ao estudo da sociologia. Tradução de Marialice Mencarini Foracchi. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1962.

MARCONDES, J.V. Freitas. Mutirão or mutual aid. **Rural Sociology**, vol. 13, n. 4, Dezembro, pp. 374 – 384, 1948.

MARENGO, José Antônio. Água e mudanças climáticas. **Estudos Avançados**, v. 22, pp. 83–96, 2008.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. Tradução de Lamberto Puccinelli, São Paulo: EPU-EDUSP, v. 2, 1974.

MEDEIROS, Marcelo; COSTA, Joana. **O que entendemos por "feminização da pobreza"?** Centro Interamericano de Pobreza, n. 38, Out. 2008.

MEDEIROS, Rosa Maria; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. O Papel da Mulher na Agricultura Familiar: dois estudos de caso. **Organizações Rurais & Agroindustriais**. V. 5, n. 1, 2003.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

MELO, Hildete Pereira de; CONSIDERA, Cláudio Monteiro; DI SABBATO, Alberto. **Os Afazeres Contam**. Textos para Discussão UFF/Economia, n. 177. Niterói, 2005. Disponível em: http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD177.pdf. Acesso em: 27 de nov. de 2014.

MENDOZA, Breny. La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano. In: ESPINOSA MIÑOSO, Yurderkys. (coord.): **Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano**. Buenos Aires: En la frontera, 2010.

MERCHANT, Carolyn. **The death of nature**: women, ecology, and the scientific revolution. San Francisco: Harper and Row. 1989.

MERINO CHACÓN, María Dolores. **Situación de la mujer rural española**. In: Jornada Temática sobre Políticas de relevo generacional e incorporación de la mujer al mundo rural. Madrid, 2002.

MILLER, Leslie J. The Poverty of Truth-Seeking: postmodernism, discourse analysis and critical feminism. **Theory & Psychology**, v. 10, n. 3, pp. 313-352.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MOLYNEAUX, Maxine. Movilización sin emancipación? Los intereses de la mujer, Estado y revolución en Nicaragua. **Desarrollo Soc.**, n.78, pp. 178-195,1984

MOSER, Caroline. Gender planning in the third world: meeting practical and strategic gender needs. **World Development**, v. 17, n. 11, pp. 1799 - 1823, 1989.

NANES, Giselle; QUADROS, Marion Teodósio; ZARIAS, Alexandre. WID, WAD e GAD: uma introdução ao debate sobre mulheres, gênero e desenvolvimento. SANTOS, Deyse Amâncio dos; CARDOSO, Maria Grazia Cribari; SCOTT, Parry. **Feminismo, diferenças e desigualdades nas políticas públicas e desenvolvimento: algumas leituras fundamentais**. Recife: Editora UFPE, 2017.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Conferências Mundiais da Mulher (2020)**. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>>. Acesso em: 19 de mar. de 2020.

_____. **Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (2019)**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/cupula/>>. Acesso em: 18 de out. de 2019.

_____. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento Sustentável (2015)**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>> Acesso em: 15 de ago. de 2020.

ONU Mulheres. **Hacer las promesas realidad: la igualdad de género em la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible (2018)**. Disponível em: <https://www.unwomen.org/es/digital-library/publications/2018/2/gender-equality-in-the-2030-agenda-for-sustainable-development-2018>. Acesso em: 04 de jul. de 2021.

ORTNER, Sherry B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, Michelle e LAMPHERE, Loise. (orgs). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

OYARZÚN, Kemy. Feminismos latinoamericanos: interseccionalidad de sujetos y relaciones de poder. In: ESPINOSA MIÑOSO, Yurderkys. (coord.): **Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano**. Buenos Aires: En la frontera, 2010.

PAJARÍN GARCÍA, Marta. Género y desarrollo: ¿es la agenda post-2015 una oportunidad en el avance hacia la igualdad de género como objetivo de desarrollo?. **Relaciones Internacionales**, n. 28, pp. 61–80, 2015.

PARSONS, Talcott. Power and the Social System. LUKES, Steven. **Power: a radical view**. Oxford: Blackwell Publishers, 1986.

PÉREZ-GALÁN, Beatriz. Género y desarrollo. **Colección Pedagógica Universitaria**, n. 40, julio-diciembre, 2003.

PIMENTEL, Sílvia. **Apresentação (2013):** Convenção sobre a eliminação de todas as formas de violência contra a mulher: Cedaw, 1979. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf>. Acesso em: 04 de ago. de 2020.

RATHGEBER, Eva M. WID, WAD, GAD: Trends in Research and Practice. **The Journal of Developing Areas**, v. 24, n. 4, jul, pp. 489-502, 1990.

RAZAVI, Shahrashoub; MILLER, Carol. **From WID to GAD: conceptual shifts in the women in development discourse**. Genebra: United Nations Research Institute for Social Development, 1995.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de luta ou "coordenadoras de painéis"?** Brasília: UNESCO, 2000. 348 p.

SAAVEDRA, Ana Gabriela Fernández; MORENO, Sandra Dema. La integración de la perspectiva de género en la gestión del riesgo de desastres: de los ODM a los ODS. **Revista Internacional de Cooperación y Desarrollo**, v. 5, n. 1, pp. 31-43, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe no Brasil. In: COSTA, Albertina Oliveira, BRUSCHINI, Cristina (orgs) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SAMPER-ERICE, Adriana; CHARÃO-MARQUES, Flávia. Mulheres camponesas, discursos e práticas para outro desenvolvimento. **Revista Estudos Feministas**, n. 25, v. 2, 683–705, 2017.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2nd ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sérgio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antônio. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, p. 21-50, 2004.

SCHISTEK, Haroldo. O Semiárido Brasileiro: uma região mal compreendida. In: CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Edni Oscar. **Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social**. Brasília: Editora IABS, 2013.

SCOTT, Catherine. Tradition and Gender in Modernization Theory. In: HARDING, Sandra. **The Postcolonial Science and Technology Studies Reader**. Durham: Duke University Press, 2011.

_____. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. Educação e Realidade, v. 20, n. 2, 1990.

SDA. Secretaria do Desenvolvimento Agrário. **Manual de Implementação do Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades**: Projeto Paulo Freire (2017). Disponível em: <https://www.sda.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/60/2018/10/mipversaofinal.pdf>. Acesso em: 16 de mar. de 2018.

SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementales de la violencia**: Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Bernal, Universidad de Quilmes, 2003.

_____. **Os percursos do gênero na antropologia e para além dela**. Brasília: Série Antropologia, 1998.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

SEN, Gita; MURKHERJEE, Avanti. **No empowerment without rights, no rights without politics**: gender-equality, MDGs and the post 2015 development agenda. The power of numbers: a critical review of MDG targets for human development and human rights (the project). Harvard University. Disponível em: <https://dawnnet.org/wp-content/uploads/2017/12/no_empowerment_without_rights_no_rights_without_politics_gender_equality_mdgs_and_the_post_2015_development_agenda.pdf>. Acesso em: 26 de mar. de 2020.

SHIVA, Vandana. **Abrazar La vida:** Mujer, ecología y supervivencia. Montivideo: Instituto del Tercer Mundo, 1988.

_____. Escaping from masculine time. **Earthwatch**, n. 37, pp. 4-5, 1989.

SILVA, Milanya Ribeiro da. Tecendo redes e sonhos: um estudo sobre o protagonismo feminino no semiárido. TCC (dissertação) – Universidade Federal do Cariri, Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável, Juazeiro do Norte, 2015.

_____ ET AL. Tecendo redes e sonhos no Semiárido: um estudo sobre o protagonismo feminino na Comunidade de Mocotó, Estado do Ceará. In: CHACON, Suely Salgueiro; NASCIMENTO, Verônica Salgueiro do; LIMA JÚNIOR, José Ferreira. **Participação, Protagonismo Feminino e Convivência com o Semiárido**. 1. ed., Rio de Janeiro: Garamond, IABS, 2015a.

_____ ET AL. Mulheres do Sertão: avaliação dos impactos do Pronaf Mulher para a autonomia feminina no Semiárido Cearense. In: CHACON, Suely Salgueiro; NASCIMENTO, Verônica Salgueiro do; LIMA JÚNIOR, José Ferreira. **Participação, Protagonismo Feminino e Convivência com o Semiárido**. 1. ed., Rio de Janeiro: Garamond, IABS, 2015b.

SILVEIRA, Maria Lúcia da. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. In: GODINHO, T.atau; SILVEIRA, Maria Lúcia da. **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

SINGH, Shweta. Deconstructing "gender and development" for "identities of women". **Int J Soc Welfare**, v. 16, pp. 100–109, 2007.

SOARES, Vera. Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes. In: GODINHO, T.atau; SILVEIRA, M.aria L.úcia da. **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v.63, out., pp. 237-280, 2002.

SOUZA-LOBO, Elizabeth Souza **A classe operária tem dois sexos:** trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

STEPHEN, Lynn. Relações de gênero: um estudo comparativo sobre organizações de mulheres rurais no México e no Brasil. In: NAVARRO, Zander (Org.). **Política, protesto e cidadania no campo:** as lutas sociais dos colonos e dos

trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora Universitária UFRGS, 1996.

Stockholm Resilience Centre. Annual report 2017. Disponível em: <<https://stockholmuniversitv.app.box.com/s/4019vku545287c8fgr3a2sn3qxo44snx>>. Acesso em: 07 de ago. de 2021.

SUDENE. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Delimitação do Semiárido 2021**. Disponível em: <<https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/02semiariadorelatorionv.pdf>>. Acesso em: 03 de jan. de 2022.

TOURAINÉ, Alain. **O mundo das mulheres**. Trad. Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2007.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes.; AMADO, Janaina (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

TSIGE, Meseret; SYNNEVAG, Gry; AUNE, Jens B. Is gender mainstreaming viable? Empirical Analysis of the practicality of policies for agriculture-based gendered development in Ethiopia. **Gend. Issues**, v. 37, pp. 125-152, 2020.

UN. United Nations. **International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights (1967)**. Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/Treaties/1976/01/19760103%2009-57%20PM/Ch_IV_03.pdf> Acesso em: 21 de mai. de 2020.

_____. **Report of the International Conference on Population and Development (1994)**. Disponível em: <https://www.un.org/en/development/desa/population/events/pdf/expert/27/SupportingDocuments/A_CONF.171_13_Rev.1.pdf>. Acesso em: 21 de mai. de 2020.

_____. **Report of the Fourth World Conference on Women (1995)**. Disponível em: <<https://www.un.org/esa/gopher-data/conf/fwcw/off/a--20.en>>. Acesso em: 21 de mai. de 2020.

_____. **Report of the World Conference of the International Women's Year (1976)**. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/relatorio_conferencia_mexico.pdf>. Acesso em: 21 de mai. de 2020.

_____. **Report of the World Conference of the United Nations Decade for Women: Equality, Development and Peace (1980)**. Disponível em:

<<https://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/otherconferences/Copenhagen/Copenhagen%20Full%20Optimized.pdf>>. Acesso em: 21 de mai. de 2020.

_____. **Report of the World Conference to Review and Appraise the Achievements of the United Nations Decade for Women: Equality, Development and Peace (1986)**. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/relatorio_conferencia_nairobi.pdf>. Acesso em: 21 de mai. de 2020.

_____. **The Millennium Development Goals Report: 2015**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/07/MDG-2015-June-25.pdf>>. Acesso em: 21 de mai. de 2020.

VANDEMOORTELE, Jan; DELAMONICA, Enrique. Taking the MDGs beyond 2015: hasten slowly. **IDS Bulletin**, v.41, n.1, pp. 60-69.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo: um guia prático**. Ministério do Desenvolvimento Agrário: Brasília, 2006.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 4 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaus. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Ed. Unb, 1997.

YAMIN, Alicia Ely; FALB, Kathryn L. **Counting what we know; knowing what to count: sexual and reproductive rights, maternal health, and the Millennium Development Goals**. **NJHR**, v. 30, n. 3, pp. 350-371, 2012.

YEH, Ahling. **Gender development and the World Bank: a critical discourse analysis of women in World Development Reports between 1998-2018**. Malmö Universitet /Kultur och Samhälle, 2018.

YOUNG, Kate. **Planning development with women: making a world of difference**. Macmillan, London, 1993.

APÊNDICES

Apêndice A – Análise do conteúdo do preâmbulo do documento “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”

Universalismo
“[...] nova Agenda universal. ” (p.1)
“[...] implementar esta Agenda por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada [...]” (p.2)
“[...] espírito de solidariedade global [...]” (p.2)
“[...] um conjunto de Objetivos e metas universais e transformadores [...]” (p.2)
“[...] nesta grande jornada coletiva [...]” (p.3)
“Esta é uma Agenda de alcance e significância sem precedentes. Aceita por todos os países e aplicável a todos [...]” (p.3)
“Trata-se de objetivos e metas universais que se aplicam ao mundo todo , tanto aos países desenvolvidos quanto aos em desenvolvimento.” (p.3)
“[...] ação comum e a um esforço por meio de uma agenda política tão ampla e universal. Estamos trilhando juntos o caminho rumo ao desenvolvimento sustentável, dedicando-nos coletivamente à busca do desenvolvimento global e da cooperação com benefícios mútuos [...]” (p.5)
“[...] ao longo dos próximos quinze anos. Todos nós trabalharemos para implementar a Agenda dentro de nossos próprios países e em nível regional e global [...]” (p.6)
“A escala e a ambição da nova Agenda requer uma Parceria Global revitalizada para garantir sua implementação.” (p.10)
“Na sequência de um processo inclusivo de negociações intergovernamentais [...]” (p. 13)
“[...] uma Parceria Global revitalizada para o desenvolvimento sustentável [...]” (p.34)
“[...] revigorar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável.” (p.34)
“Reiteramos que esta Agenda e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas metas , incluindo os meios de implementação, são universais, indivisíveis e interligados. ” (p. 37)
“Como esta é uma Agenda universal , a confiança e o entendimento mútuos entre todas as nações serão importantes.” (p.37)
Universalidade
“comprometemo-nos a não deixar ninguém para trás. ” (p.1)
“Buscam assegurar os direitos humanos de todos [...]” (p.1)
“[...] garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em matéria de dignidade e igualdade, em um ambiente saudável.” (p.1)
“[...] assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal [...]” (p.1)
“[...] ênfase especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todas [sic] os grupos interessados e todas as pessoas.” (p.2)

<p>“[...] combater as desigualdades dentro dos países e entre eles; construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas [...]” (p.2)</p>
<p>“[...] criar condições para o crescimento sustentável, inclusivo e economicamente sustentado, a prosperidade compartilhada e o trabalho decente para todos [...]” (p.2)</p>
<p>“[...] não deixar ninguém para trás.” (p.3)</p>
<p>“ver os Objetivos e metas cumpridos para todos os povos e nações e para todos os segmentos da sociedade. Além disso, faremos o possível para resgatar, em primeiro lugar, os que ficaram mais para trás.” (p.3)</p>
<p>“[...] prestando uma atenção especial às vozes dos mais pobres e mais vulneráveis.” (p.3)</p>
<p>“[...] Um mundo com o acesso equitativo e universal à educação de qualidade em todos os níveis, aos cuidados de saúde e proteção social [...]” (p.3)</p>
<p>“Antevemos um mundo de respeito universal aos direitos humanos e à dignidade humana, ao Estado de Direito, à justiça, à igualdade e a não discriminação [...]” (p.3)</p>
<p>“[...] igualdade de oportunidades que permita a plena satisfação do potencial humano [...]” (p.3)</p>
<p>“Um mundo justo, equitativo, tolerante, aberto e socialmente inclusivo no qual as necessidades das pessoas mais vulneráveis sejam atendidas.” (p.3)</p>
<p>“[...] cada país desfrute de crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável e de trabalho decente para todos.” (p.3)</p>
<p>“[...] a criação do crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável e a promoção da inclusão social estão vinculados entre si e são interdependentes.” (p.4)</p>
<p>“Bilhões de nossos cidadãos continuam a viver na pobreza e a eles é negada uma vida digna. Há crecentes desigualdades dentro dos países e entre os países. Há enormes disparidades de oportunidades, riqueza e poder.” (p.4)</p>
<p>“[...] esse progresso tem sido desigual, particularmente na África, nos países de menor desenvolvimento relativo, nos países em desenvolvimento sem litoral e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, e alguns dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio permanecem fora de alcance [...]” (p. 5)</p>
<p>“A nova Agenda inspira-se nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e pretende lograr o que estes não alcançaram, beneficiando particularmente os mais vulneráveis.” (p.5)</p>
<p>“Implementaremos a Agenda para o pleno benefício de todos, para a geração do presente e para as gerações futuras.” (p.6)</p>
<p>“[...] liberdades fundamentais para todos.” (p.6)</p>
<p>“ Os países mais vulneráveis e, em particular, os países africanos, os países de menor desenvolvimento relativo, os países em desenvolvimento sem litoral e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento merecem atenção especial, assim como os países em situações de conflito e pós-conflito. Há também sérios desafios em muitos países de renda média.” (p.6)</p>
<p>“[...] As pessoas em condição de vulnerabilidade devem ser empoderadas. Aqueles cujas necessidades são refletidas na Agenda incluem todas as crianças, os jovens, as pessoas com deficiência (das quais mais de 80% vivem na pobreza), as pessoas que vivem com HIV/AIDS, os idosos, os povos indígenas, os refugiados, as pessoas deslocadas internamente e os migrantes. Decidimos tomar medidas e ações mais eficazes, em conformidade com o Direito Internacional, para remover os obstáculos e as restrições, reforçar o apoio e atender às necessidades especiais das pessoas que vivem em áreas afetadas por emergências humanitárias complexas e em áreas afetadas pelo terrorismo.” (p.6-7)</p>
<p>“Comprometemo-nos a fornecer a educação inclusiva e equitativa de qualidade em todos os níveis</p>

[...]” (p.7)
“ Todas as pessoas , independentemente de sexo, idade, raça ou etnia, assim como as pessoas com deficiência, os migrantes, os povos indígenas, as crianças e os jovens, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade , devem ter acesso a oportunidades de aprendizagem ao longo da vida que os ajudem a adquirir os conhecimentos e as habilidades necessários para explorar oportunidades e participar plenamente da sociedade. ” (p.7)
“[...] aumentar a expectativa de vida para todos [...]” (p.7)
“ Ninguém deve ser deixado para trás. ” (p.7)
“Estamos empenhados em garantir o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, inclusive para o planejamento familiar, para a informação e para a educação.” (p.7)
“ Crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável é essencial para a prosperidade. Isso só será possível se a riqueza for compartilhada e a desigualdade de renda for combatida. ” (p.7)
“[...] remover os obstáculos à plena realização do direito de autodeterminação dos povos que vivem sob ocupação colonial e estrangeira, que continua a afetar negativamente o seu desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, bem como o seu meio ambiente.” (p.9)
“Essa Parceria trabalhará em espírito de solidariedade global , em especial solidariedade com os mais pobres e com pessoas em situações de vulnerabilidade. ” (p.10)
“[...] garantir que ninguém seja deixado para trás. ” (p. 12)
“O comércio internacional é um motor para o crescimento econômico inclusivo [...]” (p.35)
“Continuaremos a promover um sistema de comércio multilateral universal , baseado em regras, aberto, transparente, previsível, inclusivo, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, bem como a liberalização significativa do comércio.” (p.35)
“[...] garantir que ninguém seja deixado para trás. ” (p.37)
“Eles [processos de acompanhamento e revisão] serão abertos, inclusivos, participativos e transparentes para todas as pessoas e apoiarão a comunicação por todos os grupos interessados relevantes.” (p. 38)
“Eles [processos de acompanhamento e revisão] serão centrados nas pessoas, sensíveis ao gênero, respeitarão os direitos humanos e terão um foco especial nos mais pobres, mais vulneráveis e naqueles que estão mais para trás. ” (p.38)
Gênero
“[...] alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas. ” (p.1)
“[...] promover a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas [...]” (p.2)
“Um mundo em que cada mulher e menina desfrute da plena igualdade de gênero e no qual todos os entraves legais, sociais e econômicos para seu empoderamento tenham sido removidos. ” (p.3)
“A desigualdade de gênero continua a ser um desafio chave. ” (p.4)
“Alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas [...]” (p.6)
“Aproveitar o potencial humano pleno e alcançar o desenvolvimento sustentável não é possível se à metade da humanidade continuam a ser negados seus plenos direitos humanos e as oportunidades. Mulheres e meninas devem gozar de igualdade de acesso à educação de qualidade, aos recursos econômicos e à participação política, bem como de igualdade de oportunidades com os homens e meninos em termos de emprego, liderança e tomada de decisões em todos os níveis.” (p.6)
“[...] superar o hiato de gênero e fortalecer o apoio a instituições em relação à igualdade de

gênero e o empoderamento das mulheres nos âmbitos global, regional e nacional. Todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres e meninas serão eliminadas, inclusive por meio do engajamento de homens e meninos. A integração sistemática da perspectiva de gênero na implementação da Agenda é crucial.” (p.6)

Apêndice B – Roteiro de Entrevista Semiestruturado

- 1 – Por favor, faça uma apresentação sobre você.
- 2 – Fale sobre a sua vida na infância, com seus pais ou responsáveis.
- 3 – Você recorda como ocorriam a distribuição de tarefas entre meninas/mulheres e meninos/homens? Pode falar um pouco sobre isso?
- 4 – Fale sobre a comunidade em que você mora atualmente. Como ela era antes? Como está agora?
- 5 – Você já morou em outra comunidade? Já residiu em área urbana? Poderia comentar sobre essas experiências?
- 6 – Quais as coisas positivas (forças e oportunidades) que você identifica na comunidade?
- 7 – Quais as coisas negativas (fraquezas e ameaças) que você identifica na comunidade?
- 8 – Quais os tipos de produção agrícola e/ou agropecuária existente(s) na comunidade?
- 9 – Como ocorre a produção agrícola e/ou agropecuária na sua propriedade?
- 10 – Quais outros tipos de atividades comerciais é realizada na comunidade?
- 11 – Por favor, descreva a rotina diária familiar.
- 12 – Por favor, descreva as atividades domésticas que você realiza. Você recebe algum tipo de auxílio? De quem e como?
- 13 – Por favor, descreva as atividades produtivas que você realiza. Você recebe algum tipo de auxílio? De quem e como?
- 14 – Por favor, descreva suas atividades de lazer.
- 15 – Como são tomadas as decisões que dizem respeito às atividades domésticas?
- 16 – Como são tomadas as decisões que dizem respeito às atividades produtivas?

17 – Como são tomadas as decisões sobre a renda?

18 – Para você, o que significa ser mulher e viver no meio rural?

19 – Alguma vez você já ouviu falar sobre desenvolvimento sustentável/sustentabilidade? Se sim, o que isso representa para você? Como você acredita que as mulheres contribuem/podem contribuir para seu alcance?

20 – Alguma vez você já ouviu falar sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)? Se sim, o que eles representam para você?

21 – Você tem planos para o futuro? Tem planos de curto, médio e longo prazo? Você pode comentar sobre eles?

22 – Há algo que você gostaria de acrescentar?

Apêndice C – Questionário

DADOS DA ENTREVISTA:

Código da entrevista: _____

Data: ____ / ____ / ____

Horário de início: ____ h ____ Horário de encerramento: ____ h ____

Local de realização: _____

Observações: _____

IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTADA:

Nome: _____

Idade: _____

Estado Civil: () solteira () casada () união estável () separada () viúva

Número de filhos/idade dos filhos: _____

Escolaridade: _____

Apêndice D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____, depois de conhecer e entender os objetivos e os procedimentos metodológicos da pesquisa intitulada "CONTRIBUIÇÕES PARA INTEGRAÇÃO DA DIMENSÃO GÊNERO À SUSTENTABILIDADE À PARTIR DA HISTÓRIA DE VIDA DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS NA REGIÃO DO CARIRI OESTE, CEARÁ", AUTORIZO, através do presente termo, a Sra. Milanya Ribeiro da Silva, aluna do Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB), a obter colher meu depoimento sem qualquer ônus financeiro.

Da mesma forma, autorizo o uso destes depoimentos em eventos e publicações científicas, em favor da pesquisadora acima especificada, por entender que não existem implicações negativas, desde que estas informações sejam utilizadas para fins científicos e de estudos.

Declaro também ter recebido esclarecimentos sobre a pesquisa, de como vai ser conduzida, do direito que tenho de não participar ou desistir dela sem nenhum prejuízo para mim e ainda de como os resultados serão utilizados.

Local, data

Entrevistadora

Entrevistada

Apêndice E – Objetivos e Metas ODS Brasil

ODS 1 → Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

1.1 (Brasil; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, medida como pessoas vivendo com menos de PPC\$ 3,20 per capita por dia.

1.2 (Brasil; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Até 2030, reduzir à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza monetária e não monetária, de acordo com as definições nacionais.

1.3 (Brasil; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Assegurar para todos, em nível nacional, até 2030, o acesso ao sistema de proteção social, garantindo a cobertura integral dos pobres e das pessoas em situação de vulnerabilidade.

1.4 (Brasil; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade, tenham acesso a serviços sociais, infraestrutura básica, novas tecnologias e meios para produção, tecnologias de informação e comunicação, serviços financeiros e segurança no acesso equitativo à terra e aos recursos naturais.

1.5 (Nações Unidas; finalística; implícita para a igualdade de gênero). Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.

1.a (Brasil; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Garantir recursos para implementar programas e políticas para erradicar a pobreza extrema e combater a pobreza.

1.b (Brasil; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Fortalecer marcos políticos e institucionais para garantir a efetividade e a sustentabilidade das ações de erradicação da pobreza.

ODS 2 → Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

2.1 (Brasil; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Até 2030, erradicar a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças e idosos, a alimentos seguros, culturalmente adequados, saudáveis e suficientes durante todo o ano.

2.2 (Brasil; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Até 2030, erradicar as formas de má-nutrição relacionadas à desnutrição, reduzir as formas de má-nutrição relacionadas ao sobrepeso ou à obesidade, prevendo o alcance até 2025 das metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição aguda em crianças menores de cinco anos de idade, e garantir a segurança alimentar e nutricional de meninas adolescentes, mulheres grávidas e lactantes, pessoas idosas e povos e comunidades tradicionais.

2.3 (Brasil; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Até 2030, aumentar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente de mulheres, agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, visando tanto à produção de autoconsumo e garantia da reprodução social dessas populações quanto ao seu desenvolvimento socioeconômico, por meio do acesso seguro e equitativo: i) à terra e aos territórios tradicionalmente ocupados; ii) à assistência técnica e extensão rural, respeitando-se as práticas e saberes culturalmente transmitidos; iii) a linhas de crédito específicas; iv) aos mercados locais e institucionais, inclusive políticas de compra pública; v) ao estímulo ao associativismo e cooperativismo; e vi) a oportunidades de agregação de valor e emprego não-agrícola.

2.4 (Brasil; finalística; cria condições para a igualdade de gênero). Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos, por meio de políticas de pesquisa, de assistência técnica e extensão rural, entre outras, visando implementar práticas agrícolas resilientes que aumentem a produção e a produtividade e, ao mesmo tempo, ajudem a proteger, recuperar e conservar os

serviços ecossistêmicos, fortalecendo a capacidade de adaptação às mudanças do clima, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, melhorando progressivamente a qualidade da terra, do solo, da água e do ar.

2.5 (Brasil; finalística)

2.5.1br (vinculada de forma indireta à igualdade de gênero) Até 2020, garantir a conservação da diversidade genética de espécies nativas e domesticadas de plantas, animais e microrganismos importantes para a alimentação e agricultura, adotando estratégias de conservação ex situ, in situ e on farm, incluindo bancos de germoplasma, casas ou bancos comunitários de sementes e núcleos de criação e outras formas de conservação adequadamente geridos em nível local, regional e internacional.

2.5.2br (explícita para a igualdade de gênero) Até 2020, garantir a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, conforme acordado internacionalmente, assegurando a soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional.

2.a (Brasil; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Aumentar o investimento, inclusive por meio do reforço da cooperação internacional, em infraestrutura, pesquisa e assistência técnica e extensão rural, no desenvolvimento de tecnologias e no estoque e disponibilização de recursos genéticos de plantas, animais e microrganismos, incluindo variedades crioulas e parentes silvestres, de maneira a aumentar a capacidade de produção agrícola ambientalmente sustentável, priorizando povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares, pequenos e médios produtores, adaptando novas tecnologias aos sistemas de produção tradicional e considerando as diferenças regionais e socioculturais.

2.b (Brasil; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, inclusive por meio da eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente,

de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha e atendendo, em nível nacional, ao princípio da soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional.

2.c (Brasil; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de alimentos e seus derivados, facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, promover o fortalecimento de políticas públicas de estoque e abastecimento, incluindo investimento em logística e distribuição, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos e garantir, em nível nacional, a soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional.

ODS 3 → Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades

3.1 (Brasil; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Até 2030, reduzir a razão de mortalidade materna para no máximo 30 mortes por 100.000 nascidos vivos.

3.2 (Brasil; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Até 2030, enfrentar as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, objetivando reduzir a mortalidade neonatal para no máximo 5 por mil nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para no máximo 8 por mil nascidos vivos.

3.3 (Brasil; finalística; vinculada de forma indireta à igualdade de gênero). Até 2030 acabar, como problema de saúde pública, com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária, hepatites virais, doenças negligenciadas, doenças transmitidas pela água, arboviroses transmitidas pelo aedes aegypti e outras doenças transmissíveis.

3.4 (Brasil; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, promover a saúde mental e o bem-estar, a saúde do trabalhador e da

trabalhadora, e prevenir o suicídio, alterando significativamente a tendência de aumento.

3.5 (Brasil; de implementação; vinculada de forma indireta à igualdade de gênero). Reforçar a prevenção e o tratamento dos problemas decorrentes do uso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool.

3.6 (Brasil; finalística; vinculada de forma indireta à igualdade de gênero). Até 2030, reduzir pela metade as mortes e lesões por acidentes no trânsito.

3.7 (Brasil; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços e insumos de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento reprodutivo, à informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais. 202 Meta

3.8 (Brasil; de implementação; explícita para a igualdade de gênero). Assegurar, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), a cobertura universal de saúde, o acesso a serviços essenciais de saúde de qualidade em todos os níveis de atenção e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes e de qualidade que estejam incorporados ao rol de produtos oferecidos pelo SUS.

3.9 (Nações Unidas; finalística; vinculada de forma indireta à igualdade de gênero). Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água e do solo.

3.a (Brasil; de implementação; vinculada de forma indireta à igualdade de gênero). Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco no Brasil.

3.b (Brasil; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias e inovações em saúde para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, proporcionar o acesso a essas tecnologias e inovações incorporadas ao SUS, incluindo medicamentos e vacinas, a toda a população.

3.c (Brasil; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento,

desenvolvimento, formação e retenção do pessoal de saúde, especialmente nos territórios mais vulneráveis.

3.d (Brasil; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Reforçar as capacidades locais para o alerta precoce, redução e gerenciamento de emergências e riscos nacionais e globais de saúde.

ODS 4 → Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos

4.1 (Brasil; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino fundamental e médio, equitativo e de qualidade, na idade adequada, assegurando a oferta gratuita na rede pública e que conduza a resultados de aprendizagem satisfatórios e relevantes.

4.2 (Brasil; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Até 2030, assegurar a todas as meninas e meninos o desenvolvimento integral na primeira infância, acesso a cuidados e à educação infantil de qualidade, de modo que estejam preparados para o ensino fundamental.

4.3 (Brasil; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Até 2030, assegurar a equidade (gênero, raça, renda, território e outros) de acesso e permanência à educação profissional e à educação superior de qualidade, de forma gratuita ou a preços acessíveis.

4.4 (Brasil; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham as competências necessárias, sobretudo técnicas e profissionais, para o emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

4.5 (Brasil; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Até 2030, eliminar as desigualdades de gênero e raça na educação e garantir a equidade de acesso, permanência e êxito em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para os grupos em situação de vulnerabilidade, sobretudo as pessoas com deficiência, populações do campo, populações itinerantes, comunidades indígenas e

tradicionais, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e população em situação de rua ou em privação de liberdade.

4.6 (Brasil; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Até 2030, garantir que todos os jovens e adultos estejam alfabetizados, tendo adquirido os conhecimentos básicos em leitura, escrita e matemática.

4.7 (Nações Unidas; de implementação; explícita para a igualdade de gênero). Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

4.a (Brasil; de implementação; explícita para a igualdade de gênero). Ofertar infraestrutura física escolar adequada às necessidades da criança, acessível às pessoas com deficiências e sensível ao gênero, que garanta a existência de ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

4.b (Brasil; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Até 2020, ampliar em 50% o número de vagas efetivamente preenchidas por alunos dos países em desenvolvimento, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, tais como os países africanos de língua portuguesa e países latino-americanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos no Brasil.

4.c (Brasil; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Até 2030, assegurar que todos os professores da educação básica tenham formação específica na área de conhecimento em que atuam, promovendo a oferta de formação continuada, em regime de colaboração entre União, estados e municípios, inclusive por meio de cooperação internacional.

ODS 5 → Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

5.1 (Brasil; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Eliminar todas as formas de discriminação de gênero, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as meninas e mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

5.2 (Brasil; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Eliminar todas as formas de violência de gênero nas esferas pública e privada, destacando a violência sexual, o tráfico de pessoas e os homicídios, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

5.3 (Brasil; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos e uniões precoces, forçados e de crianças e jovens, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

5.4 (Brasil; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Eliminar a desigualdade na divisão sexual do trabalho remunerado e não remunerado, inclusive no trabalho doméstico e de cuidados, promovendo maior autonomia de todas as mulheres, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, 204 das águas e das periferias urbanas, por meio de políticas públicas e da promoção da responsabilidade compartilhada dentro das famílias.

5.5 (Brasil; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na esfera pública, em suas

dimensões política e econômica, considerando as intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

5.6 (Brasil; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Promover, proteger e garantir a saúde sexual e reprodutiva, os direitos sexuais e direitos reprodutivos, em consonância com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão, considerando as intersecções de gênero com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

5.a (Brasil; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Garantir igualdade de direitos, de acesso e de controle dos recursos econômicos, da terra e de outras formas de propriedade, de serviços financeiros, de herança e de recursos naturais de forma sustentável, por meio de políticas de crédito, capacitação, assistência técnica, reforma agrária e habitação, entre outras, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

5.b (Brasil; finalística).

5.b.1br (explícita para a igualdade de gênero) Garantir a igualdade de gênero no acesso, habilidades de uso e produção das tecnologias de informação e comunicação, considerando as intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

5.b.2br (explícita para a igualdade de gênero) Garantir a igualdade de gênero no acesso e produção do conhecimento científico em todas as áreas do conhecimento e promover a perspectiva de gênero na produção do conhecimento, considerando as intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade

de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

5.b.3br (explícita para a igualdade de gênero) Garantir a igualdade de gênero no acesso e produção da informação, conteúdos de comunicação e mídias, considerando as intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

5.c (Brasil; de implementação; explícita para a igualdade de gênero). Adotar e fortalecer políticas públicas e legislação que visem à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento de todas as mulheres e meninas, bem como promover mecanismos para sua efetivação – em todos os níveis federativos – nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

ODS 6 → Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos

6.1 (Brasil; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água para consumo humano, segura e acessível para todas e todos.

6.2 (Nações Unidas; explícita para a igualdade de gênero). Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade.

6.3 (Brasil; finalística; cria condições para a igualdade de gênero). Até 2030, melhorar a qualidade da água nos corpos hídricos, reduzindo a poluição, eliminando despejos e minimizando o lançamento de materiais e substâncias perigosas, reduzindo pela metade a proporção do lançamento de efluentes não tratados e aumentando substancialmente o reciclo e reuso seguro localmente.

6.4 (Brasil; finalística; cria condições para a igualdade de gênero). Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores, assegurando retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez.

6.5 (Brasil; cria condições para a igualdade de gênero). Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis de governo, inclusive via cooperação transfronteiriça.

6.6 (Brasil; finalística; cria condições para a igualdade de gênero). Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos, reduzindo os impactos da ação humana.

6.a (Brasil; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio ao desenvolvimento de capacidades para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e ao saneamento, incluindo, entre outros, a gestão de recursos hídricos, a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso.

6.b (Brasil; de implementação; implícita para a igualdade de gênero). Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, priorizando o controle social para melhorar a gestão da água e do saneamento.

ODS 7 → Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos

7.1 (Nações Unidas; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia.

7.2 (Brasil; finalística; cria condições para a igualdade de gênero). Até 2030, manter elevada a participação de energias renováveis na matriz energética nacional.

7.3 (Brasil; finalística; vinculada de forma indireta à igualdade de gênero). Até 2030, aumentar a taxa de melhoria da eficiência energética da economia brasileira.

7.a (Nações Unidas; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa.

7.b (Brasil; de implementação; explícita para a igualdade de gênero). Até 2030, expandir a infraestrutura e aprimorar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos.

ODS 8 → Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos

8.1 (Brasil; finalística; vinculada de forma indireta à igualdade de gênero). Registrar um crescimento econômico per capita anual médio de 1,6% entre 2016 e 2018; e de 2,55% entre 2019 e 2030.

8.2 (Brasil; finalística; cria condições para a igualdade de gênero). Atingir níveis mais elevados de produtividade, por meio da diversificação e com agregação de valor, modernização tecnológica, inovação, gestão, e qualificação do trabalhador; com foco em setores intensivos em mão-de-obra.

8.3 (Brasil; finalística; implícita para a igualdade de gênero). Promover o desenvolvimento com a geração de trabalho digno; a formalização; o crescimento das micro, pequenas e médias empresas; o empreendedorismo e a inovação.

8.4 (Brasil; finalística; cria condições para a igualdade de gênero). Ampliar a eficiência da utilização de recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS).

8.5 (Brasil; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Até 2030, reduzir em 40% a taxa de desemprego e outras formas de subutilização da força de trabalho, garantindo o trabalho digno, com ênfase na igualdade de remuneração para trabalho de igual valor.

8.6 (Brasil; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Alcançar uma redução de 3 pontos percentuais até 2020 e de 10 pontos percentuais até 2030 na proporção de jovens que não estejam ocupados, nem estudando ou em formação profissional.

8.7 (Brasil; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Até 2025 erradicar o trabalho em condições análogas às de escravo, o tráfico de pessoas e o trabalho infantil, principalmente nas suas piores formas.

8.8 (Brasil; finalística; implícita para a igualdade de gênero). Reduzir o grau de descumprimento da legislação trabalhista, no que diz respeito ao registro, às condições de trabalho, às normas de saúde e segurança no trabalho, com ênfase nos trabalhadores em situação de vulnerabilidade.

8.9 (Brasil; finalística; implícita para a igualdade de gênero). Até 2030, conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável e responsável, acessível a todos; e que gere emprego e trabalho digno, melhore a distribuição de renda e promova a cultura e os produtos locais.

8.10 (Brasil; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Expandir de forma sustentável o acesso aos serviços bancários e financeiros para todos.

8.a → Não aplicável ao Brasil. (Nações Unidas). Aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio [Aid for Trade] para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países menos desenvolvidos.

8.b (Brasil; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero) Até 2020, desenvolver e operacionalizar um plano nacional de promoção de trabalho digno para juventude, tendo como marcos 207 referenciais: i) a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a juventude; ii) o Plano Nacional de Emprego e

Trabalho Decente; e iii) o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

ODS 9 → Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

9.1 (Brasil; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Aprimorar o sistema viário do País, com foco em sustentabilidade e segurança no trânsito e transporte, equalizando as desigualdades regionais, promovendo a integração regional e transfronteiriça, na busca de menor custo, para o transporte de passageiros e de cargas, evitando perdas, com maior participação dos modos de alta capacidade como ferroviário, aquaviário e dutoviário, tornando-o acessível e proporcionando bem-estar a todos.

9.2 (Brasil; finalística; cria condições para a igualdade de gênero). Até 2030, promover a atividade econômica inclusiva e sustentável e a atividade de alta complexidade tecnológica, com foco na elevação da produtividade, do emprego e do PIB, e com melhora nas condições de trabalho e na apropriação dos ganhos de produtividade advindos.

9.3 (Brasil; finalística; cria condições para a igualdade de gênero). Aumentar e desburocratizar o acesso das micro e pequenas empresas a todos os serviços financeiros, garantindo crédito em condições adequadas à realidade dessas empresas, inclusive por meio de soluções tecnológicas inovadoras, para propiciar sua integração em cadeias de valor e mercados.

9.4 (Brasil; finalística; cria condições para a igualdade de gênero). Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as atividades econômicas para torná-las sustentáveis, com foco no uso de recursos renováveis e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados.

9.5 (Brasil; finalística; cria condições para a igualdade de gênero). Fortalecer a pesquisa científica e melhorar as capacidades tecnológicas das empresas, incentivando, até 2030, a inovação, visando aumentar o emprego do conhecimento científico e tecnológico nos desafios socioeconômicos nacionais e

nas tecnologias socioambientalmente inclusivas; e aumentar a produtividade agregada da economia. a) Aumentar para 3.000 o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de habitantes; b) Aumentar para 120.000 o número de técnicos e pesquisadores ocupados em P&D nas empresas; e c) Aumentar para 2,00% os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento em relação ao PIB.

9.a (Nações Unidas; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países de menor desenvolvimento relativo, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

9.b (Brasil; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais, por meio de políticas públicas que assegurem um ambiente institucional e normativo favorável para, entre outras coisas, promover a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities.

9.c (Brasil; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e empenhar-se para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet, até 2020, buscando garantir a qualidade, a privacidade, a proteção de dados e a segurança cibernética.

ODS 10 → Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

10.1 (Brasil; finalística; implícita para a igualdade de gênero). Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a renda média dos 10% mais ricos.

10.2 (Brasil; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, de forma

a reduzir as desigualdades, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, nacionalidade, religião, condição econômica ou outra.

10.3 (Nações Unidas; finalística; implícita para a igualdade de gênero). Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultado, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e promover legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.

10.4 (Brasil; de implementação; implícita para a igualdade de gênero). Reduzir desigualdades através da adoção de políticas fiscal, tributária, salarial e de proteção social.

10.5 (Nações Unidas; finalística; cria condições para a igualdade de gênero). Melhorar a regulação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais, e fortalecer a implementação de tais regulações.

10.6 (Nações Unidas; finalística; cria condições para a igualdade de gênero). Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de garantir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas.

10.7 (Brasil; finalística; implícita para a igualdade de gênero). Facilitar a migração e promover a integração de migrantes e refugiados à sociedade brasileira.

10.a (Nações Unidas; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, em conformidade com os acordos da Organização Mundial do Comércio.

10.b (Brasil; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Incentivar cooperação internacional para o desenvolvimento, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais.

10.c (Nações Unidas; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar “corredores de remessas” com custos superiores a 5%.

ODS 11 → Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

11.1 (Brasil; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Até 2030, garantir o acesso de todos a moradia digna, adequada e a preço acessível; aos serviços básicos e urbanizar os assentamentos precários de acordo com as metas assumidas no Plano Nacional de Habitação, com especial atenção para grupos em situação de vulnerabilidade.

11.2 (Brasil; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Até 2030, melhorar a segurança viária e o acesso à cidade por meio de sistemas de mobilidade urbana mais sustentáveis, inclusivos, eficientes e justos, priorizando o transporte público de massa e o transporte ativo, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, como aquelas com deficiência e com mobilidade reduzida, mulheres, crianças e pessoas idosas.

11.3 (Brasil; finalística; implícita para a igualdade de gênero). Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, aprimorar as capacidades para o planejamento, para o controle social e para a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todas as unidades da federação.

11.4 (Brasil; finalística; vinculada de forma indireta à igualdade de gênero). Fortalecer as iniciativas para proteger e salvaguardar o patrimônio natural e cultural do Brasil, incluindo seu patrimônio material e imaterial.

11.5 (Brasil; finalística; implícita para a igualdade de gênero). Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por desastres naturais de origem hidrometeorológica e climatológica, bem como diminuir substancialmente o número de pessoas residentes em áreas de risco e as perdas econômicas diretas causadas por esses desastres em relação ao produto

interno bruto, com especial atenção na proteção de pessoas de baixa renda e em situação de vulnerabilidade.

11.6 (Brasil; finalística; cria condições para a igualdade de gênero). Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, melhorando os índices de qualidade do ar e a gestão de resíduos sólidos; e garantir que todas as cidades com acima de 500 mil habitantes tenham implementado sistemas de monitoramento de qualidade do ar e planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

11.7 (Brasil; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, e demais grupos em situação de vulnerabilidade.

11.a (Brasil; de implementação; implícita para a igualdade de gênero). Apoiar a integração econômica, social e ambiental em áreas metropolitanas e entre áreas urbanas, periurbanas, rurais e cidades gêmeas, considerando territórios de povos e comunidades tradicionais, por meio da cooperação interfederativa, reforçando o planejamento nacional, regional e local de desenvolvimento.

11.b (Brasil; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Até 2030, aumentar significativamente o número de cidades que possuem políticas e planos desenvolvidos e implementados para mitigação, adaptação e resiliência a mudanças climáticas e gestão integrada de riscos de desastres de acordo com o Marco de SENDAI.

11.c (Brasil; de implementação; vinculada de forma indireta à igualdade de gênero). Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e robustas, priorizando recursos locais.

ODS 12 → Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

12.1 (Brasil; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Implementar o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis, em articulação com entes federados.

12.2 (Nações Unidas; cria condições para a igualdade de gênero). Até 2030, alcançar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais.

12.3 (Brasil).

12.3.1 br (finalística; cria condições para a igualdade de gênero). Até 2030, reduzir o desperdício de alimentos per capita nacional, em nível de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita.

12.3.2 br (de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Estabelecer marco regulatório para a redução do desperdício de alimentos no Brasil.

12.4 (Nações Unidas; finalística; implícita para a igualdade de gênero). Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente adequado dos produtos químicos e de todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionalmente acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.

12.5 (Brasil; finalística; cria condições para a igualdade de gênero). Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da Economia Circular e suas ações de prevenção, redução, reciclagem e reúso de resíduos.

12.6 (Brasil; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar parâmetros e práticas de responsabilidade socioambiental e a integrar informações acerca dessas práticas em seus sistemas, bancos de dados e ciclo de relatórios.

12.7 (Brasil; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Promover práticas de contratações e gestão públicas com base em critérios de sustentabilidade, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.

12.8 (Brasil; finalística; implícita para a igualdade de gênero). Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização sobre o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em

harmonia com a natureza, em consonância com o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA).

12.a (Nações Unidas; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Apoiar países em desenvolvimento para que fortaleçam suas capacidades científicas e tecnológicas em rumo a padrões mais sustentáveis de produção e consumo.

12.b (Brasil; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo, acessível a todos, que gera emprego e trabalho digno, melhora a distribuição de renda e promove a cultura e os produtos locais.

12.c (Nações Unidas; de implementação; vinculada de forma indireta à igualdade de gênero). Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de maneira que proteja os pobres e as comunidades afetadas.

ODS 13 → Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos

13.1 (Brasil; finalística; cria condições para a igualdade de gênero). Ampliar a resiliência e a capacidade adaptativa a riscos e impactos resultantes da mudança do clima e a desastres naturais.

13.2 (Brasil; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Integrar a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) às políticas, estratégias e planejamentos nacionais.

13.3 (Brasil; finalística; cria condições para a igualdade de gênero). Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mudança do clima, seus riscos, mitigação, adaptação, impactos, e alerta precoce.

13.a → Não aplicável ao Brasil. (Nações Unidas): Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano até 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto de ações significativas de mitigação e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima, por meio de sua capitalização, o mais cedo possível.

13.b → Não aplicável ao Brasil. (Nações Unidas): Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano até 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto de ações significativas de mitigação e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima, por meio de sua capitalização, o mais cedo possível.

ODS 14 → Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

14.1 (Nações Unidas; finalística; vinculada de forma indireta à igualdade de gênero). Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes.

14.2 (Nações Unidas; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos.

14.3 (Nações Unidas; de implementação; vinculada de forma indireta à igualdade de gênero). Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis.

14.4 (Nações Unidas; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Até 2020, efetivamente regular a pesca, acabar com a sobrepesca, com a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada (INN) e com as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, de forma a recuperar os estoques pesqueiros no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas.

14.5 (Brasil; finalística; cria condições para a igualdade de gênero). Até 2020, conservar pelo menos 25% das zonas costeiras e marinhas, principalmente áreas de especial importância para a biodiversidade e serviços ecossistêmicos, assegurada e respeitada a demarcação, regularização e a gestão efetiva e equitativa, visando garantir a interligação, integração e representação ecológica em paisagens marinhas mais amplas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível.

14.6 (Brasil; finalística; vinculada de forma indireta à igualdade de gênero). Até 2020, avaliar certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, considerando a eliminação dos subsídios que contribuam para a pesca INN, e abstendo-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da OMC.

14.7 (Brasil; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para todos os países, em especial os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir da gestão sustentável dos recursos marinhos, inclusive a pesca, aquicultura e turismo.

14.a (Nações Unidas; de implementação; vinculada de forma indireta à igualdade de gênero). Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos e SIDS.

14.b (Nações Unidas; de implementação; implícita para a igualdade de gênero). Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados.

14.c (Nações Unidas; de implementação; vinculada de forma indireta à igualdade de gênero). Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do "Futuro que queremos".

ODS 15 → Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

15.1 (Brasil; finalística).

15.1.1 br (cria condições para a igualdade de gênero) Até 2020, serão conservadas, por meio de sistemas de unidades de conservação previstas na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), e outras categorias de áreas oficialmente protegidas como Áreas de Preservação Permanente (APPs), Reservas Legais (RLs) e terras indígenas com vegetação nativa, pelo menos 30% da Amazônia, 17% de cada um dos demais biomas terrestres e 10% de áreas marinhas e costeiras, principalmente áreas de especial importância para biodiversidade e serviços ecossistêmicos, assegurada e respeitada a demarcação, regularização e a gestão efetiva e equitativa, visando garantir a interligação,

integração e representação ecológica em paisagens terrestres e marinhas mais amplas.

15.1.2 br (cria condições para a igualdade de gênero) Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas aquáticos continentais e de sua biodiversidade, e fortalecer a pesca sustentável nestes ambientes, eliminando a sobrepesca e a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada (INN) e eliminando subsídios que contribuem para a pesca INN.

15.2 (Brasil; finalística; cria condições para a igualdade de gênero). Até 2030, zerar o desmatamento ilegal em todos os biomas brasileiros, ampliar a área de florestas sob manejo ambiental sustentável e recuperar 12 milhões de hectares de florestas e demais formas de vegetação nativa degradadas, em todos os biomas e preferencialmente em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais (RLs) e, em áreas de uso alternativo do solo, ampliar em 1,4 milhão de hectares a área de florestas plantadas.

15.3 (Nações Unidas; finalística; cria condições para a igualdade de gênero). Até 2030, combater a desertificação, e restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo.

15.4 (Nações Unidas; finalística; cria condições para a igualdade de gênero). Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios, que são essenciais para o desenvolvimento sustentável.

15.5 (Brasil)

15.5.1 br (finalística; vinculada de forma indireta à igualdade de gênero). Até 2020, a taxa de perda de habitats naturais será reduzida em 50% (em relação às taxas de 2009) e a degradação e fragmentação em todos os biomas será reduzida significativamente.

15.5.2 br (finalística; vinculada de forma indireta à igualdade de gênero). Até 2020, o risco de extinção de espécies ameaçadas será reduzido significativamente,

tendendo a zero, e sua situação de conservação, em especial daquelas sofrendo maior declínio, terá sido melhorada.

15.5.3 br (de implementação; vinculada de forma indireta à igualdade de gênero). Até 2020, a diversidade genética de microrganismos, de plantas cultivadas, de animais criados e domesticados e de variedades silvestres, inclusive de espécies de valor socioeconômico e/ou cultural, terá sido mantida e estratégias terão sido elaboradas e implementadas para minimizar a perda de variabilidade genética.

15.6 (Brasil).

15.6.1br (de implementação; vinculada de forma indireta à igualdade de gênero). Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, e promover o acesso adequado aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados.

15.6.2br (de implementação; vinculada de forma indireta à igualdade de gênero). Até 2030, os conhecimentos tradicionais, inovações e práticas de povos indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais relevantes à conservação e uso sustentável da biodiversidade, e a utilização consuetudinária de recursos biológicos terão sido respeitados, de acordo com seus usos, costumes e tradições, a legislação nacional e os compromissos internacionais relevantes, e plenamente integrados e refletidos na implementação da CDB com a participação plena e efetiva de povos indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais em todos os níveis relevantes.

15.7 (Brasil; de implementação; vinculada de forma indireta à igualdade de gênero). Tomar medidas urgentes para acabar com a caça e pesca ilegais e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas, incluindo recursos pesqueiros de águas continentais e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida silvestre.

15.8 (Nações Unidas; de implementação; vinculada de forma indireta à igualdade de gênero). Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir

significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias.

15.9 (Brasil; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Até 2020, os valores da biodiversidade, geodiversidade e sociodiversidade serão integrados em estratégias nacionais e locais de desenvolvimento e erradicação da pobreza e redução da desigualdade, sendo incorporado em contas nacionais, conforme o caso, e em procedimentos de planejamento e sistemas de relatoria.

15.a (Brasil; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas, para viabilizar a implementação dos compromissos nacionais e internacionais relacionados com a biodiversidade.

15.b (Brasil; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Mobilizar significativamente os recursos de todas as fontes e em todos os níveis, para financiar e proporcionar incentivos adequados ao manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento.

15.c (Brasil; de implementação; implícita para a igualdade de gênero). Reforçar o apoio global e a cooperação federativa no combate à caça e pesca ilegais e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável, e proporcionar o acesso de pescadores artesanais de pequena escala aos recursos naturais.

ODS 16 → Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

16.1 (Brasil; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas, em todos os lugares, inclusive com a redução de 1/3 das taxas de

feminicídio e de homicídios de crianças, adolescentes, jovens, negros, indígenas, mulheres e LGBT.

16.2 (Brasil; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Proteger todas as crianças e adolescentes do abuso, exploração, tráfico, tortura e todas as outras formas de violência.

16.3 (Brasil; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Fortalecer o Estado de Direito e garantir acesso à justiça a todos, especialmente aos que se encontram em situação de vulnerabilidade.

16.4 (Nações Unidas; finalística; cria condições para a igualdade de gênero). Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados, e combater todas as formas de crime organizado.

16.5 (Brasil; finalística; cria condições para a igualdade de gênero). Reduzir substancialmente a sonegação fiscal, a corrupção e o suborno em todas as suas formas.

16.6 (Brasil; finalística; cria condições para a igualdade de gênero). Ampliar a transparência, a accountability e a efetividade das instituições, em todos os níveis

16.7 (Nações Unidas; finalísticas; implícita para a igualdade de gênero). Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

16.8 (Brasil; finalística; cria condições para a igualdade de gênero). Ampliar e fortalecer a participação brasileira nas instituições de governança global.

16.9 (Brasil; finalística; explícita para a igualdade de gênero). Até 2030, fornecer identidade civil para todos, incluindo o registro de nascimento, em especial para os povos ciganos, as comunidades quilombolas, os povos indígenas, os povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiros, as populações ribeirinhas e extrativistas, além de grupos populacionais como mulheres trabalhadoras rurais, a população em situação de rua, a população em situação de privação de liberdade e a população LGBT.

16.10 (Nações Unidas; finalísticas; implícita para a igualdade de gênero). Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.

16.a (Brasil; de implementação; implícita para a igualdade de gênero). Fortalecer as instituições relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência, do crime e da violação dos direitos humanos.

16.b (Brasil; de implementação; implícita para a igualdade de gênero). Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias e afirmativas.

ODS 17 → Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

17.1 (Nações Unidas; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas.

17.2 (Nações Unidas; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento (AOD), inclusive fornecer 0,7% da renda nacional bruta (RNB) em AOD aos países em desenvolvimento, dos quais 0,15% a 0,20% para os países menos desenvolvidos; provedores de AOD são encorajados a considerar a definir uma meta para fornecer pelo menos 0,20% da renda nacional bruta em AOD para os países menos desenvolvidos.

17.3 (Brasil; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Mobilizar recursos adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes.

17.4 (Nações Unidas; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o

financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento.

17.5 (Brasil; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países de menor desenvolvimento relativo.

17.6 (Nações Unidas; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global.

17.7 (Nações Unidas; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Até 2030, promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado.

17.8 (Brasil; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Até 2030, operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de desenvolvimento de capacidades em ciência, tecnologia e inovação para os países de menor desenvolvimento relativo até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação.

17.9 (Nações Unidas; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular

17.10 (Nações Unidas; finalística, implícita para a igualdade de gênero). Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras,

aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha.

17.11 (Brasil; finalística; cria condições para a igualdade de gênero). Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países de menor desenvolvimento relativo nas exportações globais até 2020.

17.12 (Brasil; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países de menor desenvolvimento relativo, de acordo com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países de menor desenvolvimento relativo sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado.

17.13 (Nações Unidas; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas.

17.14 (Nações Unidas; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável.

17.15 (Nações Unidas; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável.

17.16 (Nações Unidas; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento.

17.17 (Brasil; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Incentivar e promover parcerias eficazes nos âmbitos públicos, público-privados, privados e da sociedade civil, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.

17.18 (Brasil; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Reforçar o apoio à desagregação de dados, a integração, disponibilização e compartilhamento de registros administrativos e de bases de dados estatísticos e geocientíficos relevantes ao cumprimento das metas e mensuração dos indicadores do desenvolvimento sustentável, respeitando a legislação quanto à segurança da informação.

17.19 (Brasil; de implementação; cria condições para a igualdade de gênero). Até 2030, valer-se de iniciativas existentes, para desenvolver métricas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto e apoiar o desenvolvimento de capacidades em estatística nos países em desenvolvimento

ANEXOS

Anexo A

